

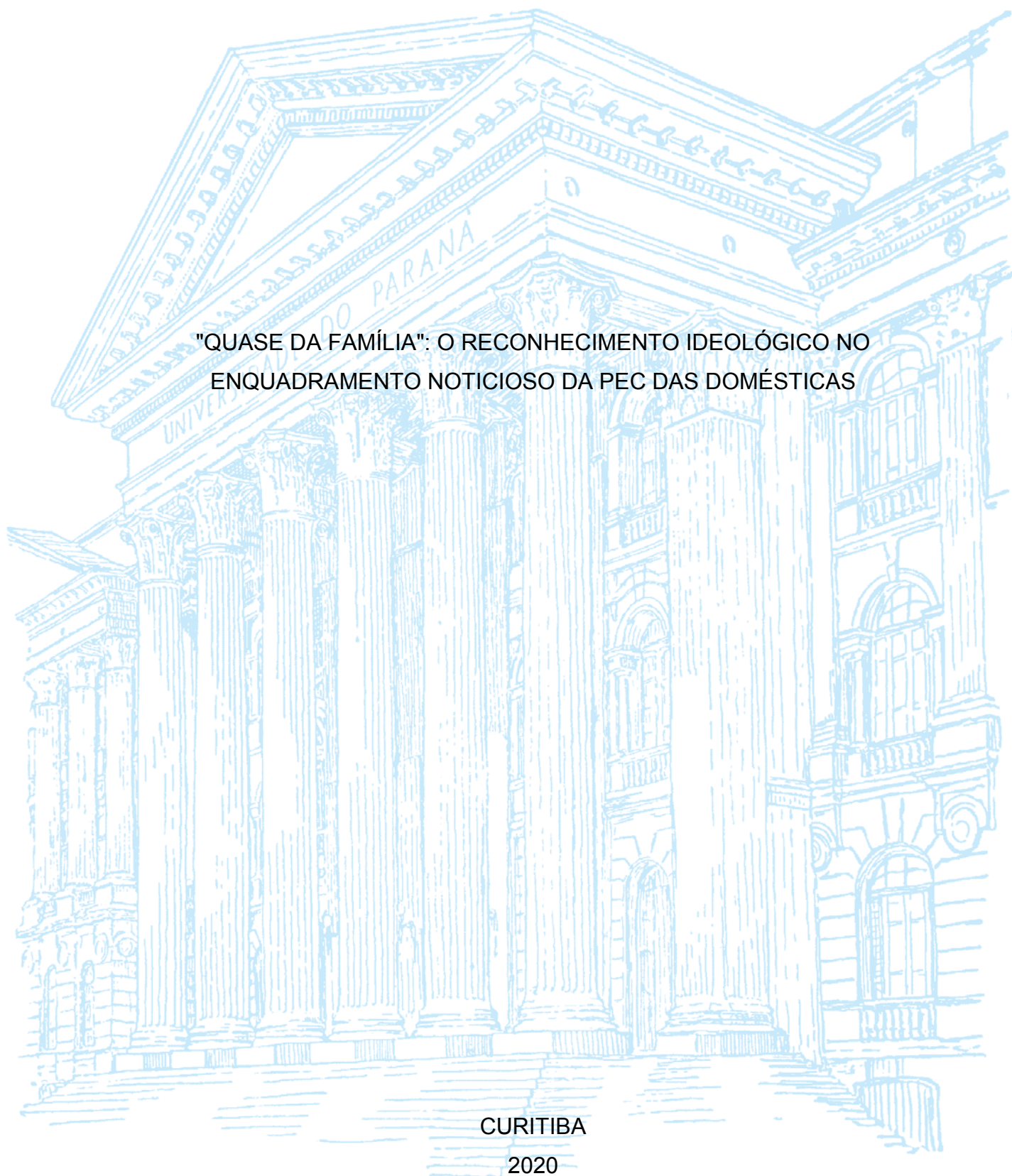
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LOUIZE NASCIMENTO

"QUASE DA FAMÍLIA": O RECONHECIMENTO IDEOLÓGICO NO
ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA PEC DAS DOMÉSTICAS

CURITIBA

2020



LOUIZE NASCIMENTO

"QUASE DA FAMÍLIA": O RECONHECIMENTO IDEOLÓGICO NO
ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA PEC DAS DOMÉSTICAS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kelly Prudencio

CURITIBA

2020

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

Nascimento, Louize

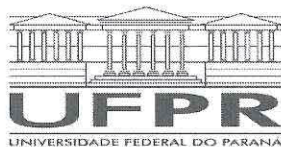
“Quase da família”: o reconhecimento ideológico no enquadramento noticioso da PEC das domésticas./ Louize Nascimento. – Curitiba, 2020.
129 f: il. color.

Orientador: Profa. Dra. Kelly Prudencio.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

1. Comunicação. 2. .Reconhecimento ideológico 3. Trabalho doméstico.
4. Enquadramento multimodal. I. Título.

CDD 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -
40001016071P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **LOUIZE NASCIMENTO** intitulada: **"QUASE DA FAMÍLIA": O RECONHECIMENTO IDEOLÓGICO NO ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA PEC DAS DOMÉSTICAS**, sob orientação da Profa. Dra. KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovação* no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Fevereiro de 2020.

KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

PI

DANILA GENTIL RODRIGUEZ CAL LAGE
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ)

CARLA CANDIDA RIZZOTTO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Gisele Rodrigues, pelo cotidiano compartilhado com leveza, amor e doses de realidade.

À Kelly Prudencio pela liberdade concedida, por me ensinar uma profissão e me inspirar com seu trabalho e crítica refinada.

À Carla Rizzotto e Danila Cal pelas contribuições que fizeram à dissertação na banca de qualificação.

Aos professores Emerson Cervi, Maurício Liesen, Rafael Sampaio e Valquíria John, pela disposição em ajudar uma jovem pesquisadora.

Ao Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA) onde participei com entusiasmo das discussões e fiz parcerias em artigos e congressos.

Aos meus pais Maribel e Edison, pelo suporte e respeito às minhas escolhas pessoais e profissionais.

Aos meus irmãos Mariana e Adriano que independente dos limites de espaço-tempo estão sempre comigo.

Aos meus amados sobrinhos Júlio e Petrus, pela energia contagiante que me abastece de ânimo.

Aos meus amigos Alvaro Costa e Emanuelle Adacheski.

Aos amigos do mestrado: Aline D'avila, Débora Milla, Erivelto Amarante, Mariana Figueiredo e Rafaela Sindorski.

Ao Banco do Brasil e aos colegas que me incentivaram a seguir a carreira acadêmica e colaboraram para que isso acontecesse.

Aos responsáveis pela minha saúde mental Camila Zoschke e Eduardo Dalman, que escutaram minhas lamentações em seus consultórios.

Aos "cãopanheiros" Baleia, King e Luke pela afetividade desmedida.

Por fim, quero agradecer à Nossa Senhora Aparecida pela promessa cumprida.

RESUMO

O objetivo principal deste estudo é compreender como os portais on-line do Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo direcionaram o debate sobre a regulamentação do emprego doméstico no Brasil, entre os anos de 2012 e 2016. Observamos as notícias, sobre a luta por reconhecimento das trabalhadoras, utilizando a análise de enquadramento multimodal proposto por Wosniak et al. (2014) em que se examinam os elementos textuais, narrativos e visuais. Essa discussão se relaciona com o conceito de “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1995) que busca, nas raízes do Brasil colonial, uma explicação para as relações personalistas entre patrões e empregados. Entre os anos de 2012 e 2016, as empregadas domésticas tiveram importantes conquistas ligadas à área do Direito. No entanto, a Lei Complementar nº 150/2015 foi alvo de disputas políticas para a flexibilização dos novos direitos em favorecimento aos patrões. Esta pesquisa compreende um *corpus* de 224 matérias e os resultados mostram que os veículos possuem uma visão funcional e economicista do vínculo de trabalho. Os enquadramentos dos portais abordam a “PEC das domésticas” como um problema para os empregadores, que passaram a ter mais dificuldades para manter “suas” domésticas. Defendemos que os discursos midiáticos contribuem para a legitimidade da subordinação ao reduzirem o conflito como uma questão de aumento de despesas dos patrões. Além disso, as domésticas não falam por si mesmas, precisam da tutela de seus empregadores ou representantes (*advocates*), o que as mantém na subalternidade, restando-lhes apenas a condescendência de seus “protetores”.

Palavras-chave: Reconhecimento ideológico. Trabalho doméstico. Enquadramento multimodal.

ABSTRACT

The main objective of this study is to understand how the online portals of the Estado de S. Paulo and Folha de S. Paulo directed the debate on the regulation of domestic employment in Brazil, between the years 2012 and 2016. We watch the news, about the struggle for recognition of female workers, using the multimodal framing analysis proposed by Wosniak et al. (2014) in which the textual, narrative and visual elements are examined. This discussion is related to the concept of “cordial man” by Sérgio Buarque de Holanda (1995) who seeks in the roots of colonial Brazil an explanation for the personalist relations between bosses and employees. In fact, during the period studied, domestic servants had important achievements related to the area of Law. However, Complementary Law No. 150/2015 was the target of political disputes to make the new rights more flexible in favor of employers. This research comprises a corpus of 224 news and the results show that the vehicles have a functional and economical view of the employment relationship. The news frames of the portals approach the “PEC of the housekeepers” as a problem for employers, who started to have more difficulties to maintain “their” housekeepers. We argue that media discourses contribute to the legitimacy of subordination by reducing the conflict as a matter of increasing the boss's expenses. In addition, domestic workers do not speak for themselves, they need the protection of their bosses or representatives (advocates), which keeps them in the subordinate, leaving them only the condescension of their “protectors”.

Keywords: Ideological recognition. Housework. Multimodal framing.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – NOTÍCIA COM GOVERNO VILÃO	74
FIGURA 2 – NOTÍCIA COM JUCÁ VILÃO	75
FIGURA 3 – CHARGE COM GOVERNO VILÃO.	76
FIGURA 4 – NOTÍCIA COM JUCÁ HEROI	77
FIGURA 5 – NOTÍCIA COM CARLOS SAMPAIO HEROI.....	77
FIGURA 6 – ESTADÃO - FOTOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF	80
FIGURA 7 – FOLHA - FOTOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF.	81
FIGURA 8 – FOTOGRAFIA DA DOMÉSTICA NO MERCADO.....	83
FIGURA 9 – FOTOGRAFIA DAS DOMÉSTICAS ARRUMANDO A CAMA.....	83
FIGURA 10 – FOTOGRAFIA DA DOMÉSTICA OLHANDO PARA A CÂMERA	84
FIGURA 11 – FOTOGRAFIA DA PATROA SENTADA NO COLO DA BABÁ	85
FIGURA 12 – FOTOGRAFIA DA PATROA SENTADA E DOMÉSTICA EM PÉ	87
FIGURA 13 – FOTOGRAFIA DE RETRATO EM FAMÍLIA E BABÁ	88
FIGURA 14 – FOTOGRAFIA DA DOMÉSTICA NEGRA ARRUMANDO A CAMA DO PATRÃO	89
FIGURA 15 – FOTOGRAFIA DA DOMÉSTICA NEGRA CURVADA	90
FIGURA 16 – FOTOGRAFIA DA DOMÉSTICA ENTRE OS TAPETES	91

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE NOTÍCIAS POR ANO	57
GRÁFICO 2 – ESTADÃO – COMPONENTE ENQUADRADO AO LONGO DO TEMPO	59
GRÁFICO 3 – FOLHA – COMPONENTE ENQUADRADO AO LONGO DO TEMPO.....	60
GRÁFICO 4 – ATORES.....	63
GRÁFICO 5 – PROBLEMA	64
GRÁFICO 6 – CAUSAS	65
GRÁFICO 7 – JULGAMENTO.....	67
GRÁFICO 8 – SOLUÇÃO.....	68
GRÁFICO 9 – NARRATIVIDADE	71
GRÁFICO 10 – TOM	72
GRÁFICO 11 – VÍTIMAS.....	73
GRÁFICO 12 – VILÕES	74
GRÁFICO 13 – HERÓIS	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ESTADÃO - DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES POR EDITORIA...	61
QUADRO 2 – FOLHA - DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES POR EDITORIA	62

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
EC	- Emenda à Constituição
ESP	- Estado de S. Paulo
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FSP	- Folha de S. Paulo
LC	- Lei Complementar
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONU	- Organização das Nações Unidas
ONU	- Organização das Nações Unidas
PEC	- Proposta de Emenda à Constituição
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
REDOM	- Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos
TID	- Trabalho Infantil Doméstico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO	23
2.1	AS ESFERAS DO RECONHECIMENTO PARA AXEL HONNETH.....	23
2.2	RECONHECIMENTO IDEOLÓGICO COMO ESTRATÉGIA PARA “ACOMODAR” OS CONFLITOS	27
2.2.1	A dimensão coletiva na luta por reconhecimento e ações de <i>advocacy</i>	30
3	AS CONTRADIÇÕES DO EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL.....	35
3.1	"QUASE DA FAMÍLIA": A CORDIALIDADE NA SERVIDÃO BRASILEIRA ..	35
3.1.1	A afetividade no emprego doméstico familiar	39
3.2	A SAGA DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA AS DOMÉSTICAS	42
3.2.1	As disputas e os avanços da "PEC das domésticas"	44
3.3	QUEM SÃO AS ATUAIS EMPREGADAS DOMÉSTICAS?	46
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	49
4.1	BREVE CONTEXTO DOS ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO.....	49
4.2	ENQUADRAMENTO MULTIMODAL	51
4.2.1	Enquadramento noticioso	53
4.2.2	Enquadramento narrativo	54
4.2.3	Enquadramento visual.....	55
4.3	COLETA E <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	56
5	OS QUADROS DA SUBORDINAÇÃO.	57
5.1	COMPONENTE ENQUADRADO X PERÍODO DO TEMPO	57
5.1.1	Uma questão econômica para os portais	61
5.2	ANÁLISE DAS NOTÍCIAS SEGUNDO ENTMAN	62
5.3	ANÁLISE DA NARRATIVA	69
5.4	ANÁLISE DAS IMAGENS.....	79
5.4.1	As "caretas" de Dilma	80
5.4.2	A invisibilidade do uniforme	82
5.4.3	Ela é "quase da família".....	85
5.4.4	Minha pele é uniforme?	88
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	97
	ANEXO 1 – LIVRO DE CÓDIGOS	102

ANEXO 2 – AS PRINCIPAIS IMAGENS COM DESCRIÇÕES	109
ANEXO 3 – LISTAGEM DAS NOTÍCIAS DOS PORTAIS	122

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa considera os meios de comunicação de massa fundamentais na formação de modelos mentais que servem de referência na formação da opinião, na tomada de decisão e no acesso a realidades distantes e muitas vezes incompreensíveis aos sujeitos (MAIA, 2018). Partindo desse princípio, interessa-nos descobrir as ênfases na cobertura dos veículos jornalísticos a respeito das mudanças na legislação trabalhista das empregadas domésticas entre 2012 e 2016, enfatizando as novas relações entre patrões e empregados.

Rousiley Maia (2018) salienta duas principais preocupações dos pesquisadores nos estudos sobre as representações e formas de reconhecimento. De um lado, há um interesse no impacto do conteúdo midiático sobre a percepção que as pessoas têm de si mesmas e, de outro lado, existem discussões que consideram as representações como fornecedoras de um estoque de interpretações a respeito de outros indivíduos. Os estudos nesse campo procuram desvendar a maneira como os profissionais da mídia atuam enquanto "agentes ativos no fornecimento de razões" (MAIA, 2018, p. 68). Além disso, há a busca por investigar a estrutura de oportunidades de acesso à mídia (quem participa e quando) e o conteúdo da expressão (como as vozes são processadas e os quadros são constituídos).

Assim como a autora, consideramos as lacunas, as ausências, os discursos negativos na mídia como construções historicamente enraizadas na nossa sociedade. Contudo, devem ser questionados, ainda mais quando a temática das notícias se refere a um marco no reconhecimento de quase 7 milhões de trabalhadoras brasileiras.

A pesquisadora elenca três razões na defesa da análise das representações midiáticas para a abordagem teórica do reconhecimento. O primeiro motivo considera o discurso dos *media* como parte de uma dinâmica sociocultural mais ampla e diversa que provoca discussões sobre padrões de valor concedidos a grupos e indivíduos na nossa sociedade. A segunda razão diz respeito ao posicionamento ambivalente dos profissionais da imprensa, ou seja, ao mesmo tempo em que produzem conteúdo de representação, também são pressionados por grupos desfavorecidos de mulheres, pessoas com deficiências, LGBTs, entre outros, para adequar suas narrativas a essas demandas. Em terceiro lugar, as

representações midiáticas não são apenas resultado de arranjos de poder fixos e incontestáveis da ordem empresarial. Maia (2018) ressalta que os debates abordados pelos meios de comunicação de massa compreendem as informações factuais, assim como argumentos e opiniões polêmicas relacionadas à implementação de políticas públicas, novas legislações, reivindicações de grupos sociais e demandas de *accountability*.

Se os autores filiados à teoria do reconhecimento estão interessados em compreender como o indivíduo se constrói em interação com os outros, a comunicação massiva ganha papel central, já que as necessidades precisam ser publicamente tematizadas para ganhar existência pública e se transformar em processo, troca de entendimentos ou desacordos (MAIA, 2009). Em vez de tratar a mídia somente como um campo de batalha, a autora considera possível apreciar a significação moral e política das demandas dos atores sociais pautados nos conceitos de bem comum e justiça social. Daí a necessidade dos estudos empíricos referentes aos enquadramentos utilizados pelo jornalismo, pois frequentemente diversos atores sociais são sub-representados ou negligenciados na pauta que alcança grandes audiências.

Ao abordar o reconhecimento, ampliam-se as perspectivas de investigação de fenômenos comunicativos que contribuem para a constituição intersubjetiva dos sujeitos. Podemos citar uma gama de questões, a exemplo de lutas em torno de representações e discursos midiáticos que humilham, marginalizam ou diminuem indivíduos ou grupos sociais; da construção de uma semântica coletiva no âmbito de movimentos sociais e de grupos sociais engajados em processos de transformação nas esferas íntima, jurídica e social; e do papel da emoção para a auto expressão dos sujeitos, para as discussões ou para o ativismo (MAIA et al., 2014, p. 201).

Nesse sentido, pesquisas sobre a cobertura jornalística de temas que envolvem grandes debates públicos é fundamental para ampliar o entendimento sobre o processo de construção de lutas por reconhecimento.

Recorremos à ideia defendida por Axel Honneth (2003a), em que a luta por reconhecimento se forma a partir do conjunto de relações entre os sujeitos. Por essa perspectiva, uma pessoa reconhecida é aquela que tem sua identidade desenvolvida, respeito social e condições para entender sua contribuição à sociedade como relevante. Enfatizamos que o reconhecimento não é cortesia ou bondade concedida às pessoas. Compreendemos como um processo que inclui um aprendizado social e a ampliação da gramática moral que rege a sociedade

(MENDONÇA, 2009). No entanto, frequentemente, as lutas por reconhecimento são desvirtuadas como veremos adiante com a cobertura jornalística da regulamentação do trabalho doméstico no Brasil. Dessa forma, o enquadramento noticioso dos portais analisados adquire a forma de reconhecimento ideológico, pois “encoraja uma auto-concepção que conforma (os sujeitos) à ordem existente dominante” (HONNETH, 2007, p.337).

Honneth (2008) não fala especificamente sobre o trabalho doméstico, mas critica a ausência, no debate público e nas arenas de disputa política, de uma reflexão mais profunda sobre a categoria do trabalho de maneira geral. Segundo o autor, o mercado de trabalho não tem apenas a função de garantir a manutenção econômica, mas também assegurar a integração social, que não está fixada pelo contrato de emprego e nem pelo acréscimo no âmbito legislativo.

No entanto, “deduzir deste estranho e encabulado silêncio que as exigências de uma reformulação das relações de trabalho pertençam definitivamente ao passado seria empiricamente falso e quase cínico” (HONNETH, 2008, p.47). O pesquisador considera fundamental o avanço em duplo sentido: uma sociedade que demande coletivamente a obtenção de trabalhos mais dignos e maior organização por parte das categorias de trabalhadores para garantir o reconhecimento social.

Dessa forma, é preciso entender o trabalho não só da perspectiva econômica e funcional, mas também como cumpridor do papel de integração social. Com isso, há uma série de normas morais que subjazem ao mundo do trabalho. É a partir dessa base normativa que o autor pretende reconquistar a possibilidade de uma crítica das relações nesta área.

Seguindo a mesma linha, Habermas (2002) complementa que as injustiças típicas da sociedade capitalista devem ser compensadas com a distribuição mais justa dos bens coletivos, inclusive com o apoio do direito constitucional. Porém, as leis não possuem força para mudar a consciência moral de uma sociedade. Isso pode explicar porque, mesmo depois da regulamentação do trabalho doméstico, muitas trabalhadoras ainda são desrespeitadas em sua condição humana.

Para a compreensão do trabalho doméstico na sociedade brasileira, recuperamos o conceito de “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1995), que busca no Brasil colonial uma explicação para as relações personalistas entre patrões e empregados.

Apesar dos obstáculos à luta por reconhecimento, Habermas (2002) considera que existe muito potencial na organização coletiva das lutas, na medida em que os cidadãos partilham uma motivação de caráter político – e dentro das regras do jogo democrático – em favor dos menos favorecidos. Partilhar uma motivação envolve necessariamente “a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garantindo-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDT, 2015, p.62). Esses conceitos serão discutidos tendo como horizonte a sua presença nas percepções do conflito em torno do reconhecimento na cobertura jornalística sobre a conhecida “PEC das domésticas”.

Diante do exposto, segue-se a questão: como é formado o enquadramento multimodal dos portais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo sobre a luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico? A hipótese é de que o enquadramento jornalístico privilegia o *misrecognition* – chamado também de reconhecimento ideológico –, e assim os portais acabam reforçando a opressão até mesmo em notícias sobre a conquista de direitos das domésticas.

Para tentar responder à questão acima, objetivos foram traçados. A meta principal da pesquisa é verificar a cobertura noticiosa sobre os direitos trabalhistas das domésticas. De maneira específica, busca-se: a) identificar em que medida as estratégias comunicacionais utilizadas questionam as relações desiguais intrínsecas a essa atividade; b) discutir a noção de cordialidade como um artifício para diminuir a importância da luta pela regulamentação do trabalho doméstico; c) compreender as origens e particularidades do emprego doméstico no Brasil.

Os portais *on-line* do Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo figuram entre os três sites de notícias mais acessados do Brasil¹. Inicialmente, também pretendíamos recolher as matérias do portal O Globo, mas não conseguimos acessar as páginas sobre a ampliação dos direitos trabalhistas às domésticas e também não obtivemos retorno aos *e-mails* direcionados ao setor de arquivo do jornal; diante desse empecilho decidimos não incluí-lo na análise.

O *corpus* desta investigação é composto por 224 matérias extraídas dos portais *on-line*, sendo 129 do Estadão e 95 da Folha de S. Paulo, publicadas no período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2016. Esse recorte

¹ Informações conforme a plataforma Alexa disponíveis em: <<http://bit.ly/Alexa-Folha>><<http://bit.ly/Alexa-Estadao>>. Último acesso em: 1 nov. 2019

temporal compreende a época de maior evidência midiática dos fatos, já que a Emenda Constitucional 72, gerada a partir do Projeto de Emenda à Constituição nº 66, de 2012 (PEC 66/2012), mais conhecido como “PEC das domésticas”, foi aprovada em 2013 com sua completa regulamentação em 2015. Além disso, a extensão do recorte contribui para o nosso objetivo de verificar as nuances no enquadramento dos portais.

A cobertura midiática sobre a “PEC das domésticas” já foi objeto de análise em alguns estudos. Paradis e Sarmento (2016) examinam 12 textos publicados no jornal Folha de S. Paulo e 3 matérias veiculadas pela revista Veja. Com foco na análise textual, excluindo as imagens, as autoras utilizam a *frame analysis*, segundo o método do enquadramento de matriz goffmaniana. A partir da criação de uma ficha de catalogação com a identificação das fontes ouvidas e dos argumentos dispostos, três grandes quadros de sentido foram formados: o de direitos, o das relações pessoais e o do mercado. Segundo Paradis e Sarmento (2016), é evidente o viés conservador dos enquadramentos encontrados e a ausência de discussão sobre os dilemas do emprego doméstico, como a falta de creches públicas. Dos resultados ainda é possível aferir três outros “silêncios”: a pouca presença das trabalhadoras domésticas como fontes, a invisibilidade do movimento negro na luta e o silêncio dos homens como um dos grandes beneficiários do trabalho doméstico feminino.

A reprodução das desigualdades pelo jornalismo foi observada também por Cal et al. (2018) nas edições *on-line* do jornal Folha de S. Paulo e do argentino *La Nación* sobre os avanços na legislação do trabalho doméstico. Utilizando o método de análise de conteúdo, os autores coletaram 143 notícias publicadas entre os anos de 2013 e 2016 e codificaram nas seguintes variáveis: identificação da matéria; data de publicação; jornal; título da matéria; editoria; formato/gênero jornalístico; assunto principal; fontes consultadas; detalhamento do assunto e do sexo, no caso de trabalhadores (ou ex-trabalhadores) domésticos serem fontes; abordagens em relação ao trabalho doméstico; e enquadramentos a partir de Entman (1993) sobre a mudança da lei.

De acordo com Cal et al. (2018), as notícias pouco problematizaram a perpetuação das desigualdades pelo trabalho doméstico. Nas matérias da Folha de S. Paulo, foi baixa a frequência da presença das trabalhadoras como fontes e, quando apareceram, suas falas tiveram pouca expressão. No jornal *La Nación*, as empregadas também não foram ouvidas, mas o periódico teve um posicionamento

mais questionador do ponto de vista social ao não abordar o assunto apenas nas editorias de economia e ao retratar a possibilidade de melhoria das condições das domésticas com a nova legislação. No entanto, os dois jornais atuaram de maneira parecida na reprodução das injustiças ao enfocarem os interesses e custos com que os empregadores teriam que arcar a partir da ampliação dos direitos trabalhistas.

Seguindo essa mesma linha, mas na tentativa de analisarmos a notícia como um todo, utilizamos a técnica do enquadramento multimodal sugerida por Wozniak et al. (2014). Essa perspectiva agrega à análise do enquadramento clássico os elementos visuais e narrativos, propiciando uma interpretação mais completa/integral da notícia. Dessa forma, evita-se examinar apenas o texto jornalístico brasileiro, o qual recebe grande influência do modelo norte-americano, privilegiando a objetividade e a informação sem contextualização (RIZZOTTO et al., 2017).

Durante a coleta do material, verificamos um predomínio do tema nas editorias de economia dos portais. Para Souza (2009), a lógica economicista é redutora, na medida em que trata dos problemas sociais e políticos pelo viés da acumulação financeira. Assim, podemos refletir sobre o que, contemporaneamente, legitima e estimula a reprodução das desigualdades no Brasil. Defendemos que os discursos midiáticos contribuem para a perpetuação da linguagem economicista ao abordarem a luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico como uma questão de aumento de despesas do empregador ou como um embate político para reduzir os custos da formalização.

A dissertação está dividida em cinco partes, além desta introdução. No segundo capítulo, apresentamos a noção de reconhecimento para a autorrealização dos sujeitos e como a ideologia das classes dominantes pode interferir nesse processo mesmo nos casos de conquistas de direitos. Em seguida, o percurso de luta por dignidade das trabalhadoras é tensionado no capítulo 3, com os paradoxos inerentes às atividades realizadas no ambiente privado. Para isso, são acionados os conceitos de cordialidade, como uma herança das nossas raízes coloniais, e de afetividade, como um elemento que "borra" e une as diferenças entre patrões e empregadas. As etapas da pesquisa constam no capítulo 4 e buscam esclarecer sobre as decisões metodológicas tomadas durante todo o percurso da investigação. O capítulo 5 aponta os resultados da análise do enquadramento multimodal das

notícias sobre as tratativas da regulamentação do trabalho doméstico no Brasil. No capítulo 6, constam as considerações finais.

Espera-se que essa pesquisa contribua para a discussão sobre a complexidade das lutas por reconhecimento no Brasil, situadas em contextos muito particulares, e a participação do enquadramento jornalístico na percepção dos problemas públicos.

2 RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO

Neste capítulo, tomamos como premissa que nem todos os grupos sociais possuem os recursos materiais e simbólicos para colocarem suas demandas no centro das discussões públicas. Dessa forma, dois conceitos tornam-se centrais: reconhecimento e ações de *advocacy*. No entanto, vamos problematizar a presunção do benefício "em falar em nome de outro" e como essas ideias se legitimam no modo discursivo dominante na comunicação de massa.

2.1 AS ESFERAS DO RECONHECIMENTO PARA AXEL HONNETH

Antes de abordar as esferas do reconhecimento segundo Axel Honneth, é preciso ressaltar a contribuição do precursor Charles Taylor (1994). Ligado aos estudos do multiculturalismo, Taylor (1994) proferiu uma palestra em 1990 em que demonstrou a importância do conceito de reconhecimento para a construção da identidade de grupos marginalizados, como mulheres, negros e índios.

Nessa fala, Taylor (1994) estava preocupado com a construção multifacetada do *self* pela cultura ocidental. Essa ideia perpassa categorias como a racionalidade, a autonomia e a autenticidade, em que todos merecem respeito, mas cada sujeito possui uma identidade singular, que ganha uma forma moral. Ou seja, o reconhecimento envolve tanto políticas universais como políticas da diferença. Para alcançar a possibilidade de autorrealização, as pessoas lutam por dignidade social e para que suas particularidades sejam reconhecidas tanto em esferas íntimas como públicas. Altamente dependente das interações subjetivas, Taylor (1994) sugere que a diferença inconciliável deva ser submetida a comparações, de modo a promover fusões de pontos de vista.

Honneth está há quase trinta anos agregando elementos ao debate para explicar como as lutas por reconhecimento contemporâneas podem mobilizar forças para a emancipação dos sujeitos e transformações sócio-históricas. Para o autor, reconhecimento é um comportamento reativo por meio do qual nós respondemos de maneira racional a um determinado valor que nós aprendemos a perceber em sujeitos humanos, segundo o grau de integração e sociabilidade no mundo da vida. Nesse sentido, o agir para o reconhecimento também é um ato moral, na medida em

que o comportamento de reconhecimento se deixa determinar pelo valor das outras pessoas (HONNETH, 2007).

O filósofo alemão expõe quatro premissas para a compreensão da teoria do reconhecimento. Primeiramente, ele reforça o significado original do termo em que o conceito de reconhecimento deve ser entendido como a afirmação de peculiaridades positivas de pessoas ou grupos. Em segundo lugar, o ato de reconhecer não se limita às enunciações simbólicas, ou seja, é uma postura que se concretiza na ação entre os sujeitos. Além disso, o ato de reconhecimento não pode estar atrelado a outros interesses que não sejam exclusivamente os da emancipação dos indivíduos. Por fim, a quarta premissa destaca que o reconhecimento é encontrado nas atitudes relacionadas às esferas do amor, do respeito jurídico e da estima social.

Em 1992, no livro *Luta por Reconhecimento*, Honneth (2003a) desenvolve os fundamentos teóricos e normativos para uma teoria tomando como base a ideia de intersubjetividade como necessária para a autorrealização. Nesse sentido, o conflito ganha papel central na formação moral dos sujeitos. A obra toma como ponto de partida a premissa da filosofia de Hegel, para quem os indivíduos se inserem em embates "através dos quais constroem uma imagem coerente de si mesmos e possibilitam a instauração de um processo em que as relações éticas da sociedade se liberariam de particularismos" (MENDONÇA, 2009, p. 63). A atualização da ideia hegeliana acontece por meio da psicologia social, em que George H. Mead aprofunda o olhar sobre a formação do sujeito quando se relaciona com outros parceiros de interação, ocorrendo um desenvolvimento moral individual e também na sociedade.

Para tal compreensão, Honneth (2003a) adota a existência de três esferas responsáveis pela formação moral do ser humano: a família, o Estado e a sociedade civil. A esfera familiar corresponde aos afetos tecidos entre as pessoas mais próximas nas relações primárias. Essa instituição é responsável pelas experiências do amor, gerando autoconfiança nos sujeitos. O filósofo aborda o amor entre mãe e filho na infância como uma espécie de pré-reconhecimento, havendo um movimento intersubjetivo, no qual se constrói o reconhecimento de si possibilitado pela experiência do amor e da segurança materna. O autor destaca que essas relações não incluem somente os laços de sangue, mas também ligações emotivas fortes entre pessoas.

Por sua vez, o segundo padrão de reconhecimento é ligado ao Estado e diz respeito à esfera dos direitos, vinculados à justiça e ao respeito universal. Para Honneth (2003a), uma pessoa somente se concebe como portadora de direitos quando tem conhecimento das obrigações que deve cumprir perante o outro. Diante disso, quando o indivíduo reconhece os outros membros da sociedade como detentores de direitos, também ele vai se entender como digno cumpridor de suas obrigações. Com isso, o autorrespeito é gerado de maneira que as normas sociais, por meio dos direitos e deveres, se distribuam de modo mais igualitário.

É preciso entender a dimensão processual da justiça, sendo que as lutas por reconhecimento são atravessadas permanentemente por dimensões emancipatórias e por novas formas de injustiça e opressão. As lutas são sempre tortuosas e inerentemente contraditórias (MENDONÇA; PORTO, 2017, p.150).

Sem dúvida, a noção de respeito se altera quando novos direitos são conquistados, como no caso das trabalhadoras domésticas. Mas, na visão de Honneth (2003a), os direitos fundamentais não podem ser medidos pelos papéis sociais atribuídos a alguém. Pelo contrário, independente do grau de estima social, todo ser humano é um fim em si mesmo. A violação desse reconhecimento priva o indivíduo da condição mais fundamental, que é a igualdade perante os outros. O autor demonstra o potencial do direito enquanto instrumento de construção e ampliação da cidadania, mas que depende de um processo de aprendizagem moral para efetivá-las enquanto práticas sociais emancipatórias. Na concepção de Honneth (2003a), a esfera do direito é capacitada para contribuir com a formação individual – noção de um sujeito de direitos – e também para estabelecer as premissas da vida pública democrática.

A terceira esfera de reconhecimento corresponde à sociedade civil, em que os seres humanos desenvolvem a estima social e a solidariedade, a fim de que considerem suas competências como positivas. No entanto, Honneth (2003a) entende que a estima mútua somente é possível se houver uma gama de valores partilhados entre as pessoas. A violação nessa área pode gerar formas de desrespeito que correspondem à degradação e à ofensa. Dito de outra forma, enquanto o direito representa um meio que expressa os valores universais dos seres humanos, os princípios da estima social estão ligados à avaliação das diferenças no meio social. Entretanto, isso não significa que todos devam ser estimados

exatamente da mesma forma, mas que todo indivíduo possa ter a mesma oportunidade de ser estimado.

Segundo o filósofo, a afirmação da estima social não se reduz à dinâmica intersubjetiva do reconhecimento das capacidades individuais, mas principalmente no conflito cultural, no qual “os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida” (HONNETH, 2003a, p. 207). Mendonça (2012) destaca que o conflito, na visão honnethiana, não significa uma luta por autoconservação, e também não se trata de uma espécie de busca pelo bem-estar individual ou por autoafirmação.

Dessa forma, Honneth (2003a) não endossa toda e qualquer revolta política e não considera todas as demandas por reconhecimento como moralmente aceitáveis. Para o autor, as demandas válidas devem levar em conta os outros parceiros de interação. Sendo assim, as reivindicações neofascistas, por exemplo, não se justificam, pois promovem a exclusão e a eliminação do outro. Ou seja, para que a luta seja legitimada, o sentimento de indignação precisa ser partilhado por uma coletividade – quanto mais os movimentos sociais conseguirem chamar a atenção da esfera pública para a importância de suas demandas, mais existe a possibilidade de elevar o valor social dos grupos que representam.

Mendonça (2009) evidencia que a teoria do reconhecimento de Honneth privilegia o “caráter relacional e agonístico da construção da sociedade” (MENDONÇA, 2009, p. 143), em que a autorrealização depende de um progresso moral como horizonte social. Além de deixarem marcas físicas e simbólicas, as formas de desrespeito podem fomentar uma reflexividade que surge da indignação moral. O progresso moral, no entanto, é próprio de ações democráticas, em que o processo de transformação é uma constante.

Nas teorias de Honneth e Taylor, o reconhecimento é uma luta intersubjetiva. Isso tem uma série de implicações. Admitir que se trata de uma luta é assumir que o reconhecimento não pode ser concedido, alcançado ou doado. O reconhecimento não está restrito a fins específicos, nem é limitado a conquistas na esfera de direitos garantidos pelo Estado. Ele não é um prêmio final que liberta grupos oprimidos. A luta por reconhecimento pode ter muitas manifestações diferentes, na medida em que ela não é nada mais do que um processo permanente em que a sociedade reflexivamente se transforma e altera padrões de relação social (MENDONÇA, 2009, p. 147).

Embora a necessidade de reconhecimento legal pela equiparação dos direitos das domésticas com as demais categorias seja algo bastante relevante, existem outras expectativas colocadas em cena.

Interessa-nos, assim, a distinção entre o reconhecimento do que se é e o reconhecimento do que se faz. Aquilo que consideramos como inerente à nossa personalidade ou como nos definimos deveria trazer consigo um nível básico de respeito. O reconhecimento do que se faz, pelo contrário, se refere às contribuições efetuadas através das ações. Ou seja, se estende como parâmetro de qualidade em comparação com os padrões de realização que prevalecem em uma sociedade. Em ambos os casos, a falta de reconhecimento sobre o que se é ou sobre o que se faz pode mobilizar uma luta tanto pessoal como política (SMITH; DERANTY, 2011).

Nesse sentido, entendemos que a discussão sobre o emprego doméstico no Brasil acumula desrespeitos e desvalorizações sob as duas formas de reconhecimento – de quem se é e do que se faz.

Dessa forma, a abordagem honnethiana se mostra eficaz para compreender como a categoria do trabalho fornece um cenário que possibilita a contestação de valores construídos socialmente.

Ou seja, tais formas de desafios políticos estabelecem significados do que é contribuir para a sociedade ou alcançar algo que vale a pena. Os critérios pelos quais as conquistas são reconhecidas podem ser (e na burguesia e na sociedade patriarcal é) distorcidos pelos preconceitos culturais e pelos interesses de grupos poderosos. Para ter um esforço (digamos, em cuidar dos outros) identificado como trabalho, como digno de reconhecimento e recompensa, pode então ser objeto de uma luta política progressista. Tal política envolve a luta justamente porque ela visa derrubar preconceitos e estereótipos enraizados que servem aos interesses daqueles que estão no poder, ajudando a reproduzir a ordem estabelecida de reconhecimento (o status quo) (SMITH; DERANTY, 2011, p. 60).

A partir dessas considerações, discutimos no próximo item o conceito de reconhecimento desvirtuado da noção de autorrealização efetiva dos sujeitos. Assim, o reconhecimento ideológico é identificado como uma forma eficiente de ocultação dos questionamentos sobre as injustiças sociais.

2.2 RECONHECIMENTO IDEOLÓGICO COMO ESTRATÉGIA PARA “ACOMODAR” OS CONFLITOS

Recentemente, o conceito de *misrecognition* ou reconhecimento ideológico ganhou proeminência no debate da teoria crítica. Honneth (2007) desenvolve a questão no artigo "*Recognition as Ideology*", em que apresenta as características desse reconhecimento retórico, que contribui apenas para a manutenção da ordem social dominante e não para a autonomia dos sujeitos. O autor cita o exemplo do reconhecimento social recebido pelas boas mães e donas de casa, o qual muitas vezes esconde a opressão da divisão sexual do trabalho doméstico.

Honneth (2007) identifica três características do reconhecimento ideológico: a) possui um valor normativo social que designa valor perante as peculiaridades de uma pessoa ou grupo; b) o reconhecimento ideológico é mobilizado principalmente por valores racionais críveis e c) a irracionalidade do reconhecimento ideológico é encontrada na discrepância entre as promessas de reconhecimento social e a realização material efetiva. Essas particularidades do reconhecimento ideológico estimulariam os sujeitos a cumprirem as funções sociais subalternas sem resistência suficiente para implementarem uma luta efetiva por reconhecimento social.

Mas se houve uma evolução na legislação trabalhista, por que ainda as trabalhadoras domésticas sofrem para terem seus direitos assegurados na prática? Thompson e Hoggett (2011) indicam três razões principais para tais falhas de reconhecimento. A primeira razão é o fato de o sujeito ignorar tal condição de valorização. Podemos supor que, mesmo com toda a divulgação midiática, os patrões não saibam quais são seus deveres como empregadores. Outra razão está atrelada à negligência por interesse próprio, caso em que podemos citar os contratantes que conhecem os direitos das trabalhadoras, mas pretendem burlar a lei para tirar alguma vantagem financeira. Por fim, com inspiração nos estudos psicanalíticos, os autores se debruçam sobre um motivo relacionado à ambivalência dos afetos, refutando a oposição binária geradora de *misrecognition*.

Assim como as lutas por justiça são processuais e envolvem conflitos, da mesma maneira são formadas as razões para o reconhecimento parcial de grupos e sujeitos. Thompson e Hoggett (2011) argumentam que Honneth não leva suficientemente em conta a presença contínua do ódio na esfera do amor, o caráter narcisista na esfera do direito e a inveja na esfera da estima social. Para que a interdependência seja sustentada com sucesso, as necessidades, demandas e reclamações de cada parte devem ser respeitadas e respondidas. Isto é, elas devem ser reconhecidas pelo outro, em vez de serem vistas como uma intrusão, um ataque

a si mesmo, à liberdade de alguém ou aos próprios direitos. Nos sistemas políticos modernos, o respeito pelos outros é tipicamente demonstrado pelo cumprimento das leis. A própria luta das empregadas domésticas é para serem reconhecidas como sujeitos autônomos e dignos de direitos trabalhistas, ao invés de serem vistas como trabalhadoras inferiores que precisam de cuidados dos seus empregadores: “Quando tal autoridade patrimonial é desafiada, pode frequentemente assumir formas preconceituosas e vingativas” (THOMPSON; HOGGETH, 2011, p.26).

Assim, a produção de *misrecognition* ocorre quando um avanço na área do Direito restringe o avanço do reconhecimento das trabalhadoras na esfera da estima social. Dessa forma – mesmo que a regulamentação do trabalho tenha sido apenas uma quase equiparação de direitos –, pode gerar um sentimento de que determinado grupo social esteja sendo favorecido pelo Estado. Essas observações visam compreender a complexidade das razões pelas quais o reconhecimento nas relações intersubjetivas é negligenciado.

Na esfera midiática, Maia (2018) aponta três estratégias utilizadas que produzem o reconhecimento inadequado de grupos sociais: invisibilidade, estereótipos e exclusão.

A primeira diz respeito à ausência de determinados temas ou grupos nas imagens e textos, sendo algo bastante humilhante devido à insignificância pública constatada nesses casos. Assim, os grupos desfavorecidos tendem a lutar pela sua existência para que suas demandas e opiniões sejam relevantes publicamente.

O segundo aspecto remete à atribuição de características reducionistas pelos discursos da mídia. Quando os produtores descrevem os grupos minoritários como causadores de problemas ou sempre necessitados de ajuda, estão aplicando padrões de avaliação e reforçando estereótipos.

Por último, a autora identifica a exclusão seletiva que a mídia realiza ao abordar determinadas temáticas, principalmente as mais conflituosas. Por exemplo, ao ignorar as motivações políticas por detrás dos comportamentos violentos, as notícias reduzem a indignação de manifestantes caracterizando-os apenas como baderneiros.

Esses três caminhos identificáveis nas produções da comunicação de massa mostram que profissionais dessa área tendem a ratificar as hierarquias sociais. Eles elegem o que será notícia e quais os destaques importantes em uma cobertura.

Os profissionais de comunicação precisam selecionar alguns aspectos da realidade percebida, a qual se encontra em um fluxo constante, uma vez que é impossível contar uma história sem o seu devido enquadramento. No entanto, eles têm uma considerável autonomia para enquadrar histórias e interpretar o que está acontecendo (MAIA, 2018, p.73-74).

No texto "Reconhecimento como ideologia e democracia: o Trabalho Infantil Doméstico", Maia e Cal (2018) argumentam que, em situações de questionamento e mobilização social, os agentes dos *media* podem disseminar discursos que enfrentem as hierarquias sociais. Por outro lado, as ex- trabalhadoras domésticas ouvidas na pesquisa das autoras aceitam a própria submissão, justificando-a com razões plausíveis dentro daqueles contextos em que estão inseridas. Nesse caso, o reconhecimento ideológico aparece claramente, pois existe uma valorização do Trabalho Infantil Doméstico (TID) como uma oportunidade desejável de mudança de vida.

Diante de privações múltiplas e severas em seus lares de origem, o TID é visto pelas mulheres que trabalharam na infância como uma forma de escapar da pobreza ou de evitar cair na prostituição. As participantes trouxeram à tona várias crenças que não podem ser consideradas irracionais, mas suportadas por razões com poder de convencimento (MAIA; CAL, 2018, p. 142).

A esperança das participantes do grupo focal é que o TID ofereça para as meninas oportunidades de consumo, educação e socialização nas famílias mais abastadas financeiramente. Ou seja, o *misrecognition* é gerado nas promessas de reconhecimento social não concretizadas. Conforme concluem as autoras, o ciclo da pobreza característico do TID não é quebrado, e as mulheres não elaboram uma semântica coletiva. "Elas identificam os danos provocados pelo TID como casos particulares, contingentes, decorrentes de falta de sorte ou da ausência de empenho pessoal" (MAIA; CAL, 2018, p. 147). Dessa forma, a crítica sobre as injustiças acaba por ser levada a público por agentes de *advocacy* em nome daqueles que representam.

2.2.1 A dimensão coletiva na luta por reconhecimento e ações de *advocacy*

Como veremos mais adiante na análise dos resultados, a luta coletiva das trabalhadoras domésticas pouco aparece na cobertura jornalística sobre a

regulamentação dessa profissão. Mas o silêncio dos portais de notícias não corresponde à articulação política da categoria. Bernardino-Costa (2015) refaz as conexões entre diversos atores políticos que resultaram nos avanços legais na década de 2010.

As alianças feitas entre as trabalhadoras domésticas, sindicatos, movimentos feministas, movimentos negros, agências internacionais e parlamentares resultaram na pressão para o Brasil ratificar a Convenção 189 e acelerar as mudanças legislativas sobre o trabalho doméstico. A esse diálogo entre os movimentos sociais dá-se o nome de interseccionalidade emancipadora, tipificada pelas situações em que raça, classe e gênero se entrelaçam contra uma desigualdade e se estabelece um sentimento de solidariedade para a atuação política (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Os sindicatos acabam sendo o local em que as empregadas domésticas podem exercer sua atuação política coletiva. Segundo o PNAD/IBGE (2016), somente 4% da categoria de trabalhadoras domésticas é sindicalizada, o que corresponde a aproximadamente 280 mil pessoas. Após a reforma trabalhista de 2017, a contribuição sindical passou a ser facultativa, de acordo com o artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e o recolhimento dessa contribuição depende de autorização expressa do trabalhador, que deve assinar um documento autorizando o patrão a efetuar o desconto na folha de pagamento.

Apesar da tentativa de desmontar as organizações coletivas de trabalhadores, Goldsmith (2013) considera equivocada a noção de fragilidade da ação sindical por parte dos analistas. A autora narra a fundação da *Confederación Latinoamericana y de Caribe de Trabajadoras del Hogar* (Contralctho) e a atuação das delegações de vários países nas Conferências da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2011 e 2012 como exemplos das possibilidades de articulação dessas mulheres. A pesquisadora utiliza técnicas de descrição etnográfica para mostrar como as militantes subvertem os espaços que lhes haviam sido destinados nas salas de reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao desrespeitarem os protocolos, as trabalhadoras conseguiram se fazer ouvir e ser incorporadas com equidade nos debates.

O autor Bernardino-Costa (2015) conta que a delegação brasileira participou das conferências da OIT com 70 pessoas, entre governo, empregadores e trabalhadores. Desses, destaca-se a participação de cinco representantes dos

sindicatos das domésticas e da deputada Benedita da Silva² (PT-RJ), que teve importante atuação política na aprovação da Emenda Constitucional que concede às empregadas domésticas direitos semelhantes aos dos demais trabalhadores do país. Como subproduto da conferência, que deveria ser ratificada voluntariamente pelos países membros para sua validação legal, o tema trabalho doméstico foi posto na agenda política do país e passou a ocupar a mídia.

Essas ações, que culminaram no avanço da legislação trabalhista em favor das empregadas domésticas, podem ser caracterizadas como mobilizações de *advocacy*. Ao contrário do que o termo sugere, o significado não compreende somente as atividades do campo jurídico. Nas pesquisas que investigam as estruturas de poder na política, esse conceito é ampliado e denota iniciativas de promoção e defesa de uma causa ou de grupos, com o objetivo de dar maior visibilidade a questões no debate público e influenciar políticas sociais.

O poder dos atores sociais de influenciar o processo de tomada de decisões políticas é uma estratégia para fortalecer as ações da sociedade civil e a participação da cidadania no processo de implementações de programas e para promover uma nova cultura política, mais transparente, participativa e democrática, além de consolidar a democracia. A *advocacy* se constitui em práticas para garantir os direitos humanos de grupos marginalizados e ampliar sua cidadania, assim como a implementação de leis igualitárias e o cumprimento dos acordos internacionais (LIBARDONI, 1999).

Se a noção de *advocacy* está atrelada ao compromisso com grupos menos favorecidos politicamente, qual é o problema do predomínio desses atores nas notícias analisadas sobre a regulamentação do trabalho doméstico? Para Miguel (2011) os *expertises* são dotados de competências marcadas por uma distribuição extremamente desigual na sociedade brasileira. É provável que os *advocates* provenham de grupos sociais privilegiados, independentemente das posições que defendam.

Além disso, o autor enxerga que o modelo de *advocacy* tende a aprofundar as assimetrias do poder, já que sua ênfase é na eficácia da implementação de políticas públicas e não no questionamento de ocupação de lugares privilegiados.

² Benedita da Silva é ex-empregada doméstica e parlamentar desde 1987, a respeito ler: DA SILVA, Benedita; BENJAMIN, Medea; MENDONÇA, Maisa. **Benedita da Silva: An Afro-Brazilian woman's story of politics and love**. Food First Books, 1997.

Essa delegação "implica retirar dos constituintes a possibilidade de construir autonomamente suas preferências políticas" (MIGUEL, 2011, p.43).

Segundo Miguel (2011), o problema fica pior quando os mecanismos de autorização e de prestação de contas são negligenciados pelos representantes, pois tendemos a ficar dependentes da benevolência desses representantes. Ou seja, quando não estão abertos ao diálogo com os grupos mais interessados (nesse caso, as trabalhadoras domésticas), os modelos de *advocacy* encobrem um viés altamente paternalista e autoritário.

Os *advocates* promovem uma forma de substituição que faz com que a autoexpressão dos dominados deixe de aparecer como um problema a ser enfrentado. Afinal, seus direitos ou interesses já se fazem ouvir, defendidos por grupos e indivíduos melhor capacitados. Além disso, o que esses *advocates* apresentam como sendo as demandas de seus representados virtuais não é, necessariamente, aquilo que eles produzem ou produziram como preferências caso tivessem acesso a espaços em que pudessem gerá-las de forma autônoma. É aqui que as perspectivas sociais, ignoradas por essa literatura, tornam-se relevantes (MIGUEL, 2011, p. 54).

Em estudo sobre o Trabalho Infantil Doméstico (TID) no Pará, Cal (2015) aborda as ações de *advocacy* no enfrentamento e na repercussão pública midiática do assunto. Para a autora, o enfoque dos jornais locais não fomenta uma discussão mais efetiva sobre as desigualdades: a cobertura noticiosa não questiona a tolerância social à prática do trabalho infantil doméstico.

De acordo com Cal (2015), apesar dos esforços de organizações em defesa da infância e da adolescência, existem dois grandes desafios: conseguir estimular políticas públicas adequadas e suficientes para a erradicação do TID e lidar com a forte tolerância social a esse tipo de prática. Mesmo com o discurso midiático relacionando o trabalho infantil à violação de direitos, não há referência aos conflitos diante da exploração das meninas. "Como os processos de dominação são considerados internalizados, o que ganha relevância são a resignação e a aceitação desse tipo de trabalho" (CAL, 2015, p. 230). A autora destaca que o espaço destinado à fala e ao posicionamento das mulheres afetadas pelo TID nos *media* destina-se, principalmente, à expressão do sofrimento e das mazelas relacionadas ao assunto. Dessa forma, as discussões políticas acerca de direitos e interesses seriam atribuídas a especialistas e representantes de organizações sociais, deixando para as mulheres afetadas o papel de vítimas.

No caso da regulamentação do emprego doméstico, houve esforços do Governo brasileiro e representantes dos sindicatos das domésticas para a diminuição da discriminação na legislação. Porém, assim como no enfrentamento do TID, a luta publicada pelos portais de notícias é marcada por um acordo moral com influência do sistema patriarcal que regula o corpo social da subordinação entre patrões e empregadas. É o que trata o capítulo seguinte.

3 AS CONTRADIÇÕES DO EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL

No capítulo anterior, vimos que somente as ações de *advocacy* são insuficientes para considerarmos como eficiente a participação no debate público e como efetiva a autorrealização dos grupos marginalizados socialmente. Nos próximos tópicos, refletimos sobre a complexidade do trabalho doméstico – sendo marcado pelo entrelaçamento dos aspectos trabalhistas com os culturais, relacionais e afetivos. Defendemos que uma característica marcante da nossa sociedade, a cordialidade – conceito desenvolvido por Buarque de Holanda (1995), pode ser um elemento útil para escamotear injustiças e práticas de subordinação.

3.1 "QUASE DA FAMÍLIA": A CORDIALIDADE NA SERVIDÃO BRASILEIRA

A cordialidade está "incrustada" na nossa formação enquanto povo e serve como um artifício comportamental e psicológico para a manutenção da subordinação de determinados grupos. Com o objetivo de entender a cultura brasileira engendrada pela diversidade e pela aparente harmonia diante das tensões sociais, Sergio Buarque de Holanda (1995) pinça o termo "homem cordial" de Ribeiro Couto. A expressão é utilizada pela primeira vez em 1931, quando o poeta santista encaminha uma carta ao embaixador mexicano no Brasil, Alfonso Reyes. Na mensagem, Couto deixa claro que o "homem cordial" seria o legado brasileiro ao mundo, possuindo duas características positivas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade.

Já em 1936, quando lança *Raízes do Brasil*, Holanda (1995) destaca que a nossa cordialidade tem origem no sistema patriarcal e na herança rural, em que o sujeito pode ser afável, mas também impulsivo, a ponto de recorrer à violência. Nessa visão, o brasileiro tende a passar do caráter amável para a hostilidade com certa rapidez. Questionamos, assim, se a afetividade funcionaria como uma espécie de chantagem a ponto das classes subalternas serem submetidas e controladas por medo das transformações que colocariam os privilégios sob ameaça.

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto, deve ser rigorosamente respeitada e cumprida. (HOLANDA, 1995, p. 85).

Dessa forma, as relações sociais brasileiras são permeadas pela indistinção entre os espaços públicos e privados. Holanda (1995) vai estabelecer uma dicotomia entre o âmbito do Estado e da Família. No Estado, existe o cidadão, o eleitor, o indivíduo no espaço público. Por sua vez, na Família, existe o sujeito, o particular e o privado. Para o historiador, deve haver um rompimento da ordem familiar para que o Estado possa se estabelecer.

Apesar das críticas ao legado da teoria do “homem cordial”, a confusão entre o público e o privado é ainda uma importante referência para compreender as disputas, conciliações e conflitos na nossa sociedade. O autor acreditava que, com o processo de industrialização, urbanização, democracia e inclusão social, o “homem cordial” estaria fadado a desaparecer. No entanto, ainda hoje, os exemplos são muitos, basta pensar na grilagem das terras indígenas, na construção clandestina de esgoto ou na sofisticação de escapar do pagamento de impostos – sejam profissionais liberais ou grandes empresas. Ou seja, podemos pensar o conceito de “homem cordial” como sendo o sujeito particularista e antipolítico em que os próprios interesses predominam sobre toda a vida social.

Ao relatar as novas relações de trabalho com o desenvolvimento do capitalismo e a industrialização, Holanda (1995) constata que o tipo de educação que melhor se encaixa na formação de cidadãos não é a de superproteção e dominação dos pais nas escolhas dos filhos, pois esse tipo de educação gera pessoas incompetentes e despreparadas para a atuação civil. Ou seja, onde os princípios familiares se estabelecem de forma muito sólida, no espírito de iniciativa pessoal, cria anti cidadãos, entrando em confronto com os princípios da cidadania, que se baseiam na responsabilidade de quem não mais vive à sombra da família. Assim, nas relações profissionais, os patrões relacionam os empregos e os benefícios aos “direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos” (HOLANDA, 1995, p. 146). Por outro lado, no Estado, burocrático por excelência, existe a especialização das funções e o esforço para se assegurar garantias jurídicas aos cidadãos.

Para o historiador, a cordialidade brasileira não se confunde com a polidez. Muito comum entre os japoneses, a polidez está ligada a uma forma ritualística de demonstrar respeito ao outro, enquanto a cordialidade refere-se a uma forma espontânea de convívio com apelo emocional. Essa necessidade de apropriação afetiva do outro pode ser notada na utilização só do primeiro nome nos tratamentos e nas expressões linguísticas. Holanda (1995) destaca o uso do sufixo “-inho”, colocado em palavras como “patrãozinho”, que revela a necessidade de aproximar o que é distante do nível do afeto.

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (HOLANDA, 1995, p.61).

O autor também exemplifica com os comportamentos comerciais e religiosos brasileiros a necessidade de criar vínculos mais íntimos. Na área comercial, existe uma predisposição de se estabelecer relações de amizade para se conquistar um freguês. E, na religião, ficam evidentes ao chamar os santos com extrema intimidade, como Santa Terezinha, humanizando os ritos, expressando o apego ao concreto e o rechaço às distâncias. Diante disso, a mentalidade cordial pode ser constatada em vários traços da nossa sociedade, até mesmo na relutância no cumprimento de leis que contrariem o seu próprio ponto de vista.

Para Mônica Lopes (2010), existe uma dificuldade em impor as formalidades da lei àquelas cujas vidas se misturam à da família. Há um equívoco, pois o trabalhador doméstico não é parte da família. É claro que, como em qualquer profissão, as relações devem ser baseadas no respeito, mas ele “presta serviços à família e sua profissão não a distingue dos demais empregados na cidade. Há uma demanda cotidiana das atividades que eles realizam por força de um contrato e não pelo prazer de servir” (LOPES, 2010, p. 86).

A realidade trazida no livro *A ralé brasileira* (2009) revela a face mais cruel do emprego doméstico no Brasil: a situação de ser agregado em uma casa de

família. Ao mesmo tempo em que significa um ganho qualitativo material e emocional na vida de muitas meninas pobres, existem as limitações impostas pela própria condição, “uma vez que tudo que deseja e passa a desejar não pertence a si, mas sim a essa família, que, como constante ameaça, pode lhe dar e tirar de acordo com as circunstâncias” (CARNEIRO; ROCHA, 2009, p.134-135). A consequência dessa condição é a sobreposição dos papéis de ser “praticamente da família” e também empregada doméstica, paradoxalmente, havendo pouco espaço para uma vida privada nesse ambiente familiar. Essa condição fica óbvia nas situações em que o “‘ser da família’ justifica o não pagamento de salário ou o pagamento de uma quantia mínima” (CAL, 2015, p. 216), e a distinção aparece nos momentos de lazer, em que a empregada deve arcar com as obrigações enquanto os patrões aproveitam o tempo livre (CAL, 2015).

Ainda como herança do período colonial brasileiro, como aponta Kofes (2001), a relação entre o desenvolvimento de determinadas atividades, o mandar e o obedecer era tida como natural, indicando com isso uma equivalência social entre o trabalho e seu executor. Nesse sentido, ser negro e ser escravo – de certa forma – era equivalente, e as atividades encarregadas a ele também. O pensamento colonial produziu a imagem da mulher negra e do homem negro intrinsecamente ligada a trabalhos manuais, de força e servis, naturalizando a ideia de que os negros nasceram sobretudo para executar essas funções. Desse modo, a mulher negra nascera para ser mucama, ama de leite, cozinheira, arrumadeira, lavadeira, costureira dentre outros, possuindo para isso dotes inatos, ao contrário do branco, que, nessa visão, nasceu para mandar, gerenciar e dominar.

Kofes (2001) afirma que, nesse período, nas áreas urbanas era generalizado o aluguel de escravos para o serviço doméstico. As mucamas e as escravas, para dentro de casa, eram escolhidas mediante seus dotes físicos e boa aparência – as mais semelhantes à cultura dominante. Citando Gilberto Freire, a autora pontua que a população se encontrava tão habituada ao trabalho de servidão que o próprio termo “alugado” passou com o tempo a designar a empregada doméstica (KOFES, 2001, p. 135).

Para alguns pesquisadores do tema, como Bernadino-Costa (2007), a soma de todos esses fatores quando se pensa o trabalho doméstico recai numa desvalorização e depreciação dessa atividade. Ou seja, uma concessão sobre a exploração por meio de amplas jornadas de trabalho, má remuneração e

contratações ilegais e a não cobertura integral pela legislação brasileira – ao contrário de outras categorias de trabalhadores. De acordo com o autor, até mesmo os seus saberes são silenciados e ignorados pela narrativa hegemônica.

Na história do feminismo, o debate sobre essas conexões é central. Okin (2008) critica a maioria dos teóricos políticos contemporâneos que, ao continuarem a separar as esferas pública e privada, ignoram os assuntos relacionados à família. De maneira geral, os pesquisadores desprezam a divisão do trabalho que nela se dá, as formas de dependência econômica e a estrutura de poder. Conforme a autora pontua, a atribuição de responsabilidades para mulheres e homens na esfera privada tem a ver com as expectativas que existem em relação à ocupação de espaços na esfera pública, que são muito diferentes para homens e mulheres.

Nós não podemos entender as esferas “públicas” – o estado do mundo do trabalho ou do mercado – sem levar em conta o fato de que são generificadas, o fato de que foram construídas sob a afirmação da superioridade e da dominação masculinas e de que elas pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica. É preciso perguntar: as práticas nos locais de trabalho, no mercado ou no parlamento seriam as mesmas se elas tivessem se desenvolvido pressupondo que seus participantes teriam de acomodar-se às necessidades de dar à luz, educar um filho, e às responsabilidades da vida doméstica? (OKIN, 2008, p. 320).

A falta de responsabilidade masculina com os afazeres do ambiente doméstico resulta em vantagens na participação da esfera pública, como, por exemplo, o acesso ao tempo e a empregos com maiores salários. Ou seja, as mulheres estão sendo habilitadas para atuar na esfera pública e adquirindo competências, mas permanecem como as principais responsáveis pelo trabalho de limpeza da casa e pelos cuidados dos filhos. Todo esse fardo influencia diretamente a luta feminina pela emancipação e reconhecimento dos seus direitos.

3.1.1 A afetividade no emprego doméstico familiar

O trabalho realizado dentro do ambiente familiar é permeado pela troca de afetos. Gutiérrez-Rodríguez (2013) encontra em Spinoza (1995) a fundamentação teórica do conceito “afeto”. Como a palavra latina sugere, *affectus* remete ao impacto que os sentimentos deixam sobre nossos corpos e pensamentos. No entanto, os afetos não são causados naturalmente. Eles ocorrem dentro das relações de poder que formam e informam outras relações sociais e assim

sucessivamente. Dito de outra maneira, os afetos não são direcionados aleatoriamente às pessoas, ocorrem dentro de um contexto histórico e político específico.

Em pesquisa com trabalhadoras domésticas latinas migrantes na Europa, Gutiérrez-Rodríguez (2013) enfatiza que, se por um lado o emprego doméstico é associado a estratégias de sobrevivência, mobilidade social e autonomia, por outro lado, para a empregadora, ele é associado à possibilidade de transferir um trabalho não prazeroso para outra mulher, podendo assim ter mais tempo para se dedicar à carreira profissional ou para o lazer. Nessa perspectiva, a condição do emprego doméstico traz em si uma ambiguidade. Ao mesmo tempo em que as relações de proximidade possibilitam às trabalhadoras tirarem proveito de uma situação extremamente desfavorável, também escancaram a colonialidade do poder, descrita por Quijano (2005).

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p. 110).

Nesse processo de constituição do sistema capitalista e divisão dos países entre modernos e colonizados iniciado no século XV, se constitui uma exterioridade à Europa. O fenômeno migratório estudado por Gutiérrez-Rodríguez (2013) destaca a presença da exterioridade dentro das fronteiras europeias, articulada pela presença de migrantes vistos como "os outros" da nação, que, mesmo territorialmente dentro das nações, são vistos como *outsiders*, uma ameaça potencial à coesão social. Dessa forma, a colonialidade do trabalho é o dínamo dessa estrutura social e cultural, criadoras de nichos de exploração no centro do capitalismo globalizado, formando uma lógica de desvalorização do trabalho feminino e racializado, bem como formando uma lógica desumanizadora dos sujeitos que desempenham essa função.

No Brasil, a partir de estudos etnográficos realizados nos anos 1990 no Espírito Santo, Jurema Brites (2003) desconstrói a ideia de que as relações clientelistas apenas subordinam as empregadas domésticas. Na lógica das trabalhadoras do lar, os laços afetivos são benéficos e desejáveis, ao contrário das relações de trabalho formalizadas, tidas como excessivamente impessoais.

“Se eu trabalho numa firma e o meu filho adoecer, o patrão não vai me ajudar a comprar o remédio pro menino”, argumentava uma das informantes. Facilidades de negociar adiantamentos, faltas e até mesmo os “presentinhos”, “as sobras do jantar”, “as roupas velhas” todos estes ganhos extra-salariais tão criticados pelos analistas acadêmicos eram destacados como “o que vale a pena” no serviço doméstico (BRITES, 2004, p. 1-2).

Além da facilidade em negociar diretamente com os patrões, outra “vantagem” são os objetos inutilizados pelos empregadores e que são doados para as empregadas. Essa “transmissão de patrimônio” é muito característica da prestação do serviço doméstico e excede o sentido estritamente monetário, levando a uma noção de retribuição. Brites (2004) deixa claro que não se trata dos objetos com grande valor, como as relíquias da família, e sim as coisas que seriam descartadas por perderem a utilidade no padrão de consumo dos empregadores. O doador ocupa uma posição privilegiada e superior na hierarquia em relação a quem recebe. As empregadas domésticas recebem as “sobras” – roupas velhas, geladeira usada, o resto do almoço, entre outras coisas.

No mesmo ambiente, de proximidade íntima e cordial entre patrões e empregadas, são reproduzidas as lógicas hierárquicas e de distinção. Brites (2007) investiga que a distância social é repassada para as crianças sutilmente por informações subliminares. A própria configuração espacial com a segregação dos espaços destinados exclusivamente para as domésticas, como o “quarto de empregada” ou “banheiro de empregada” – muitas vezes insalubres e cheios de entulhos –, são marcadores da diferença. Segundo Brites (2014), o controle de acesso das crianças a esses espaços não se dá através do respeito pela intimidade do outro, mas pelo medo do “contágio” dos corpos “sujos” dos subalternos. Aqui está uma contradição, pois as empregadas podem preparar os alimentos para a família, limpar a casa, lavar a roupa e cuidar da higiene das crianças, mas seus espaços são considerados impróprios para o trânsito dos membros da família e visitantes. Outra situação é a impossibilidade da doméstica em usufruir todo o conforto que a casa da

família oferece. Sentar no sofá, assistir televisão e usar os mesmos utensílios dos patrões é visto como insubordinação pelos empregadores.

Se ambas as partes supostamente colaboram para essa relação clientelista de trabalho, o poder público pouco se mobiliza para romper essa lógica perversa. Sob a égide da inviolabilidade do ambiente privado, os programas políticos se abstêm de promover a construção de creches, cooperativas de limpeza de casas ou projetos comunitários para cuidados de crianças e idosos.

Entretanto, as principais conquistas de direitos das trabalhadoras domésticas aconteceram durante o período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) ocupava o poder executivo da República, com os ex-presidentes Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT). Aliás, as ações afirmativas de inclusão social foram responsáveis pela quebra do "ciclo de pobreza", causando o desconforto na sociedade brasileira, muito bem caracterizado pelo filme "Que horas ela volta?"³ (2015). No entanto, até chegar à regulamentação do trabalho doméstico em 2015, as conquistas legislativas possuem uma longa e árdua trajetória.

3.2 A SAGA DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA AS DOMÉSTICAS

Ainda que muitas mulheres fossem submetidas a trabalhar em casas de famílias em troca de comida e abrigo, com o fim da legalização da escravidão brasileira, surgiu a classe de subempregados nos serviços domésticos. No clássico livro *Emprego Doméstico e Capitalismo*, Heleieth Saffioti (1978) traça uma linha do tempo da legislação das empregadas domésticas no Brasil até os anos 1970. Conforme destaca, a primeira tentativa de regulamentação surge em 1923 no Rio de Janeiro. O decreto nº 16.107 institui a obrigatoriedade da carteira de identificação e determina a natureza da ocupação, mas não beneficia em nada as trabalhadoras.

Nacionalmente, somente em 1941, com o decreto nº 3.078, há um instrumento legal que disciplina a relação entre empregadores e empregadas domésticas. Essa norma exige o registro em carteira profissional, remuneração e fiscalização, porém não foi regulamentada. Dois anos depois, o advento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) exclui a função doméstica da sua

³ Filme dirigido por Anna Muylaert que critica as desigualdades da sociedade brasileira mostrando os conflitos entre Val, empregada doméstica, sua filha Jéssica e os patrões de classe média alta.

aplicação, por ser considerado serviço de natureza não econômica prestado às famílias no âmbito residencial.

A regulamentação da prestação de serviços domésticos tem sido relegada a segundo plano pelos legisladores em função, possivelmente, da natureza íntima das relações que se estabelecem entre empregado e empregador, assim como com os demais componentes da família, e, por outro lado, pelo fato de não se configurar, nesta relação, o típico conflito entre trabalho e capital. Ademais, a incorporação dos empregados domésticos à CLT implicaria considerar a família como uma empresa, quando as atividades de trabalho que têm lugar naquela em nada se assemelham às que ocorrem nesta quanto ao destino dos bens e serviços em ambas produzidos (SAFFIOTI, 1978, p.39).

Na década de 1960, alguns decretos permitiram poucos avanços na legislação. A lei nº 3.807 faculta aos empregados domésticos a filiação à previdência social, e o decreto nº 61.784 determina a indenização por acidente de trabalho. Apenas com a lei nº 5.859 de 1972 a prestação do serviço ganha o *status* de profissão, com direito ao registro em carteira, inclusão obrigatória no sistema de previdência (possibilidade de afastamento por doença e aposentadoria) e 20 dias de férias anuais.

Depois de 16 anos, com a intervenção da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e representantes da categoria, a Constituição Federal de 1988 trouxe novos avanços: direito ao salário mínimo, à irredutibilidade salarial, ao 13º salário, ao repouso semanal remunerado, às férias remuneradas, à licença-maternidade de 120 dias, à licença-paternidade, ao aviso-prévio, bem como sua integração à previdência social.

[...] as estruturas patriarcais e racistas das relações de trabalho escravistas mantidas a muito custo pelas oligarquias brasileiras foram questionadas no espaço político adequado por um grupo considerado frágil e que, ao contrário, mostrou-se forte e articulado. Existia latente, portanto, a falsa impressão de desmobilização diante das trabalhadoras domésticas, o que de certa forma é um reflexo das concepções racistas (SANTOS, 2010, p.59).

Dessa forma, havia duas fontes escritas de regras jurídicas, mas que ainda não atendiam às necessidades das trabalhadoras. Os casos de reclamatória trabalhista com pedido de horas extras e estabilidade no emprego eram julgados improcedentes por falta de embasamento legal, pois as leis não estendiam às

domésticas os incisos sobre o limite de jornada nem a estabilidade à gestante (RABELO, 2015).

Após um longo período, somente em 2001, a Lei 10.208 faculta ao empregador recolher o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com isso as empregadas podem receber o seguro-desemprego. Por força da Lei 11.324 de 2006, as domésticas obtiveram o direito à estabilidade gestacional, férias de 30 dias, garantia de folga em dia de feriado e vedação de descontos por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene e moradia. Essas novas regras foram incorporadas ao texto da Lei 5.859/72.

No âmbito internacional, o quadro de restrição de direitos das trabalhadoras domésticas começou a sofrer mudanças a partir de 2008, quando a OIT incluiu na pauta de discussão a valorização e o fortalecimento do respeito e igualdade das empregadas. Esse fato culmina na adoção de um instrumento internacional de proteção a esses sujeitos em 2011, a Convenção nº 189, intitulada "Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos", que define a adoção de um instrumento visando assegurar a efetividade plena dos direitos fundamentais laborais.

3.2.1 As disputas e os avanços da "PEC das domésticas"

No Brasil, o deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) propõe a Emenda à Constituição (EC) nº 478, em 2010 – que revoga o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal – para estabelecer a igualdade de direitos entre as domésticas e os demais trabalhadores. No dia 2 de abril de 2013, é promulgada pelo Congresso Nacional a famosa proposta, conhecida como a "PEC das domésticas". Devido à promulgação da EC 72/2013, o rol de direitos foi ampliado consideravelmente. De efeito imediato, tem-se a limitação da jornada semanal a 44 horas ou 8 horas diárias, adicional para jornada extraordinária, conhecido como horas extras e o adicional noturno. Na Câmara dos Deputados, o texto foi aprovado em segunda instância, por 347 votos a 2.

Assim sendo, após discussões políticas e embates entre o relator Romero Jucá (PMDB-RR) e o Governo Federal, a EC 72/2013 foi sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) em junho de 2015, transformando-se em Lei Complementar (LC) nº 150. A regulamentação definiu regras para sete direitos que

estavam sem aplicação: adicional noturno; obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador; seguro-desemprego; salário-família; auxílio-creche e pré-escola; seguro contra acidentes de trabalho; e indenização em caso de despedida sem justa causa. A regulamentação teve dois vetos: um que nega aos vigilantes o sistema de contagem de horas dos domésticos e outro que proíbe a demissão por justa causa quando viola a intimidade do empregador doméstico ou de sua família.

A LC nº 150/2015 entende trabalhador doméstico como aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa, pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de dois dias por semana. A lei ainda veta a contratação de menor de 18 anos e prevê que o trabalho não exceda às 8 horas diárias e 44 horas semanais. Além disso, a lei obriga o registro do horário de trabalho do empregado doméstico por qualquer meio manual, mecânico ou eletrônico, desde que idôneo. Esse registro é imprescindível ao controle da jornada de trabalho como forma de comprovar horas noturnas ou extraordinárias.

Em 2015, o governo federal implanta o chamado Simples Doméstico – um sistema que unifica e facilita os pagamentos pelos empregadores dos novos benefícios devidos aos domésticos, incluindo FGTS, seguro contra acidentes de trabalho, INSS e fundo para demissão sem justa causa, além do recolhimento do Imposto de Renda devido pelo trabalhador. Naquele ano, entra em vigor também o Programa de Recuperação Previdenciária dos empregadores domésticos (REDOM), que concede ao empregador o parcelamento dos débitos relativos à contribuição previdenciária. Embora a legislação tenha garantido todos os direitos às empregadas domésticas mensalistas, o diagnóstico de Saffioti (1978) continua atual ao definir que esse tipo de trabalho ainda sofre forte influência da oferta e procura por vagas e dos vínculos afetivos desenvolvidos na relação entre empregador e empregadas.

No próximo tópico, ressaltamos os dados que buscam caracterizar essas trabalhadoras, identificando as mudanças e apontando as permanências. Como veremos, com o passar do tempo ocorreu um envelhecimento dessa classe, que ainda é majoritariamente um destino das mulheres negras e com baixa escolaridade.

3.3 QUEM SÃO AS ATUAIS EMPREGADAS DOMÉSTICAS?

Segundo o Ministério do Trabalho são considerados trabalhadores domésticos: os vigias, cozinheiros, governantas, babás, lavadeiras, faxineiras, motoristas particulares, copeiros e jardineiros. Em 2018, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), essa gama de trabalhadores correspondia a 6,24 milhões de pessoas, sendo 94% de mulheres, que ainda enfrentam muitas dificuldades para que a legislação trabalhista seja cumprida.

A maior parte das empregadas domésticas ainda trabalha sem carteira assinada e recebe, em média, R\$740,00, valor abaixo do salário mínimo nacional, de R\$998,00. Já a média salarial do trabalho com carteira assinada sobe para R\$1.245,00. O salário também varia quando se faz o recorte por gênero: enquanto a média salarial dos 280 mil homens que desempenhavam a função de trabalhador doméstico foi de R\$1.019,61 no último trimestre de 2018, a das mulheres ficou em R\$846,12.

Porém, chegar à conclusão de que a regulamentação do emprego doméstico piorou a situação das trabalhadoras é precipitada e incorreta. Depois da nova legislação, houve um aumento na formalização das domésticas, mas com a crise econômica ocorreu a migração de profissionais informais para essa categoria.

Os resultados encontrados mostram que a legislação impactou de forma distinta as empregadas domésticas mensalistas e diaristas. Para as mensalistas, observa-se um aumento na formalização e de redução da jornada de trabalho. No entanto, não se encontra efeito sobre os salários. Para as diaristas, como esperado, não foi encontrado nenhum efeito. Além disso, observa-se um aumento na probabilidade de ser diarista e uma mudança das características das mensalistas em relação às diaristas, o que poderia estar associado à substituição da empregada mensalista por diarista. Dessa forma, não é possível afirmar se o aumento da formalização para as mensalistas se deve a uma transição da informalidade para a formalidade entre as mensalistas ou se houve uma mudança de composição do grupo de mensalistas (IPEA, 2016).

O estudo "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça" – com base em séries históricas de 1995 a 2015 da PNAD – revela que o serviço doméstico remunerado tem um papel preponderante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional. O serviço funciona como porta de entrada para as jovens migrantes da área rural para a urbana e é caracterizado pela baixa remuneração e formalização. Os dados da série histórica demonstram

algumas tendências no arranjo da categoria. Em 2015, o emprego doméstico ainda era a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no país. Sua importância no universo das ocupadas vem caindo num ritmo pouco acelerado ao longo das últimas décadas: em vinte anos, passou de 17,3% para 14,3% a proporção de ocupadas nesse serviço. No entanto, se analisarmos a distribuição etária, notamos que vem ocorrendo um envelhecimento significativo da categoria. Em 1995, quase 52% das trabalhadoras domésticas tinham até 29 anos de idade, já 20 anos depois somente 16% estavam nessa faixa etária.

Se em 1995 apenas 17,8% das trabalhadoras tinham carteira assinada, em 2015 chega-se a 30,4%. No entanto, também pode ser encontrada uma desvantagem das negras em relação às brancas, apesar de constituírem o maior grupo entre as domésticas: 29,3% das trabalhadoras negras tinham carteira assinada em 2015, comparadas a 32,5% das brancas. A diferença se torna ainda mais expressiva se compararmos regionalmente. Enquanto na região Centro-Oeste 37,5% das trabalhadoras domésticas tinha carteira assinada em 2015, na região Nordeste, somente 19,5% acessava esse direito.

Em relação aos níveis educacionais, existe uma enorme diferença no que se refere a cor/raça entre as empregadas domésticas. Entre 1995 e 2015, a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, salta de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra passa de 3,3% para 12%, um aumento de quase quatro vezes, mas isso não esconde que a população negra chega somente em 2015 ao patamar de 20 anos atrás da população branca.

No que diz respeito aos afazeres domésticos em suas próprias casas, quanto mais alta a renda das mulheres, menor a proporção das que afirmaram realizar o serviço – entre aquelas com renda de até um salário mínimo, 94% dedicavam-se ao trabalho, contra 79,5% entre as mulheres com renda um pouco mais alta. Em situação inversa estão os homens, em que a proporção é maior entre os que ganham mais. Entre eles, 57% dos que recebiam de 5 a 8 salários mínimos diziam realizar os afazeres domésticos, número que cai para 49% entre os que tinham renda menor. Todos os dados apresentados demonstram que o serviço doméstico é marcado pela desigualdade regional, de gênero, raça e renda.

A pesquisadora Jurema Brites (2014) ressalta que a organização familiar nas casas das empregadas domésticas obedece a parâmetros diferentes daqueles encontrados nos lares patronais. A responsabilidade de socialização das crianças é

geralmente compartilhada em vários lares com a presença de parentes do gênero feminino, como tias e avós. Os homens raramente cumprem a função de pais e maridos, na medida em que os casamentos são facilmente desfeitos. Porém, a ausência paterna é vista como parte da natureza masculina de pertencer ao domínio da rua e não criar raízes. Segundo Brites (2014), é raro encontrar alguém pago para fazer as tarefas reprodutivas nas casas das empregadas domésticas. Em geral, esses serviços recaem para os membros mais fragilizados do arranjo familiar, como as filhas, a cunhada que vive longe dos seus parentes ou uma prima que veio do interior para buscar trabalho na "cidade grande". Durante as longas jornadas de trabalho como domésticas, as mães contam com uma rede feminina de solidariedade e com a ajuda de grupos religiosos para prestar assistência às crianças. A autora afirma que esse arranjo pode ser pensado como:

[...] tradições de reprodução de grupos subalternos, uma vez que é um tipo de família que está inserido em um sistema social com baixa provisão do Estado, em um contexto de elevada desigualdade socioeconômica, precariedade material e no qual o trabalho infantil e juvenil substitui a escola como mecanismo de socialização e provisão de renda para reprodução familiar (BRITES, 2014, p. 149-150).

Todas as condições sociais apresentadas neste capítulo implicam em dizer que ocorre a permanência das características mais fundamentais do emprego doméstico no Brasil. Ou seja, a mudança de perfil das mulheres nessa área não implica na ruptura das desigualdades estruturantes da nossa sociedade.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentamos a trajetória e os critérios utilizados para a análise das matérias sobre a regulamentação do emprego doméstico. Defendemos que, ao desmembrar a composição da notícia, a narrativa utilizada e as imagens, podemos recompor o tema, visando identificar os padrões e saliências nos enquadramentos dos portais. Para isso, aplicamos a técnica do enquadramento multimodal adotado por Wosniak et al. (2014). Antes, porém, faremos uma breve recuperação do conceito de enquadramento.

4.1 BREVE CONTEXTO DOS ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO

Rabadán e Mariño (2008) dividem os estudos de enquadramento em três etapas. A primeira, de 1974 a 1990, refere-se à formação do conceito desde a origem na psicologia, com Bateson (1976), até sua aplicação no campo da comunicação.

Bateson (1976) analisou a troca de mensagens verbais e não verbais, conscientes ou não, entre macacos. O pesquisador, interessado em contribuir com os estudos da área da psiquiatria, descobriu que os animais reconheciam os sinais metacomunicativos dos seus parceiros de interação. Ou seja, apesar de performarem uma possível briga, os macacos sabiam que estavam apenas brincando de brigar. Bateson (1976) faz uma analogia dos *frames* com a relação entre mapa e território, sendo que no processo complexo da metalinguagem esses dois elementos ora podem se igualar ora podem se diferenciar.

No campo da Sociologia, Goffman (2012) atualiza o conceito de enquadramento, trazendo-o para suas pesquisas sobre o comportamento humano nos espaços corriqueiros, e lança a obra "*Frame analysis: an essay on the organization of experience*"⁴, de 1974. O pesquisador, ao adotar a perspectiva metodológica de "*framing analysis*"⁵, compreende que as experiências dos sujeitos derivam do contexto em que estão inseridos. A busca pela resposta da clássica

⁴Traduzida para o português pela Editora Vozes sob o título *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*, publicada em 2012.

⁵ Em português, pode ser traduzido como "análise de enquadramento".

pergunta "o que está acontecendo aqui?" leva a que os indivíduos moldem sua experiência.

As definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra [usada para se] referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar [...] a expressão “análise de quadros” é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência (GOFFMAN, 2012, p. 34).

O autor enfatiza que as notícias veiculadas são um exemplo de enquadramento da realidade. No entanto, essa situação envolve o compartilhamento de quadros. Os repórteres selecionam acontecimentos considerados extraordinários, mas a maneira como exploram esses fatos também emoldura nossa percepção sobre o mundo.

A longo prazo, esses primeiros estudos sobre enquadramento resultaram em três efeitos teóricos: reconhecimento dentro das pesquisas científicas, protagonismo e localização bem definida dentro dos paradigmas comunicativos (RABADÁN; MARIÑO, 2008).

O segundo marco apontado por Rabadán e Mariño (2008) compreende a década de 1990, marcada pelo desenvolvimento e heterogeneidade da aplicação do conceito de enquadramento. Dentro dessa perspectiva, está inserida a definição de *frame* para Robert Entman (1993), que será utilizada e abordada mais adiante nesta pesquisa. Nesse período, os estudos sobre enquadramento tornam-se tão diversificados a ponto de causar certo descontrole, confusões metodológicas e divisões teóricas. Dos anos 2000 até agora, o enquadramento ganha centralidade no panorama da comunicação, e as investigações científicas concentram esforços na elucidação conceitual dentro de um contexto de expansão dos estudos empíricos. No Brasil, destacam-se estudos sobre a cobertura da política institucional (RIZZOTTO et al., 2017, 2018; GUTEMBERG; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA et al., 2016), questão racial (CAMPOS et al., 2013; MOYA, 2009), entre outros temas.

Depois de 40 anos de expansão e desenvolvimento dos trabalhos sobre enquadramento, existe um consenso na divisão em três grandes áreas de análise do processo comunicativo: produção, processamento e efeitos. Esta pesquisa está empenhada na identificação e discussão da estrutura interpretativa da realidade

dentro da cobertura jornalística, ou seja, *news frame analysis*⁶. Diante disso, o método de enquadramento mostra-se eficaz para o nosso objetivo de examinar qualitativa e sistematicamente o material coletado dos portais de notícias. Em suma, essa ideia geral organizadora de uma mensagem informativa é a soma das escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato e ao conteúdo das reportagens (PORTO, 2004). Essa seleção, consequentemente, determina e privilegia certos aspectos da realidade mediada.

Mas como identificar os *frames* em uma notícia? Não existe um consenso sobre quais critérios adotar, mas uma enorme variedade de abordagens. Dessa forma, essa questão pode comprometer a análise com o subjetivismo do pesquisador, assim, corre-se o risco de extrair *frames* do analista. “Isto é porque a percepção e codificação de quadros dependem fortemente de como o pesquisador percebe o problema”⁷ (MATTHES; KOHRING, 2008, p.260, tradução nossa).

Na tentativa de dirimir o problema citado, Druckman (2009) dá uma importante contribuição ao explicar que as preferências sobre determinado tema dependem de avaliações comparativas. Segundo o autor, muitos pesquisadores têm empregado o conceito de enquadramento para analisar os discursos da elite na mídia, mas deixa claro que o grau de influência sobre os sujeitos depende de outros filtros, como a opinião de amigos e familiares. Druckman (2009) alega que os quadros são formulados ao longo do tempo, valendo inclusive para os assuntos noticiados – assim como o tema da regulamentação do trabalho doméstico. Dessa forma, entendemos que o período observado de cinco anos pode contribuir na identificação das variações na cobertura ao longo do tempo.

4.2 ENQUADRAMENTO MULTIMODAL

A partir das discussões realizadas anteriormente, este trabalho adota o enquadramento multimodal sistematizado por Wosniak et al. (2014) na análise das notícias sobre a regulamentação do trabalho doméstico, pois nos ajuda a compreender os diferentes aspectos e elementos reunidos em um texto jornalístico,

⁶ Em português, pode ser traduzido como “análise de enquadramento noticioso”.

⁷ “*This is because the perception and coding of frames strongly depend upon how there searcher perceives the issue*”.

integrando três modos de representação: os enquadramentos noticiosos, o narrativo e o visual.

Somente uma análise simultânea e sistemática dos diferentes modos de comunicação nos níveis textual e visual nos aproximará de compreender o quadro completo elaborado por notícias sobre mudanças climáticas e irá mover a análise de conteúdo da cobertura das mudanças climáticas para mais perto da experiência de recepção multimodal (WOZNIAK et al., 2014, p. 471, tradução nossa)⁸.

Apesar de os autores estarem preocupados com as discussões sobre as mudanças climáticas, eles reforçam que independente das adaptações de análise para um determinado tema, o enquadramento multimodal possui três principais vantagens: 1) a codificação padronizada aproxima-se da interpretação do usuário médio do conteúdo; 2) o procedimento permite relacionar itens dentro das notícias entre os textos, narrativas e imagens e 3) a abordagem também contribui para comparações em contextos diversos, porém que versem sobre uma mesma temática.

Seguindo a ideia de padronização dos autores, adaptamos o livro de códigos e a tabulação dos dados viabilizados pelo grupo Comunicação e Participação Política (COMPA), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em que foram codificadas 2.202 matérias – publicadas pelos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo – sobre o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

A partir da leitura das matérias sobre a "PEC das domésticas", houve uma primeira codificação com a adequação das categorias e variáveis para que fossem pertinentes ao assunto retratado. Porém, durante o processo foram realizados ajustes, sendo necessária uma revisão após a análise inicial. Matthes e Kohring (2008) identificam essa metodologia como sendo de tratamento holístico manual e recomendam a transparência na extração dos enquadramentos com critérios empíricos claros que validem o processo.

Diante das abordagens expostas pelos autores, consideramos a holística manual mais adequada e flexível para detectar as sutilezas e complexidades sobre o

⁸ “Only a concurrent and systematic analysis of the different communicative modes on the textual and visual levels will get us closer to understanding the complete pictured raw news reports on climate change and will move content analysis of climate change coverage closer to readers’ actual multimodal reception experience”.

assunto abordado. Em seguida, elencamos as categorias observadas nas notícias competentes aos três níveis, assim como as principais características do enquadramento noticioso, narrativo e visual.

4.2.1 Enquadramento noticioso

Para a análise do enquadramento textual das notícias sobre a regulamentação do emprego doméstico, vamos observar a presença das quatro categorias elencadas por Entman (1993), quais sejam: definição de um problema, interpretação, avaliação moral e solução recomendada. Assim como detectado no nosso estudo, o autor destaca que nem sempre vamos encontrar essas quatro funções no texto, porém os *frames* são definidos também pelas omissões, as quais podem ser tão determinantes como os elementos constantes. Dito de outra forma, o enquadramento noticioso pode ser considerado como um processo de seleção de alguns elementos da realidade percebida pelo jornalista na formatação de uma narrativa que possui certas inclinações para promover uma determinada interpretação.

As pesquisas de enquadramento buscam em certa medida mensurar e descobrir quais preferências ganham destaques na construção das reportagens ou também as ausências de determinadas discussões. Contudo, os vieses da mídia são resultados das decisões dos jornalistas limitados pela sua capacidade humana de compreender a realidade, assim como pelas pressões e imposições das instituições midiáticas. É bastante comum relacionarmos as notícias enviesadas à noção de manipulação, mas somente com a identificação de padrões consistentes no enquadramento podemos provar o posicionamento noticioso sobre determinado assunto (ENTMAN, 2007).

Dessa forma, acatamos o conceito de enquadramento desenvolvido por Entman (1993) e utilizamos as seguintes variáveis na codificação textual das notícias: (C18) problema – refere-se ao subtópico mais representativo considerando o texto, manchete, lide e imagem; (C18.1) atores – diz respeito às fontes predominantes; (C19) causas do problema – que são as indicações fornecidas pelo repórter das razões que originaram o problema; (C20) julgamento moral – aparece quando o jornalista se posiciona através da seleção das fontes e citações; (C21)

solução – indica alguma solução para o problema citado e geralmente é encontrada na parte final da notícia.

Para além do olhar complacente ou inquisitório sobre o poder da mídia, esta pesquisa propõe evidenciar as inclinações dos portais noticiosos incorporando os aspectos narrativos e visuais.

4.2.2 Enquadramento narrativo

Já para o enquadramento da narrativa, o olhar é sobre como as histórias das alterações na lei foram contadas pelos veículos através da (C06) dramatização – roteiro com começo, meio e fim; presença de (C07) emoção – descrição do estado emocional dos sujeitos. Além disso, houve a categorização do (C08) tema geral – sendo o elemento que prepondera no enquadramento; (C09) tom – consideram-se as aspas escolhidas pelo jornalista e os papéis dos personagens envolvidos como (C10) vítimas – pessoa/grupo prejudicada ou defendida por alguém; (C11) vilões – pessoa/grupo responsável por danos; (C12) heróis – pessoa/grupo admirado ou que defende a vítima e/ou combate o vilão.

A complexidade em reconhecer a narrativa jornalística como um dispositivo argumentativo é bem explicada por Motta (2005), que duvida da ingenuidade dos jornalistas. Segundo o pesquisador, a dissimulação (consciente ou não) do repórter tende a camuflar seu papel como narrador, como se os fatos falassem por si mesmos – quase sem a interferência de um sujeito. De qualquer maneira, o jornalista deixa “rastros” capazes de revelar suas intenções.

Em outras palavras, estamos afirmando que as fábulas contadas e recontadas pelas notícias diárias revelam os mitos mais profundos que habitam meta-narrativas culturais mais ou menos integrais do noticiário: o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana, e assim por diante. São essas, na verdade, as grandes meta-narrativas culturais que o jornalismo nos conta e reconta diariamente (MOTTA, 2005, p.15).

Dessa maneira, a narrativa jornalística opera em “ganchos” que organizam o encadeamento dos fatos em elementos visuais e textuais quase sempre fragmentados pelos acontecimentos diários (WOZNIAK et al., 2014). Como forma de ajudar os pesquisadores, Motta (2007) apresenta seis procedimentos desejáveis

na interpretação da narrativa jornalística, sendo: 1) recomposição do acontecimento; 2) identificação do conflito; 3) construção de personagens jornalísticas; 4) estratégias comunicativas; 5) relação com o contrato cognitivo e 6) metanarrativas. O capítulo 6 sobre os resultados contém maiores detalhes sobre a análise pragmática da narrativa noticiosa.

4.2.3 Enquadramento visual

Os recursos visuais também são parte importante na construção dos significados de uma reportagem e podem ser mais facilmente decodificados pelos consumidores, “porque eles são menos intrusivos do que palavras e, como tal, exigem menos carga cognitiva. Portanto, o processamento pode ser periférico e o público pode ter maior probabilidade de aceitar o quadro visual sem questionar”⁹ (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p.50, tradução nossa). Além disso, as fotografias parecem ser mais próximas da realidade, com grande potencial de criar laços emocionais.

As autoras destacam a literatura escassa e com uma grande diversidade de metodologias, o que pode prejudicar a análise dos recursos visuais. Rodriguez e Dimitrova (2011) destacam que as sutilezas das imagens podem dificultar a identificação dos *frames*; os recursos visuais podem não ser tão claros e precisos quanto o texto. Na tentativa de sistematizar as abordagens, elas propõem uma escala de quatro modelos de identificação dos *frames*: denotativo, elementos estilísticos, conotativo e o ideológico.

A percepção denotativa se refere aos elementos mostrados nas imagens e pode ser acessada pela descrição, respondendo às seguintes questões: quem e o que está sendo retratado na fotografia? O enquadramento derivado desse nível também leva em conta a legenda, inscrições e contexto na análise das mensagens visuais. A segunda camada de observação compreende a técnica empregada na fotografia, em relação ao estilo envolvido na representação e sua convenção social. As fotografias não somente representam objetos e pessoas no sentido denotativo, mas também possuem conceitos e ideias que extrapolam a imagem em si, e essa

⁹ “[...] because they are less intrusive than words and as such require less cognitive load. There for, peripheral rather than central processing may be activated and audiences maybe more likely to accept the visual frame without question”.

análise corresponde ao nível conotativo. Nessa configuração, o uso de metáforas e símbolos abstratos é frequente. O quarto modelo é o ideológico e está atrelado à noção de que qualquer imagem dentro das notícias cumpre uma função na estrutura de poder e na formação da consciência pública e pode ser questionada das seguintes formas: as imagens servem a quais interesses? Quais vozes estão sendo ouvidas? Quais são as ideias que predominam? (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011).

Em consequência dessas discussões, formulamos as seguintes variáveis: (C13) descrição detalhada da imagem; (C14) número de imagens; (C15) pessoa representada; (C16) ângulo da câmera e (C17) plano da imagem. Os modelos conotativo e ideológico não podem ser codificados, mas extraído da relação entre as variáveis anteriores. O livro de códigos completo pode ser consultado no Anexo 1 desta pesquisa.

4.3 COLETA E *CORPUS* DE ANÁLISE

Para fins desta investigação, selecionamos os portais de notícias de O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Os veículos escolhidos estão entre os mais acessados, tradicionais e consolidados nacionalmente. Após a seleção dos portais, foi realizada a coleta manual através do mecanismo de busca eletrônica, escolhendo como palavras-chave: "PEC das domésticas" e "trabalho doméstico". Nessa etapa, foram excluídos os artigos, editoriais e matérias com conteúdo audiovisual por exigirem um tipo específico de análise que não faz parte da finalidade desta dissertação. Com isso, chegamos ao total de 224 notícias publicadas no período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2016. A ideia é que com observação sistemática e rigorosa das notícias – nesse período de cinco anos – seja possível recompor o objeto, fazendo conexões, e o que antes parecia desconectado ganhe continuidade e coesão, surgindo uma nova história com os elementos fragmentados (MOTTA, 2005).

Além disso, o assunto começou a ganhar mais destaque na mídia apenas em 2013, quando a PEC 66/2012 passou a tramitar no Senado Federal. A aprovação, por unanimidade, em março de 2013 garantiu direitos, como a jornada de trabalho de 8 horas diárias e o pagamento de horas extras. Outros sete direitos só passaram a valer em junho de 2015, pois dependiam de regulamentação do Congresso Nacional.

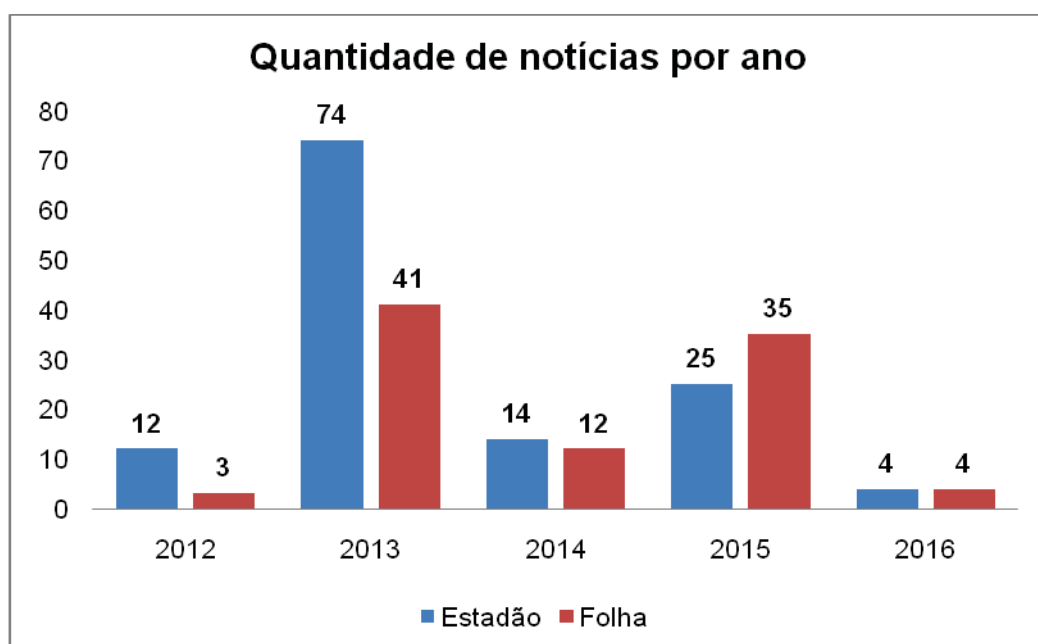
5 OS QUADROS DA SUBORDINAÇÃO

Após percorrer o caminho teórico-metodológico, apresentamos a análise das 224 notícias coletadas dos portais de O Estado de S. Paulo (ESP) e da Folha de S. Paulo (FSP). Dividimos a exposição dos resultados em quatro subcapítulos. Inicialmente, discutimos os elementos contextuais ao enquadramento noticioso, para em seguida aprofundarmos com os níveis textual (5.2), narrativo (5.3) e visual (5.4).

5.1 COMPONENTE ENQUADRADO X PERÍODO DO TEMPO

Como era esperado e o Gráfico 1 revela, o assunto começa a ganhar espaço com 12 notícias n'O Estado de S. Paulo em agosto de 2012, quando o projeto de emenda constitucional é aprovado por comissão interna da Câmara dos Deputados e em seguida pelo plenário. Já a Folha de S. Paulo apresenta o tema somente com 3 publicações em 2012, sendo 2 no mesmo dia, 9 de dezembro, e com características de ceticismo em relação à aprovação da "PEC das domésticas". "Para pesquisadora, tendência é que mensalistas virem diaristas", de 9 de dezembro de 2012.

GRÁFICO 1 - QUANTIDADE DE NOTÍCIAS POR ANO



FONTE: A autora (2020).

Seguindo os trâmites regimentais, a "PEC das domésticas" chega ao Senado em março de 2013, sendo aprovada por unanimidade e promulgada no mês seguinte. Nesse período, temos um pico de 74 publicações no Estadão e 41 notícias na Folha devido ao acompanhamento das votações e também tratando a respeito das consequências que a mudança na legislação trabalhista iria acarretar aos patrões. Além disso, em abril do mesmo ano, as reportagens já mencionam a necessidade de regulamentação de alguns itens da emenda e as divergências entre o governo e o relator Romero Jucá (PMDB - RR) sobre a flexibilização e diminuição de encargos trabalhistas.

Em 2014, foram apenas 14 notícias no ESP, enfatizando a demora na regulamentação pelo Congresso Nacional e a sanção de uma lei adicional pela ex-presidenta Dilma Rousseff impondo a cobrança de multas aos patrões que não registram o vínculo empregatício na carteira das trabalhadoras domésticas. A FSP também enquadra o assunto de forma parecida nas 12 matérias desse período e, além disso, demonstra o impacto dos gastos com empregadas domésticas no orçamento familiar da classe média.

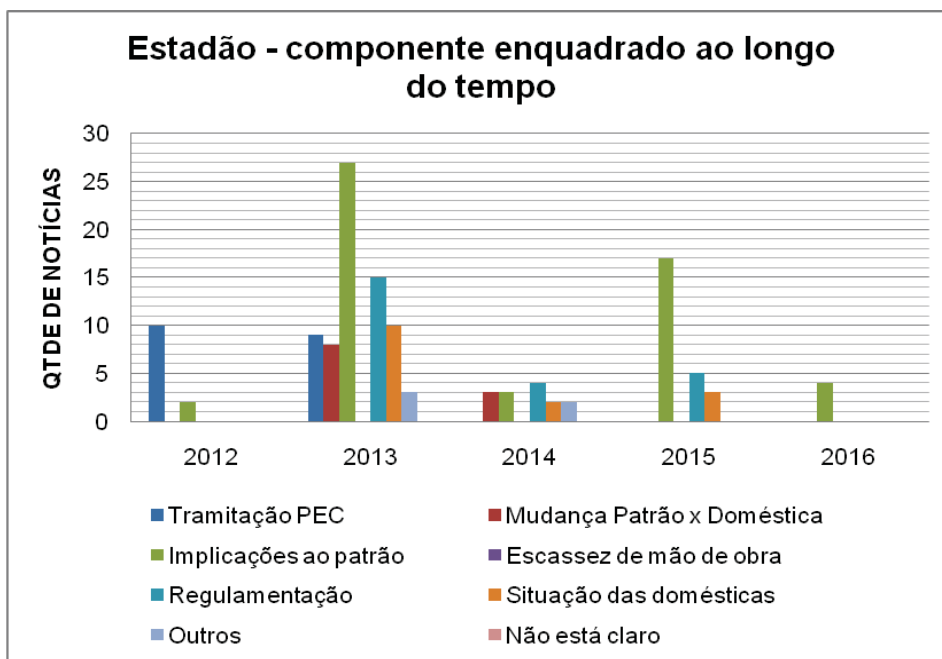
As disputas políticas voltam a aparecer no ano seguinte, nas 25 notícias do ESP e nas 35 da FSP, época em que não houve consenso entre os parlamentares até a efetiva aprovação da emenda em junho. Após esse período, as publicações se concentram nos custos para os empregadores, por exemplo, no título "Para não pagar dobrado, patrão deve cancelar INSS agendado do doméstico", de matéria publicada em 6 de novembro de 2015 pela Folha de S. Paulo. Os problemas nos sistemas digitais implantados pelo Governo Federal para facilitar o recolhimento de encargos trabalhistas também foram destacados, como no título "Apesar de problemas, receita não vai estender prazo para pagamento do simples doméstico", de 3 de novembro de 2015, também da Folha.

Por fim, em 2016, os problemas enfrentados pelos patrões no registro pelo sistema "e-social" na *internet* são abordados 4 vezes em ambos os portais.

No Gráfico 2, podemos acompanhar com mais detalhes a distribuição do componente enquadrado entre 2012 e 2016 do portal do Estadão. O único assunto que aparece em todos os anos é relacionado aos patrões, suas preocupações, seus custos e mudanças na contratação das empregadas. Salientamos que as trabalhadoras domésticas são a categoria central, apesar da legislação abranger outras ocupações como cozinheiro, babá, lavadeira, vigia, motorista particular e

jardineiro. A compreensão dessa variável fica mais nítida no item 5.2 com a identificação dos principais problemas abordados pelos jornalistas.

GRÁFICO 2 - ESTADÃO - COMPONENTE ENQUADRADO AO LONGO DO TEMPO



FONTE: A autora (2020).

A tramitação da proposta aparece nos dois primeiros anos investigados, como no título “Lei garante 17 novos direitos ao empregado doméstico”, de 26 de março de 2013. Nesse tipo de matéria, o repórter destaca o curso da emenda para sua aprovação, a quantidade de votos favoráveis e a equiparação dos direitos das domésticas com os demais trabalhadores.

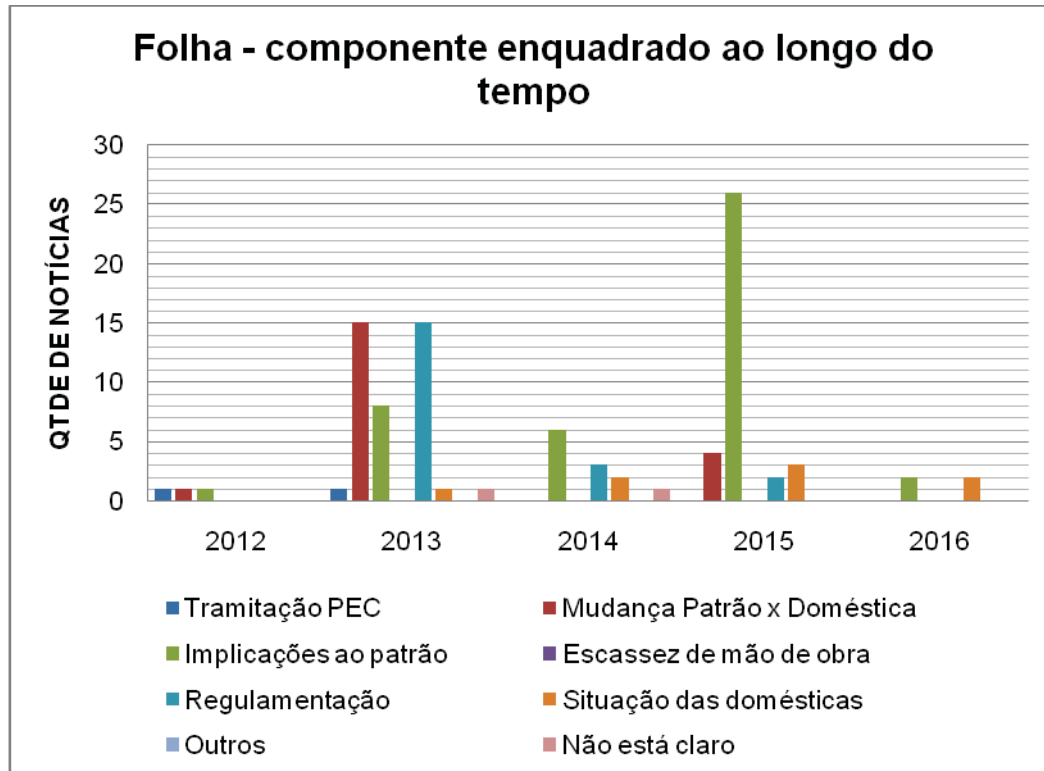
Em 2013 e 2014, também constatamos a presença de notícias que enfatizam a mudança na relação entre empregadores e trabalhadoras. Em tom de ameaça, o parágrafo a seguir corresponde à indignação da presidente do sindicato patronal com a aprovação do projeto.

Do lado patronal, o Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo (Sedesp) faz um abaixo-assinado online e pede assinaturas de todos os que se sentiram prejudicados com a promulgação da PEC. “Os legisladores pensaram nos 7 milhões de votos (dos trabalhadores) e se esqueceram dos 14 milhões de patrões”, afirma Margareth Galvão Carbinato, fundadora e presidente de honra do Sedesp (AE, 2013)¹⁰.

As matérias sobre a regulamentação de alguns pontos da emenda constitucional ocorrem com mais frequência em 2013 – logo após a aprovação da PEC – e perdem força em 2014 e 2015. Em laranja, no Gráfico 2, notamos que a melhora econômica e no mercado de trabalho para as domésticas é evidenciada em 2013 com 10 publicações, mas aparece com menos frequência nos outros anos.

Em contrapartida, no Gráfico 3, fica clara a diferença de enquadramento da Folha. No início do período, não houve destaque para nenhum tema; já, no ano seguinte, o portal enfatiza a mudança na relação entre patrões e empregados com a aprovação da emenda. A FSP também enfatiza a necessidade da regulamentação de alguns pontos da PEC.

GRÁFICO 3 - FOLHA - COMPONENTE ENQUADRADO AO LONGO DO TEMPO



FONTE: A autora (2020).

¹⁰ Disponível em: <<https://bit.ly/38ZLD6S>>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

Em 2014, a quantidade de matérias cai drasticamente e há um predomínio do enquadramento sobre as implicações aos empregadores, por exemplo, no título: "Patrão que não assinar carteira de doméstico será multado em pelo menos R\$ 724", de 9 de abril de 2014. Esse mesmo tema salta em 2015, com 26 notícias, entretanto os outros assuntos caem bastante.

Assim como no Estadão, a Folha opta por enquadrar as preocupações dos empregadores em todos os anos da série analisada. A diferença entre os portais se dá no ano em que a questão predomina. Enquanto o ESP privilegia o assunto em 2013, a FSP prioriza em 2015.

5.1.1 Uma questão econômica para os jornais

No item anterior, vimos que a cobertura jornalística variou conforme os cinco anos observados. No entanto, houve uniformidade no fato de que as pautas foram apresentadas predominantemente na editoria de "Economia e Negócios" no portal do Estadão. Considerando os dados do Estado de S. Paulo no Quadro 1, do total de 129 matérias, 117 estão nessa categoria, o que equivale a 90,7%. Isso chama a atenção, porque as fontes mais presentes são os atores políticos, como veremos no item 5.4, e, mesmo com as implicações na economia doméstica, o tema estava sendo discutido no ambiente legislativo à época.

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES POR EDITORIA DO ESTADÃO

Editoria	Número de reportagens	Porcentagem	Total
Economia	117	90,70%	129
Política	8	6,20%	
Geral	4	3,10%	

FONTE: A autora (2020).

As publicações na editoria de "Política" somam 6,2% do total e aparecem principalmente no ano de 2012, no início das discussões sobre a "PEC das domésticas". Além disso, são reportagens semelhantes às divulgadas na editoria de "Economia e Negócios", apenas com uma pequena mudança no título.

As matérias distribuídas na editoria “Geral” apresentam os menores índices de presença e abordam questões relacionadas ao assunto principal, como no título “Lei faz mães trocar babás por escola integral”, de 28 de abril de 2013. Essa notícia apresenta mulheres que, após a aprovação da emenda, decidiram demitir as trabalhadoras domésticas e colocar os filhos em escolas privadas em tempo integral.

No Quadro 2, vemos que a Folha de S. Paulo aprofunda ainda mais o viés econômico. Do total de 95 notícias, 92 aparecem na editoria “Mercado”, correspondendo a 96,85%.

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES POR EDITORIA DA FOLHA

Editoria	Número de reportagens	Porcentagem	Total
Mercado	92	96,85%	95
Cotidiano	1	1,05%	
BBC Brasil	1	1,05%	
São Paulo	1	1,05%	

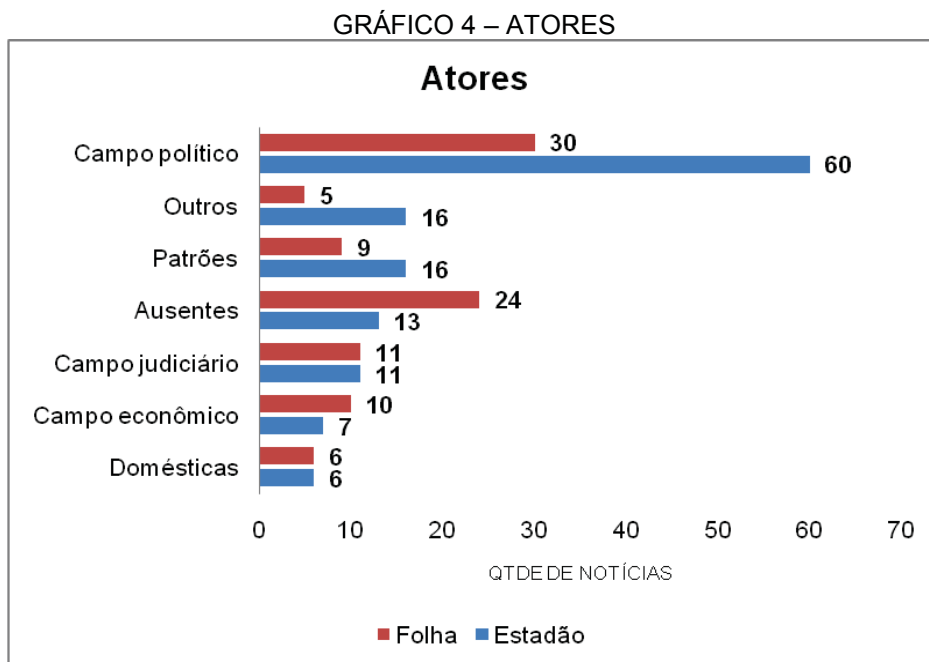
FONTE: A autora (2020).

As editorias “Cotidiano”, “BBC Brasil” e “São Paulo” contam com uma matéria em cada. Curiosamente, a única publicação na editoria “Cotidiano” é muito semelhante à notícia de “Geral” do Estadão. Publicada em 3 de julho de 2016, sob o título “Por até R\$ 3.000, famílias trocam babás por novos espaços infantis”, a notícia da FSP salienta o crescimento de espaços recreativos em bairros nobres de São Paulo. Como percebemos, até mesmo em editoria não relacionada à economia o viés é financeiro. Esse viés está presente como um tom que a notícia dá ao assunto e revela uma certa cultura jornalística que acaba por reproduzir as relações de mando e obediência presentes na sociedade brasileira.

5.2 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS SEGUNDO ENTMAN

Segundo Entman (1993), geralmente o enquadramento noticioso apresenta um problema – nesta pesquisa, identificado como tema específico em que determinados atores possuem maior espaço de fala do que outros.

Conforme percebemos anteriormente, mais de 90% do total de publicações estão inseridas na editoria de economia de ambos os portais pesquisados. No entanto, o Gráfico 4 revela que os atores políticos (parlamentares e ministros) obtiveram o protagonismo em 46,6% da cobertura do Estadão e 31,6 % da Folha.

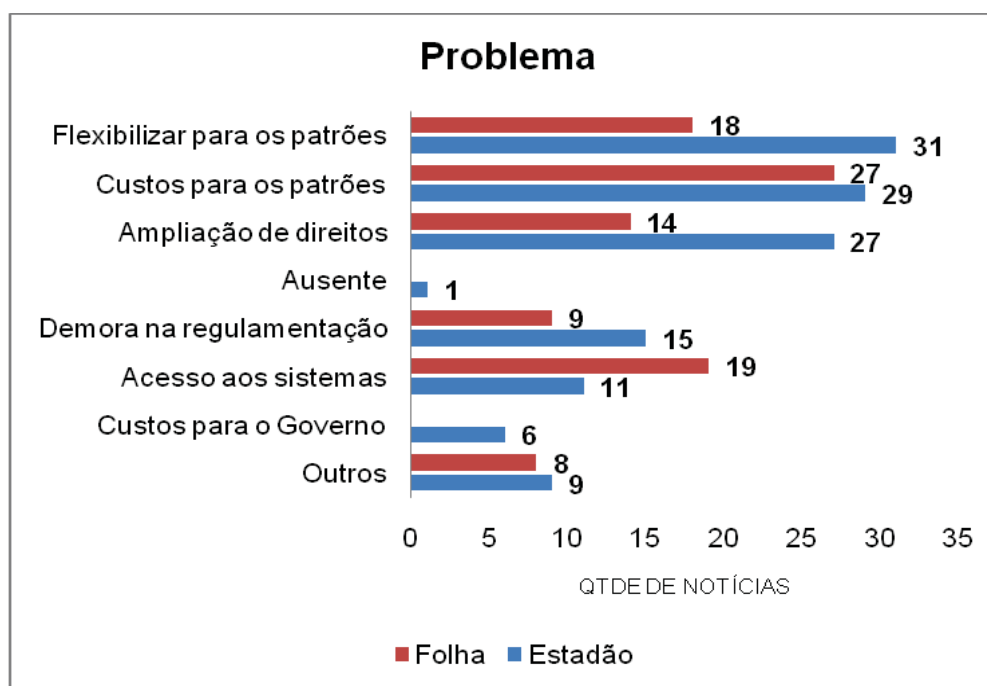


FONTE: A autora (2020).

As fontes ligadas ao movimento patronal também ganharam destaque em 12,5% da cobertura do ESP e 9,5% da FSP. O campo judiciário (advogados, ministros do judiciário e juízes) aparece com índice de 8,6% no ESP e 11,6% na FSP. Enquanto o campo econômico (especialistas do mercado e economistas) é protagonista em apenas 5,5% das narrativas jornalísticas do ESP, o índice quase dobra na FSP, chegando a 10,6% do total. Não causa espanto a pequena presença das trabalhadoras domésticas: as vozes mais interessadas na aprovação da emenda constitucional predominam no ESP em apenas 4,7% das publicações e na FSP em 6,5%. Nesse sentido, ressaltamos que ambos priorizaram os atores políticos institucionais, porém a maior diferença percentual está no campo econômico, que a Folha utiliza com muito mais ênfase em suas publicações.

Considerando que as fontes são elementos que ganham destaque na cobertura noticiosa para estruturar um argumento sobre determinado problema (ENTMAN, 1993), identificamos no Gráfico 5 as abordagens específicas atreladas à regulamentação do trabalho doméstico.

GRÁFICO 5 – PROBLEMA



FONTE: A autora (2020).

Nessa categoria, os assuntos ligados aos empregadores são mais relevantes em 55,1% do *corpus* do ESP e em 67,4% da FSP, sendo divididos entre a flexibilização da lei, problemas de acesso aos sistemas *on-line* de cadastro e o alto custo da mão de obra – conforme o trecho em destaque do portal do Estadão:

Há, por outro lado, uma mobilização que pretende reduzir os custos de uma empregada doméstica formalizada. Desde maio de 2005, o Doméstica Legal promove a campanha "Legalize **sua** doméstica e pague menos INSS", cujo carro chefe é um projeto de lei que pretende reduzir a parcela do INSS paga pelo empregador de 12% para 4% sobre o salário (NUNES, 2012)¹¹.

Neste parágrafo, também destacamos o uso do pronome possessivo "sua" revelando um enquadramento que coloca a trabalhadora como propriedade do

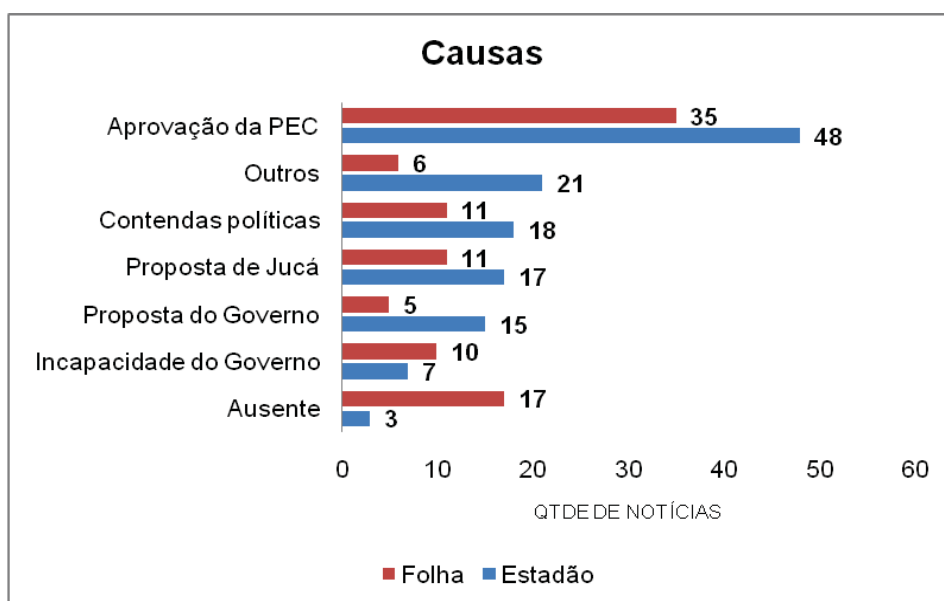
¹¹ Disponível em: < <https://bit.ly/31efCW1>>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

patrão. Um caso claro em que o outro (a trabalhadora) não é nada senão um objeto a ser tratado como se quisesse (pelo patrão).

A ampliação dos direitos das empregadas domésticas é salientada em 21% das publicações analisadas do ESP e em 14,8% da FSP. Por sua vez, a demora na regulamentação da emenda surge em 11,7% no ESP e em 9,5% das notícias da FSP. A categoria "outros" se refere aos assuntos sobre fiscalização do serviço, aumento do consumo de eletrodomésticos e crescimento do número de empregadas domésticas.

Prosseguindo no conceito de enquadramento noticioso de Entman (1993), constatamos as principais forças que criam os problemas, conforme o Gráfico 6. A aprovação da emenda aparece como a maior origem dos impasses em 37,3% do total no ESP e em 50,6 % na FSP.

GRÁFICO 6 – CAUSAS



FONTE: A autora (2020).

As contendas políticas somam 14% no ESP e 11,6% na FSP e evidenciam as divergências parlamentares, como mostra o fragmento do Estadão abaixo:

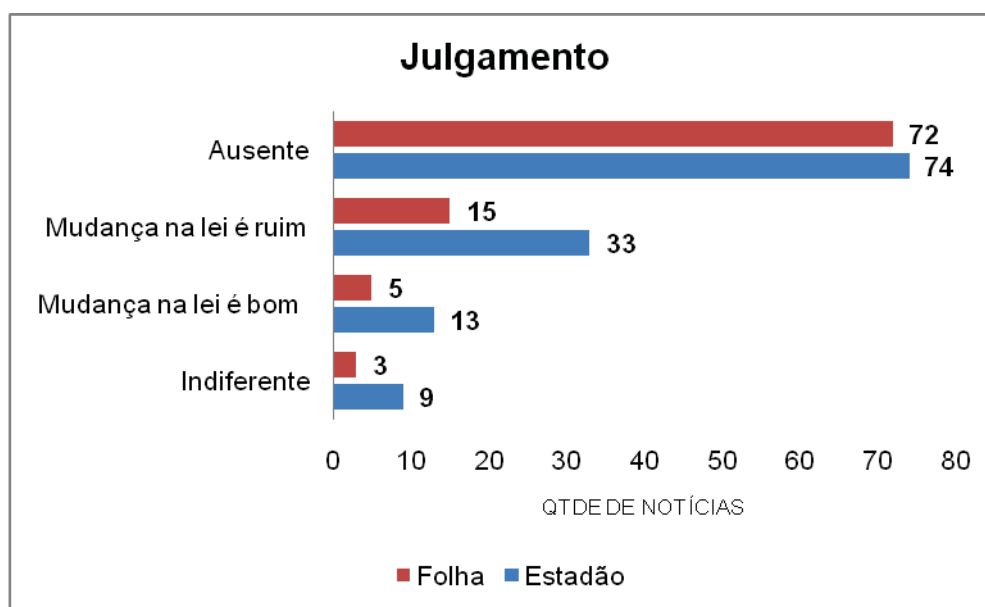
A proposta dividiu PMDB e PT. Enquanto o senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendia que uma multa de 40% iria sobrecarregar as famílias empregadoras, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que essa mudança representaria uma diminuição nos direitos trabalhistas. O petista também argumentou que, pelos cálculos do ministério da Previdência Social, a mudança na regra traria um prejuízo de R\$ 700 milhões por ano aos cofres públicos (PERON, 2015)¹².

As propostas para a regulamentação da "PEC das domésticas" – tanto de Romero Jucá (PMDB - RR), em 13,2%, quanto do Governo Federal, em 11,7% – também surgem como causas relevantes no Estadão. A cobertura do portal atribui outras causas em 16,3% dos casos, como a crise econômica, sobrecarga nos acessos aos sistemas *on-line* e projetos correlatos. A incapacidade do Governo aparece em 5,5% da codificação, e em 2,4% não há causa definida. Já a Folha possui um índice de 17,9% das matérias sem apresentar uma causa para os problemas identificados. Além disso, a proposta de Romero Jucá (PMDB - RR), está em 11,6% das matérias e do Governo Federal em apenas 5,3% do corpus. As outras causas ocupam 6,4% do total analisado, enquanto a incapacidade do Governo Federal aparece com índice de 10,6%.

Observando o Gráfico 7, os resultados comparativos apontam que, do total de 129 matérias, 74 não apresentam qualquer tipo de julgamento moral (57,4%) no Estadão. No entanto, dentre as reportagens que continham algum julgamento, 33 consideram a alteração na legislação trabalhista como algo ruim, num percentual de cerca de 74%. Em 9 matérias (7%), o conteúdo julga como indiferente a regulamentação do trabalho doméstico com as mudanças sociais significativas.

¹² Disponível em: < <https://is.gd/G5V3zP>>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

GRÁFICO 7 – JULGAMENTO



FONTE: A autora (2020).

Seguindo a mesma linha, a Folha não expõe qualquer tipo de julgamento em 72 notícias (75,8%) do total de 95 publicações. Em somente 3 matérias (3,2%) o repórter é indiferente às mudanças na lei. Dentre as matérias que faziam algum tipo de julgamento, 15 apontavam a alteração na lei como algo ruim, ou seja, 75%. "Novo projeto para domésticos cria distorção, diz especialista", de 23 de maio de 2013, é um exemplo dessa configuração.

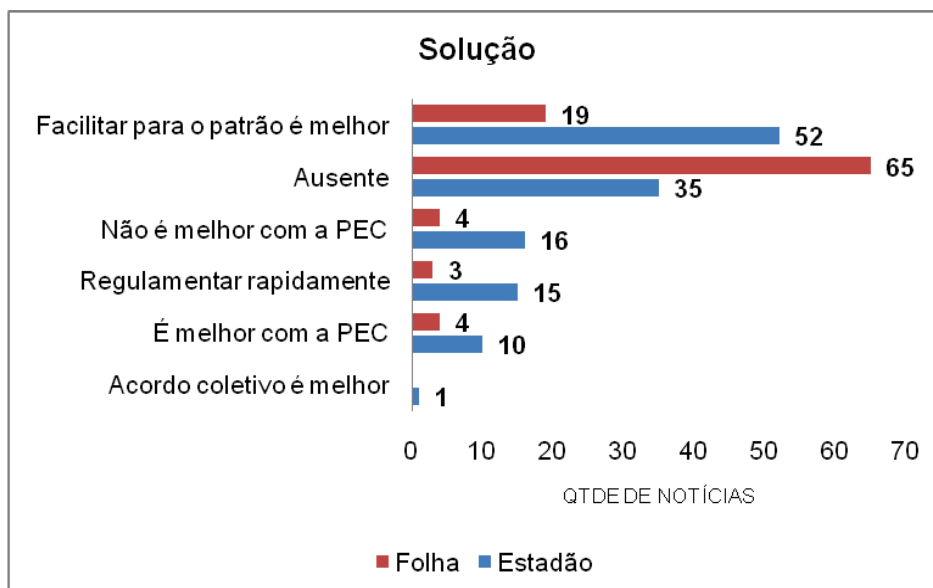
Na avaliação do especialista em Direito do Trabalho, o governo está criando uma "distorção" em relação aos trabalhadores que não são domésticos. "Imagine se amanhã todas as empresas fossem obrigadas a pagar a multa do FGTS quando demitissem por justa causa ou quando o empregado pedisse demissão. Sabe o que ocorreria? Uma gritaria só", diz o advogado Vianna não acredita que esse ponto do projeto deva ser aprovado. "A tendência é ocorrer algum tipo de veto. Não creio que o Congresso deverá aprovar isso" (ROLI, 2013)¹³.

Neste sentido, podemos perceber que o portal utiliza a opinião do especialista para validar seu próprio posicionamento ideológico contra o acréscimo de direitos trabalhistas para às domésticas. A fonte consultada desqualifica a ideia do governo em garantir o acesso ao FGTS para as empregadas demitidas com ou sem justa causa.

¹³ Disponível em: <encurtador.com.br/qxOY8>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

Por fim, seguimos a definição de Entman (1993) em que os enquadramentos podem ou não apresentar uma solução para o problema. Com o Gráfico 8, descobrimos que a cobertura do portal do Estadão recomenda a facilitação para os patrões em 52 notícias (40%). Não houve qualquer recomendação de tratamento dos problemas em 35 matérias (27,2%), porém, em 16 publicações (12,5%), a emenda constitucional não é apresentada como a melhor solução. Em seguida, a rápida regulamentação dos itens trabalhistas aparece com 11,7% e a recomendação da "PEC das domésticas" como o melhor remédio ocorre em 7,8% dos casos. Apenas uma vez o acordo coletivo surge como solução dos problemas.

GRÁFICO 8 – SOLUÇÃO



FONTE: A autora (2020).

Em contrapartida a cobertura da Folha não emite tantas recomendações. Não ocorreu qualquer tipo de solução em 65 matérias (68,5%), mas, em 19 oportunidades (20%), o portal da FSP destaca que facilitar para os empregadores é melhor para a sociedade, conforme trecho a seguir.

O sindicato quer aproveitar a regulamentação da emenda para mudar regras como a jornada máxima de oito horas e o pagamento de FGTS e auxílio-creche. "São itens que devem ser revistos para que o Legislativo retire abusos que foram aprovados. Nem os senadores conseguem controlar a jornada de trabalhos dos seus servidores, imagine os chefes de família?", disse a presidente do sindicato, Margareth Galvão (GUERREIRO, 2013)¹⁴.

As outras recomendações possuem índices bem próximos: a PEC como uma boa solução ou como uma má ideia aparece em 4 casos (4,3%), e a pressa na regulamentação da emenda surge em apenas 3 textos (3,2%) da FSP.

Em resumo, os dados revelam um protagonismo dos atores do campo político que precisavam adequar a regulamentação do trabalho doméstico às necessidades dos empregadores. A aprovação da "PEC das domésticas" aparece como a grande causa dos entraves para a flexibilização da lei para os patrões. Nas notícias em que existe algum posicionamento, a conquista de direitos é vista como algo ruim por ambos os portais, sendo que a melhor solução é tornar menos "rígida" a lei para os patrões. Implicitamente as notícias reproduzem as relações de subordinação entre os empregadores e empregados em que os novos direitos aparecem como um problema a ser resolvido pelos políticos para não melindrar os patrões.

As notícias, assim, apresentaram no seu conjunto, um enquadramento que aponta para uma "má vontade" com a regulamentação trabalhista. De acordo com o que se extrai dos jornais, a PEC criou um problema para os empregadores, ainda que seu núcleo seja a garantia de um direito a uma categoria profissional. Essa ambiguidade (garantia de direitos mas com ameaça ao emprego) foi enquadrada como uma questão econômica e não social. A causa do problema foi a iniciativa do governo, sugerindo que esse problema não existia até então. Diante do exposto, a melhor solução, já que não é possível defender o retrocesso na conquista dos direitos, foi apresentada como um "meio termo", enquadrado como flexibilização das exigências da lei.

5.3 ANÁLISE DA NARRATIVA

¹⁴ Disponível em: <encurtador.com.br/wCIJQ>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

Neste trabalho, o grau de narratividade é medido com base na dramatização (história que não segue a lógica da pirâmide invertida e é contada em ordem sequencial, com início, meio e fim) e emoção (estado emocional dos atores envolvidos).

O ato de contar histórias através do jornalismo não é um ato desprovido de intencionalidade. Os repórteres fazem uso de argumentos e dispositivos de linguagem para "provocar efeitos, mudar o estado de espírito de quem ouve, lê ou vê uma história" (MOTTA, 2013, p. 74). Considerando que nenhum fato fala por si mesmo, entendemos ser relevante identificarmos as estratégias narrativas nos textos. Como aponta Motta (2013), o relato noticioso busca uma aproximação com o real, mas não esquecemos também que o reconhecimento ideológico é articulado por argumentos críveis. Neste sentido, mesmos discursos tidos como objetivos e "neutros" exibem posicionamentos ideológicos.

A dramatização pouco aparece nos dois jornais investigados: somente quatro vezes em cada um deles. Porém, quando o repórter faz uso desse elemento, as narrativas contadas se referem às empregadas domésticas e suas histórias de superação, conforme o seguinte trecho do Estadão:

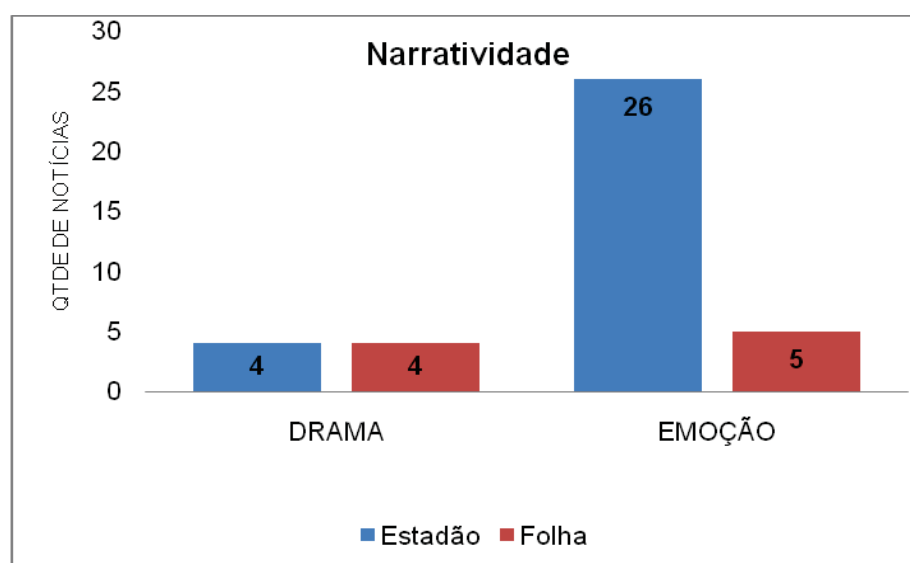
Hoje, registrada, está casada novamente, comemora a conquista do carro e faz supletivo para concluir o Ensino Médio. Os filhos – um menino de 14 anos e uma menina de 13 anos – são a aposta para que a futura geração continue melhorando a condição de vida familiar, já turbinada pela mudança no perfil do trabalhador doméstico (GERBELLI; TOMAZELA, 2013)¹⁵.

Chamada pelo jornalismo como "humanização", a personalização retira a força política da doméstica como fonte/sujeito capaz de decisão sobre o assunto em questão – regulamentação. É como se a trabalhadora não fizesse parte do debate, mas apenas figurasse como objeto.

O Gráfico 9 revela que o ESP privilegia muito mais a menção ao estado emocional das fontes consultadas, sendo observado em quase 20% do total das 129 notícias. No entanto, a FSP pouco utiliza esse recurso em seus textos, somente em 5 matérias (5,3%).

¹⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/2vBXKZe>>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

GRÁFICO 9 – NARRATIVIDADE



FONTE: A autora (2020).

As emoções não foram discriminadas, mas é possível observar que o medo, a preocupação e até o desespero são mencionados pelos jornalistas, de acordo com o parágrafo abaixo do ESP:

Hoje, essas consequências, diz ela, são as demissões. Margareth conta que há casos de empregadores que vão até o sindicato **desesperados** por não saberem o que fazer diante da nova legislação. São casos de pessoas que terão de demitir seus funcionários. "Estamos vendo pessoas que **choram** na nossa frente porque terão de mandar embora os seus empregados por falta de condições financeiras. Só que muitas vezes eles são idosos ou babás que já estavam adaptadas com as crianças", afirma (AE, 2013)¹⁶.

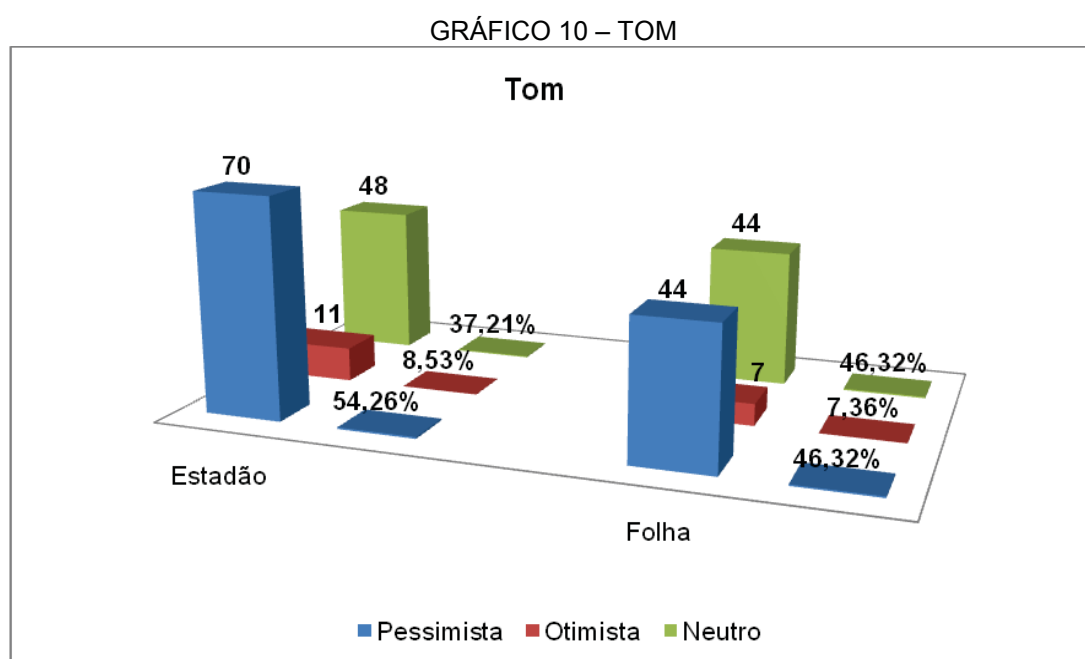
Dessa forma, podemos analisar a utilização dos aspectos emocionais das personagens compreendendo que "há aqui uma unilateralidade que entra em franca oposição com o ponto de vista jurídico e neutro em que se baseia o liberalismo" (HOLANDA, 1995, p. 185). Portanto, cultua-se o não cumprimento de regras impessoais. Nesse contexto, a organização política das trabalhadoras domésticas é esvaziada de sentido racional porque os vínculos pessoais são mais fortes favorecendo a obediência (domésticas) a um poder autoritário (patrões).

Percebe-se que a narrativa confere aos patrões (patroas) o sentimento de desespero e às domésticas o medo da demissão (ainda que não sejam

¹⁶ Disponível em: <<https://tinyurl.com/v8mew2y>>. Último acesso em: 04 nov. 2019.

consultadas). Com isso, enquadra essa relação como um transtorno dentro da normalidade anterior.

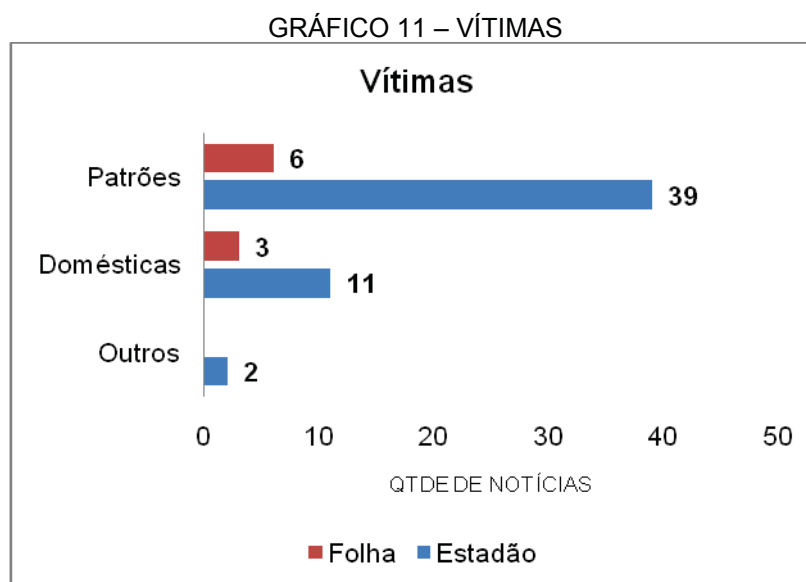
Já o gênero narrativo é verificado pelo tom utilizado nas publicações e pela presença dos papéis associados aos sujeitos representados. No Gráfico 10, podemos comparar pela quantidade de matérias que o ESP apresenta um teor mais pessimista (54,6%) que a FSP (46,3%). Percentualmente, o otimismo em relação à regulamentação ocorre de maneira parecida em ambos os portais, entre 7% e 8%. Contudo, a FSP manifesta um tom mais neutro (46,3%) que o ESP (37,2%). Entretanto, esta suposta objetividade contribui para naturalizar a desigualdade, pois evita-se a problematização do assunto.



Além do tom expresso nas publicações, que reforça o enquadramento de que a PEC é mais prejudicial que benéfica (para os patrões que são os atores privilegiados), foram codificados os papéis de vítima, herói e vilão atribuídos a: patrões, domésticas, Romero Jucá, Receita Federal, bancada feminina, PEC, Governo e outros.

As prerrogativas da personagem identificada como vítima inclui ser defendida por outros sujeitos, agir defensivamente, sofrer ou ser prejudicada. Além disso, o sujeito deve possuir papel preponderante na narrativa, não podendo ser somente citado. O Gráfico 11 demonstra que os patrões foram retratados como

vítimas em 39 publicações (30,3%) e as domésticas em somente 11 notícias (8,6%) no ESP. Por sua vez, a FSP retrata os personagens como vítimas com muito menos frequência, sendo os patrões em 6 textos (6,4%) e as domésticas em 3 matérias (3,2%).



FONTE: A autora (2020).

Segundo o parágrafo do Estadão destacado, podemos perceber que os parlamentares defenderam os patrões (vítimas) durante a regulamentação da emenda:

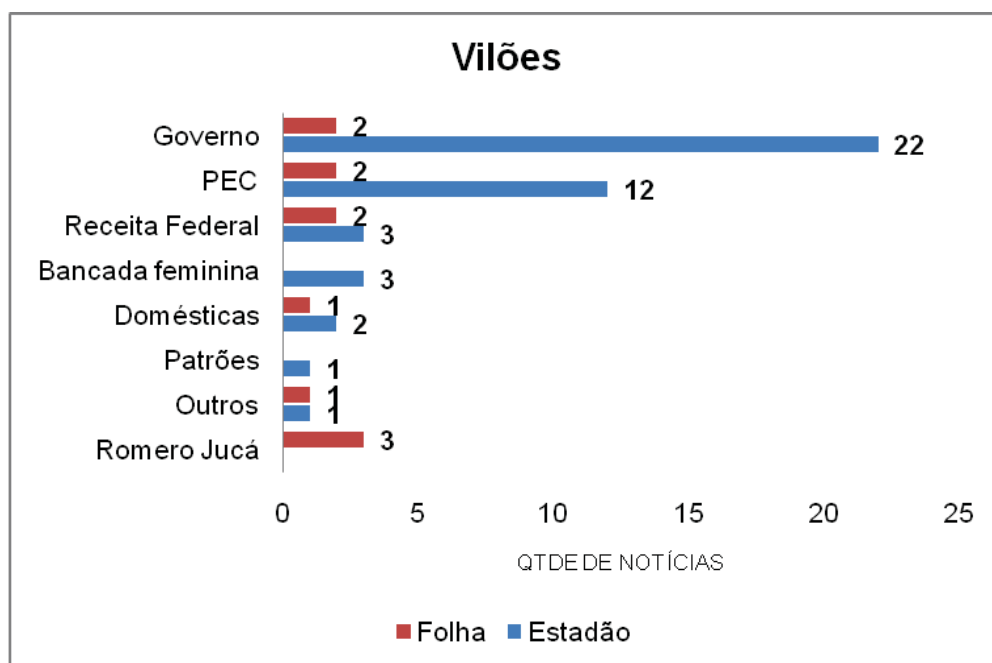
Depois de aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que garante novos direitos às empregadas domésticas, o Congresso Nacional saiu em **socorro** dos patrões preocupados com o aumento de custos provocado pela nova lei. Depois de anunciar a intenção de criar o Simples da doméstica, com a unificação de todas as contribuições, a ideia é quitar as dívidas do INSS com o chamado "Refis das Domésticas". Além disso, será proposta, ainda, a redução da multa de 40% do FGTS nas demissões sem justa causa (ÁLVARES; BRITO, 2013)¹⁷.

Por sua vez, no gênero narrativo, os vilões devem prejudicar alguém ou ser responsáveis por problemas específicos. Neste trabalho, a personagem identificada como vilã exerce papel preponderante na narrativa jornalística, ou seja, não foi somente citada como forma de contextualização. Dessa forma, o portal do Estadão

¹⁷ Disponível em: <<http://twixar.me/2QtT>>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

expõe o Governo Federal como o grande vilão em 22 notícias (17,1%), segundo mostra o Gráfico 12.

GRÁFICO 12 – VILÕES



FONTE: A autora (2020).

Para evidenciar esse enquadramento, selecionamos um título simplificador, maniqueísta e portanto mal-intencionado do ESP. Nele, o Governo Federal aparece como inimigo das trabalhadoras domésticas. Mas a informação correta, ou seja, a de que a diminuição da multa do FGTS se aplica a casos de demissão sem justa causa, aparece somente nas letras menores do subtítulo.

FIGURA 1 – NOTÍCIA COM GOVERNO VILÃO

Governo resiste a multa menor para domésticas

O governo se mostrou contrário à proposta de reduzir a multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas demissões de trabalhadores domésticos sem justa causa, como sugerida pelo relator da regulamentação da PEC das domésticas no Congresso Nacional, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

AE, Agência Estado
24 de abril de 2013 | 07h53

FONTE: Reproduzida do portal O Estado de S. Paulo (2013).

Em seguida, a própria "PEC das domésticas" é tida como vilã em 12 matérias (9,4%). Na sequência, a Receita Federal e a bancada feminina da Câmara dos Deputados estão presentes em 3 publicações cada (2,4%).

O portal *on-line* da Folha de S. Paulo utiliza poucas vezes as personagens em suas narrativas. Ainda assim, contrariamente ao Estadão, a FSP aponta Romero Jucá como vilão em 3 matérias (3,2%), como no título abaixo.

FIGURA 2: NOTÍCIA COM JUCÁ VILÃO

mercado

Relator do projeto de domésticos propõe fiscalização dentro das casas

GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

03/07/2013 © 16h32

FONTE: Reproduzida do portal Folha de S. Paulo (2013).

Nessa notícia, o repórter argumenta que a Constituição brasileira proíbe a violação dos lares e que o empregador fica obrigado a acompanhar a vistoria ou a designar algum membro da família para fazê-lo. Ainda como vilões, aparecem a PEC, o Governo Federal, a Receita Federal e até as domésticas. Em matéria de 5 de janeiro de 2016, a FSP estampa a charge abaixo para ironizar os problemas enfrentados pelos usuários do site de recolhimento dos impostos trabalhistas.

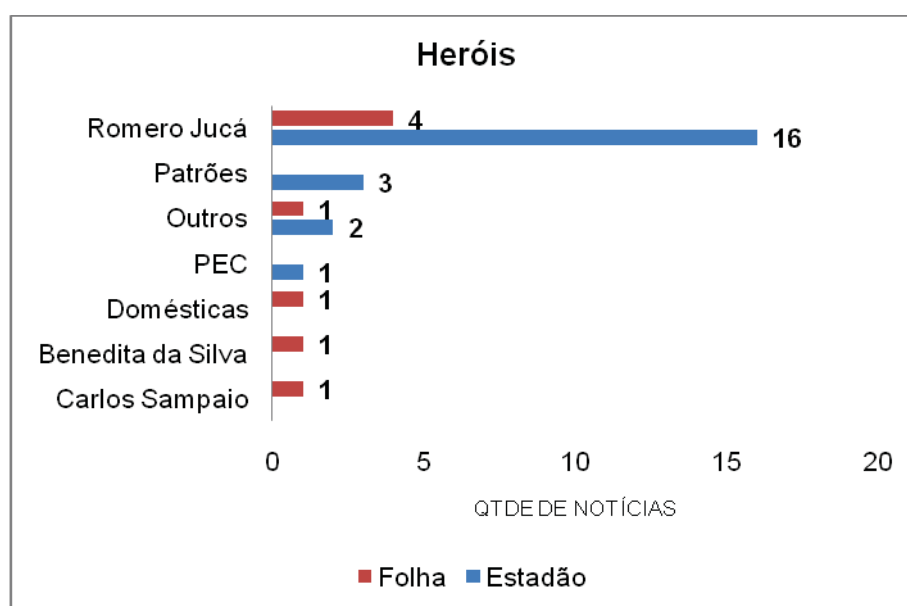
FIGURA 3 – CHARGE COM GOVERNO VILÃO



FONTE: Reproduzida do portal Folha de S. Paulo (2016).

A última personagem identificada na narrativa jornalística corresponde ao herói: pessoa, grupo ou instituição admirada pelo sucesso, pelos resultados alcançados, pela coragem ou que age em defesa da vítima. Nessa etapa, há um grande destaque do Estadão para o relator da PEC no senado, Romero Jucá (PMDB - RR), em 16 matérias (12,5%).

GRÁFICO 13 – HERÓIS



FONTE: A autora (2020).

O título e subtítulo abaixo confirmam o protagonismo e o planejamento do senador Romero Jucá (PMDB - RR) para antecipar a votação que regulamenta um dos pontos da emenda constitucional.

FIGURA 4 – NOTÍCIA COM JUCÁ HERÓI

Jucá quer votar parecer da Emenda das Domésticas até 1º de maio

Definição do Simples das Domésticas poderá não sair este mês, conforme previsto no cronograma do senador Romero Jucá; sem consenso, comissão teve primeira reunião hoje

Débora Álvares, da Agência Estado,
11 de abril de 2013 | 14h55

FONTE: Reproduzida do portal O Estado de S. Paulo (2013).

Com um histórico de ativismo na causa das domésticas, esperávamos que a deputada e relatora na Câmara Benedita da Silva (PT- RJ) também estivesse presente, o que não se confirmou. Outras 3 narrativas jornalísticas (2,4%) colocam os patrões como heróis; já a PEC é assim considerada em apenas 1 reportagem (0,8%).

Permanecendo com suas características jornalísticas, a Folha de S. Paulo não evidencia os personagens como heróis. Ainda assim, Romero Jucá (PMDB - RR) aparece 4 vezes (4,3%). Já as empregadas domésticas, a deputada Benedita da Silva (PT- RJ) e o deputado Carlos Sampaio (PSDB - SP) surgem como heróis em 1 matéria cada.

FIGURA 5 – NOTÍCIA COM CARLOS SAMPAIO HERÓI

mercado

PSDB propõe reduzir INSS e FGTS de domésticas e zerar multa na demissão

GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

04/04/2013 © 13h23

FONTE: Reproduzida do portal Folha de S. Paulo (2013).

Essa publicação da Folha de S. Paulo é curiosa, pois é completamente baseada nas sugestões dos parlamentares do PSDB para a regulamentação da "PEC das domésticas". Além disso, coloca nas falas citadas os argumentos para a redução de impostos dos patrões como algo benéfico para as empregadas, uma vez que, do contrário, haveria risco de demissão.

"A empresa visa o lucro. Mas as pessoas trabalham na sua casa para o bem-estar da família, sem fins lucrativos do empregador. É melhor demissão em massa ou a redução do pagamento de uma multa no caso de uma demissão futura?", questionou Sampaio (GUERREIRO, 2013)¹⁸.

Neste caso, a chantagem disfarçada de cuidado não é questionada pelo portal. Afinal, o serviço doméstico pode não configurar lucro direto para o empregador, mas "é esse tempo de trabalho poupado por uma classe privilegiada que pode, então, ser reinvestido em atividades reconhecidas e lucrativas "fora de casa"" (SOUZA, 2009, p. 416).

Nesse item de narratividade, constatamos que o portal *on-line* do Estadão emprega com mais frequência os personagens em seu conteúdo. Conforme os dados levantados, o ESP expõe os patrões como vítimas, Romero Jucá (PMDB - RR) como herói e o Governo Federal como vilão no enquadramento narrativo. A Folha quase não retrata suas fontes ouvidas com características específicas, ainda assim, os empregadores surgem como vítimas e Romero Jucá (PMDB - RR) é tido como herói e vilão quase na mesma proporção.

É importante ressaltar que os papéis atribuídos aos personagens são relativos. Os patrões são enquadrados como prejudicados pela PEC do governo pois, no tratamento narrativo, eles são os personagens centrais, os protagonistas. O senador relator serve como elemento mediador dos interesses em conflito, o que o coloca na posição de herói. Às domésticas quase não são atribuídos papéis e quando são, estão na condição de vítimas – não dos patrões, mas do governo que cria condições para a inevitabilidade da demissão por encarecer os custos da contratação. Elas são figurantes nessa disputa.

¹⁸ Disponível em: <encurtador.com.br/jvANR>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

5.4 ANÁLISE DAS IMAGENS

Como vimos no capítulo 4, a percepção do enquadramento visual é dividida em quatro camadas, de acordo com Rodriguez e Dimitrova (2011): denotativa, semiótica-estilística, conotativa e ideológica.

Inicialmente, fizemos as descrições das imagens e identificamos os aspectos técnicos utilizados pelos fotógrafos. Esses elementos não serão desconsiderados nesta análise, mas tampouco serão o foco. O principal objetivo é examinar as imagens dentro dos contextos em que estão inseridas, com a ambição de acessar os dois últimos níveis de enquadramento visual: o "conotativo aquele que busca compreender as ideias e conceitos inseridos nas imagens e o nível ideológico que responde a quais interesses estão sendo representados" (RIZZOTTO et al., 2017, p.116).

O portal *on-line* do Estado de S. Paulo utilizou 10 fotografias em todas as suas 129 matérias sobre a regulamentação do trabalho doméstico. Por sua vez, a Folha de S. Paulo utilizou 48 fotografias e uma charge nas 95 publicações. Para fins de análise, excluímos os infográficos e selecionamos 11 imagens que consideramos mais significativas e mais atreladas ao tema estudado. Ressaltamos que em todas as imagens as empregadas domésticas retratadas são mulheres. Além disso, o único homem que aparece nas publicações é Mário Avelino, presidente do Instituto Doméstica Legal, que declaradamente se posicionava a favor da flexibilização da lei para os patrões.

Outro ponto importante é que o cenário predominante é a casa dos patrões. Em apenas uma fotografia a trabalhadora doméstica é retratada em sua própria residência, no entanto, a personagem está vestida com o uniforme de soldadora (seu antigo trabalho). Nesta matéria, o jornalista identifica a fonte pelo nome, mas salienta que a crise fez a trabalhadora perder a vaga na indústria e voltar ao emprego do serviço doméstico. No anexo 2 deste trabalho, constam todas as fotografias com as descrições pormenorizadas.

Para facilitar a discussão, dividimos a análise em quatro subtópicos. Primeiro consideramos os dois únicos retratos de Dilma Rousseff por representar o seguimento dos atores políticos, no universo das imagens utilizadas pelos portais. Em seguida, examinamos as fotografias das trabalhadoras domésticas vestidas com uniforme. Logo depois, as representações visuais que conotavam uma relação

familiar. Por último, observamos os casos em que as empregadas são negras e não vestem uniforme.

5.4.1 As "caretas" de Dilma

As duas fotografias (Figuras 6 e 7) de Dilma Rousseff foram divulgadas pelos portais em junho de 2015. Importante lembrar que o processo de *impeachment* da ex-presidenta teve início em 2 de dezembro do mesmo ano. Todo o processo teve duração de 273 dias, sob frágil acusação de crime de responsabilidade fiscal que culminou na cassação do seu mandato.

Contudo, podemos perceber que as imagens nos portais já estavam "enquadrando" Dilma seis meses antes do início do *impeachment*, mesmo o conteúdo textual sendo sobre a regulamentação do trabalho doméstico. Isso ocorre, porque o princípio da comunicação visual é associativo, ao contrário da argumentação textual, que segue um padrão linear.

FIGURA 6 – ESTADÃO – FOTOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF



FONTE: Reproduzida do portal do Estado de S. Paulo (2015).

Curiosamente, o título da matéria do Estadão, publicada em 1º de junho de 2015, é: "Governo vai agilizar o simples doméstico". Ou seja, trata de um aspecto positivo, que facilita o recolhimento dos impostos pelos patrões. Esse conflito de enquadramento não é uma novidade nos estudos sobre jornalismo, mas, como destacam Rodriguez e Dimitrova (2011), as imagens dão a primeira impressão de uma história e por isso prevalecem no imaginário coletivo. Nesse caso, o portal

explora a imagem da presidenta como um problema. O seu semblante sério e suas mãos levantadas conotam argumentação, ressalva e incômodo.

FIGURA 7 – FOLHA – FOTOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF



FONTE: Reproduzida do portal da Folha de S. Paulo (2015).

A Folha de S. Paulo segue a mesma linha ideológica visual do Estadão. Publica, no dia seguinte, a foto de Dilma discursando com a boca entreaberta. Isso confere um sentido de confronto havendo um grande contraste entre a roupa vermelha e o fundo preto e também entre a imagem e o conteúdo da notícia, que informa sobre a sanção da nova lei.

Entendemos que as imagens são percebidas de forma holística e quase automática, com pouco esforço cognitivo. Brantner et al. (2012) destacam que o enquadramento visual pode transmitir significados que talvez encontrassem maior resistência se fossem escritos. Além disso, o processamento das fotografias é extremamente rápido, sendo que “as qualidades especiais das imagens – sua iconicidade, sua indexicalidade e, especialmente, sua implicitude sintática – as tornam ferramentas muito eficazes para enquadrar e articular mensagens ideológicas” (MESSARIS; ABRAHAM, 2001, p. 220).

Apesar de os portais usarem apenas duas fotografias de Dilma Rousseff, o enquadramento visual é muito semelhante em ambos. Tanto o Estadão quanto a Folha desfavoreceram a ex-presidenta, colocando-a em posições de vulnerabilidade estética. Para Marland (2012), as fotografias em eventos oficiais construídas quando o político está discursando remetem ao cenário político daquele momento. A

conotação dessas imagens pode ser construída a partir de expressões que fragilizam ou direcionam o texto para a argumentação desejada pela imprensa. Além disso, também faz parte desse universo misturar a vida pessoal do sujeito com a imagem pública.

As notícias analisadas que reproduzem as imagens de Dilma Rousseff colocam-na como personagem principal. Cabe a ex-presidenta a função de sancionar a regulamentação da "PEC das domésticas". Porém, o enquadramento noticioso sugere que Dilma está pressionada por setores da sociedade e vai acatar aos anseios da classe média.

5.4.2 A invisibilidade do uniforme

Em estudo na área da psicologia social, Costa (2008) aborda a invisibilidade social da categoria dos garis. Utilizando técnicas da etnografia, o pesquisador se insere no cotidiano do trabalho de varrer as ruas da cidade de São Paulo e reconhece o olhar reificante devido ao traje usado pelos garis.

A sensação de estar publicamente invisível é chocante, e nunca passa despercebida para quem esteve submetido às ondas mórbidas do fenômeno. O sujeito apagado pode minimizar – ou até recusar – o fato como expressão psicossocial de um desencontro. Por ação de racionalizações ideológicas que vão amortecer a percepção da invisibilidade como forma de violência simbólica, sua compreensão pode não se completar: a invisibilidade pública, de signo de uma luta social – luta de classes – vem apresentar-se à consciência como fato natural. Não aparece, portanto, como sintoma social, cristalização histórica de relações servis e de espoliação. Torna-se padrão, norma de comportamento social (COSTA, 2008, p.16).

O uso do uniforme parece ser importante na caracterização da trabalhadora doméstica, conforme se verifica nas imagens. A Figura 8 mostra uma mulher vestindo o “típico” uniforme da empregada doméstica e escolhendo produtos de limpeza na gôndola do mercado. A opção pelo plano médio e, principalmente, pela câmera alta reforça o papel de subordinação atrelado a esse tipo de emprego. Questionamos: em que medida esta imagem condiz com a atual realidade do trabalho doméstico e a representação da conquista de novos direitos? Apesar de a imagem estampar várias matérias sobre a conquista de novos direitos das domésticas, a fotografia reforça o estereótipo da profissão e, principalmente, sua condição de subalternidade.

FIGURA 8 – FOTOGRAFIA DA DOMÉSTICA NO MERCADO



FONTE: Reproduzida do portal Estado de S. Paulo (2013).

Já a Figura 9 evidencia duas mulheres uniformizadas arrumando a cama dos empregadores. Destacamos que as três trabalhadoras retratadas nas duas fotografias não são identificadas pelo portal do Estadão.

FIGURA 9 – FOTOGRAFIA DAS DOMÉSTICAS ARRUMANDO A CAMA



FONTE: Reproduzida do portal do Estado de S. Paulo (2013).

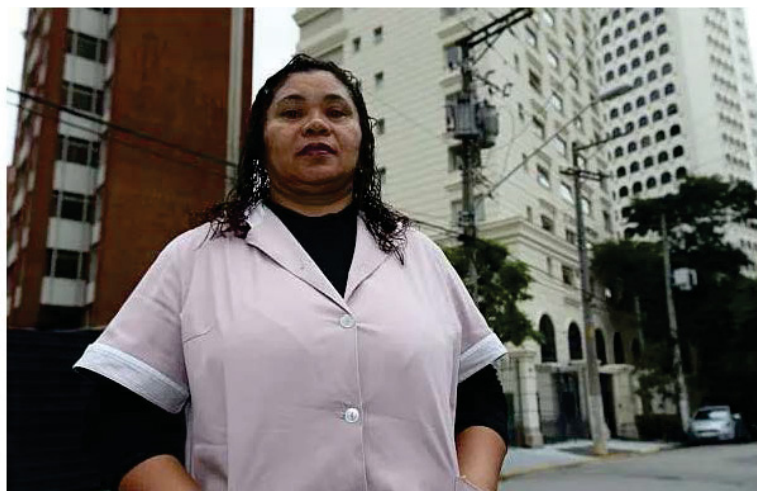
Essa invisibilidade pública que o uso do uniforme conota é a expressão de dois fenômenos sociais: a humilhação social e a reificação. Para Gonçalves Filho (2003), a humilhação, nesse caso, é um sofrimento político de longa duração aturado pelas classes ocupantes de trabalhos desqualificados. A reificação, para

Honneth (2018, p. 210), é um hábito rotineiro que possui força suficiente para enfraquecer uma "atitude previamente assumida de reconhecimento".

Honneth (2018) atualiza o pensamento de Lukács segundo o qual a sociedade capitalista estenderia a objetificação para as relações sociais. Para Honneth (2018) o problema não está no capitalismo, mas sim nas ideologias. O autor considera que a reificação acontece na junção da "mera observação distanciada e na apreensão instrumental das outras pessoas" (HONNETH, 2018, p. 124). Ou seja, por meio de tipificações existe o suporte cognitivo para tal ocorrência, assim constatamos na representação visual das trabalhadoras domésticas nos dois portais.

O Estado de S. Paulo identifica a personagem da Figura 10. No entanto, Maria de Oliveira aparece pontualmente na notícia apenas para corroborar a ideia de que a "PEC das domésticas" não mudou a vida das trabalhadoras.

FIGURA 10: FOTOGRAFIA DA DOMÉSTICA OLHANDO PARA A CÂMERA



FONTE: Reproduzida do portal do Estado de S. Paulo (2014).

Com o título "Após um ano, PEC não muda rotina de domésticas", de 22 de abril de 2014, o portal questiona a demora na regulamentação da emenda e sua pouca efetividade. Até coloca as empregadas domésticas como fontes de informação, mas também abre espaço para o Sindicato dos Empregadores de São Paulo falar sobre a inviabilidade da nova legislação. Dessa forma, não há visões diferentes sobre um mesmo assunto, pois as falas das trabalhadoras são escolhidas para ratificar o posicionamento ideológico do portal. Por exemplo, no trecho abaixo:

É o caso de Maria de Oliveira, doméstica há quatro anos, mas sem registro em carteira. Contratada há um mês, ela afirma que ainda negociará a formalização com os patrões, desde que o salário não diminua por causa dos benefícios. "Como eu recolhia os impostos como autônoma, a lei não mudou nada na minha vida", conta (PAPP; KRUCKENFELLNER; OTTOBONI, 2014)¹⁹.

Esse fenômeno, que tem como função abafar as tensões sociais, pode ser descrito como racionalização ideológica e, segundo Costa (2008), trata-se de uma sequência de ações combinadas que debilita o impacto social e político de lutas por reconhecimento. A invisibilidade identificada no enquadramento narrativo é corroborada assim no enquadramento visual.

5.4.3 Ela é "quase da família"

No capítulo 3 desta pesquisa, recuperamos o conceito de "homem cordial", atualizado por Holanda (1995), e de afetividade no ambiente familiar, com Brites (2004) e Gutiérrez-Rodríguez (2013). Essas discussões nos ajudam a pensar a complexidade das relações em que, no mesmo espaço de proximidade, também existe a lógica da distinção hierárquica e de classe.

A Figura 11 mostra a empregada doméstica feliz e sorridente segurando a patroa no colo, semelhante à posição de subalternidade como nas antigas liteiras. O retrato compõe a notícia de título: "Lei confronta relação 'familiar' entre patrões e empregados no Nordeste", de 23 de abril de 2013, no portal da Folha de S. Paulo.

FIGURA 11 – FOTOGRAFIA DA PATROA SENTADA NO COLO DA BABÁ



FONTE: Reproduzida do portal da Folha de S. Paulo (2013).

¹⁹ Disponível em: <<https://is.gd/RlqYwG>>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

A narrativa, em formato de dramatização, subvertendo a lógica da pirâmide invertida, relata duas histórias entre empregadas e patroas. A afetividade é vista como algo positivo, que beneficia a trabalhadora, pois, por exemplo, a menina que foi cuidada na infância, agora adulta, ainda contrata os serviços da antiga babá.

O jornalista em nenhum momento questiona se essas relações favorecem efetivamente as empregadas domésticas. Pelo contrário – como constatamos no parágrafo a seguir –, o repórter assume como normais os abusos presentes nessas relações trabalhistas, como a falta de folgas semanais. Além disso, coloca a utilização de materiais básicos de sobrevivência como "presentes" da patroa.

Histórias envolvendo esse relacionamento peculiar entre patroas e empregadas que moram onde trabalham são comuns no Nordeste. A relação mistura profissionalismo com afeto e amizade, em um regime trabalhista próprio, baseado na confiança e acordos informais. As folgas são quinzenais, e a jornada, adaptada às necessidades da patroa. A empregada ganha as refeições, material de higiene e passagens para visitar a família (GUIBU, 2013)²⁰.

A Figura 12 refere-se a outra fotografia reproduzida pelo portal da Folha. No entanto, a imagem apenas ilustra a notícia "Senado aprova lei que amplia direitos dos domésticos", de 26 de março de 2013, e nenhuma das personagens é identificada pelo repórter.

A matéria efetivamente considera relevantes os novos direitos garantidos com a iminência da aprovação da PEC. A maioria das fontes reforça o viés positivo da conquista, tanto as fontes institucionais como as representantes dos sindicatos dos empregados comemoram a ampliação dos direitos para as domésticas. No entanto, do meio para o final da reportagem, o jornalista contrapõe as informações iniciais apontando o aumento dos custos para os empregadores e a ameaça de ampliação da informalidade no setor.

²⁰ Disponível em: <encurtador.com.br/chjq8>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

FIGURA 12 – FOTOGRAFIA DA PATROA SENTADA E DOMÉSTICA EM PÉ



FONTE: Reproduzida do portal da Folha de S. Paulo (2013).

A fotografia em si é muito reveladora no que diz respeito aos traços de subordinação da categoria das empregadas domésticas no Brasil. A trabalhadora uniformizada é negra e está em pé, pronta para servir a patroa branca, que está sentada à mesa com um copo d'água e uma cesta de frutas. Discutimos mais adiante, no item 5.4.4, a naturalização da representação dos negros nas funções dos serviços domésticos.

A última imagem analisada desta seção aparece como um retrato de família, conforme a Figura 13. Publicada pela Folha na editoria "São Paulo", a matéria segue uma narrativa linear, com começo, meio e fim.

FIGURA 13 – FOTOGRAFIA DE RETRATO EM FAMÍLIA E BABÁ



FONTE: Reproduzida do portal da Folha de S. Paulo (2013).

O título "Além de dormirem na casa dos patrões, babás vão a clubes, restaurantes e viagens", de 28 de abril de 2013, dá a entender que a rotina de trabalho é muito prazerosa, com desfrute de vários momentos de lazer. No entanto, o conteúdo realça a "difícil" rotina dos empregadores e suas possíveis perdas afetivas pelo pouco convívio com os filhos. A babá é identificada pelo nome, mas em nenhum momento é ouvida pela jornalista.

Além disso, a legenda "Rodrigo e Bruna têm dois meninos, de 4 anos e 1 ano, e uma babá com eles faz 4 anos, que acompanha em viagens e férias" indica o sentimento de posse diante da trabalhadora doméstica. A empregada, nessa imagem, está representando a típica ideia de "quase da família". Ela é íntima, está no retrato familiar, mas não se confunde com os membros, porque seu uniforme branco a destaca. Além disso, sua posição no "braço" do sofá revela que não desfruta da comodidade da casa, está apartada.

5.4.4 Minha pele é uniforme?

Vimos que as mulheres negras representam cerca de 60% da categoria das trabalhadoras domésticas no Brasil. Bernardino Costa (2015) salienta que as vulnerabilidades de gênero, raça e classe fixam os atores sociais em determinados

papéis. Mesmo após a abolição da escravidão, os negros permaneceram ocupando as funções de trabalho menos prestigiadas na sociedade: o serviço braçal, doméstico e fabril (COSTA, 2008). Silva (1992) ressalta que, ao trocarem as senzalas pelos cortiços da cidade, as mulheres negras tiveram de encontrar forças para enfrentar novas dificuldades: agora serviam à patroa e não à senhá e deixaram de ser perseguidas pelo senhor para o serem pelo patrão.

De acordo com Silva (2007), as mulheres negras continuam a ser discriminadas, embora permaneçam na luta por reconhecimento e afirmação da importância de sua raça, com participação nos movimentos feministas e negros, bem como em sindicatos e associações de bairro, em que são ouvidas, combatem um passado cheio de pesadelos, sofrimentos e marcas de violência.

A Figura 14, divulgada pelo Estadão em 29 de novembro de 2015, ilustra uma notícia sobre problemas de acesso ao *site* que permite a emissão da guia de recolhimento dos tributos trabalhistas. A matéria é um passo a passo para os empregadores cadastrarem as trabalhadoras no portal “e-social”.

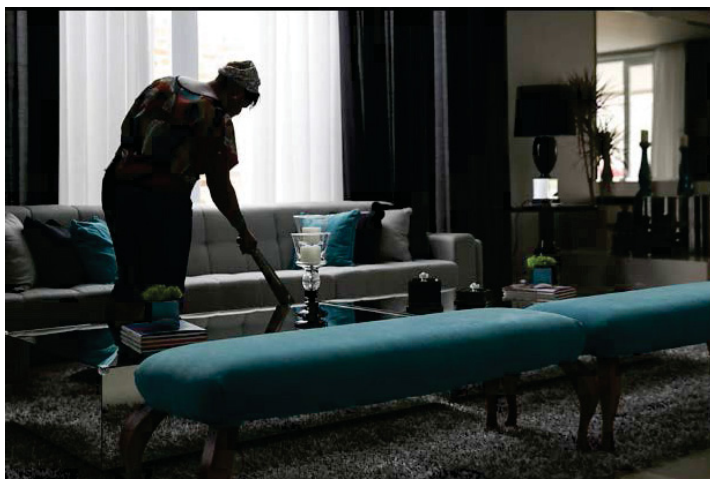
FIGURA 14 – FOTOGRAFIA DA DOMÉSTICA NEGRA ARRUMANDO A CAMA DO PATRÃO



FONTE: Reproduzida do Portal do Estado de S. Paulo (2015).

É possível constatar na Figura 15 que a Folha também opta pela representação de uma mulher negra realizando o serviço doméstico. Assim como no Estadão, a matéria versa sobre a emissão da guia para o recolhimento de encargos fiscais.

FIGURA 15 – FOTOGRAFIA DA DOMÉSTICA NEGRA CURVADA



FONTE: Reproduzida do portal da Folha de S. Paulo (2015).

Importante frisar que as duas personagens das fotos anteriores não são fontes consultadas e também não têm suas identidades reveladas. Ou seja, pelo viés dos portais noticiosos, o corpo negro é facilmente atrelado às funções desempenhadas no ambiente doméstico, como arrumar a cama e limpar a casa. No entanto, os negros são preteridos enquanto sujeitos dignos de serem ouvidos como fontes de informações relevantes.

A Figura 16, a seguir, faz parte da matéria da Folha sobre a redução do salário das empregadas domésticas. Com o título de "Doméstica começa a sentir queda no salário em São Paulo", de 8 de junho de 2015, a publicação utiliza a técnica da pirâmide invertida na exposição das informações. O plano fechado mostra apenas o rosto da trabalhadora, que segura dois tapetes de tear com as mãos. Essa imagem contém também o recurso da estetização que esvazia a imagem de conteúdo político. Não é só um embelezamento estilístico, mas produz um efeito de apagamento do conflito. Além disso, a personagem da matéria é babá, mas a fotografia sugere o serviço de limpeza, ou seja, o acúmulo de funções pelos quais os negros das classes subalternas estão "acostumados".

FIGURA 16 – FOTOGRAFIA DA DOMÉSTICA ENTRE OS TAPETES



FONTE: Reproduzida do portal da Folha de S. Paulo (2015).

O semblante sóbrio e resignado, claramente montado pelo repórter fotográfico, ratifica a informação contida no texto da notícia. A trabalhadora é identificada pelo nome, contudo seu papel dentro da narrativa é pequeno, sendo restrito apenas ao trecho abaixo:

Maria Solange Lima, 47, é um exemplo de trabalhadora que teve de aceitar uma remuneração inferior à que ganhava em anos anteriores. Desde 2013, ela ganhava cerca de R\$ 3.000 para dormir na casa dos patrões de segunda a sexta-feira. No fim do ano passado, pediu demissão porque já não queria mais dormir no emprego. Quando voltou a procurar trabalho, neste ano, percebeu que os salários para babás que não dormem no serviço estavam em torno de metade do valor que ela ganhava. Ela passou dois meses procurando até encontrar uma vaga em Moema, por R\$ 1.700 (CUNHA, 2015)²¹.

As imagens escolhidas pelos portais atribuem naturalmente o papel da empregada doméstica às mulheres negras. O reforço do estereótipo agrava a relação de subordinação presente, mesmo com a ausência do patrão no enquadramento visual.

Ressaltamos que muitos outros aspectos poderiam ser analisados, por exemplo, as imagens que apontam os efeitos da crise econômica atreladas ao tema do emprego doméstico. Além disso, as fotografias das crianças brincando em espaços recreativos como alternativa à contratação de babás. Entretanto, tentamos

²¹ Disponível em: <encurtador.com.br/dtBCR>. Último acesso em: 4 nov. 2019.

desconstruir as representações visuais a partir do aporte teórico elencado nesta pesquisa.

O enquadramento visual é dentre o três o que mais evidencia o viés classista e racista no tratamento dado à regulamentação do trabalho doméstico pelos jornais. O nível ideológico se mostra no reforço da imagem das domésticas como seres naturalmente servis e conformados no seu lugar. O sorriso conota satisfação. Combinando os enquadramentos visual com o narrativo e o noticioso, essa disposição sugere que os patrões têm razão em reclamar, pois há um acordo tácito entre empregadores e empregadas de que a lei prejudicaria a ambos os lados.

Nas notícias, as domésticas não falam por si mesmas, precisam da tutela de seus patrões ou representantes (*advocates*), o que as mantém na zona de subalternidade, restando-lhes apenas a condescendência de seus “protetores”. Não podem nem ser vítimas pois a contenda não é delas, mas do governo e dos patrões.

Ao não questionarem o uso do uniforme, por exemplo, as notícias acabam por normalizar a desigualdade, selecionando o clichê da relação patrimonial como imagem relevante para ilustrar as matérias. O que é complexo demais para constar no texto – por conta das convenções simplificadoras da notícias – surge na narrativa e nas imagens.

Os dois portais tomam o mesmo lado do conflito, ainda que o Estadão seja mais explícito que a Folha. O primeiro atribui papéis aos personagens claramente acusando o governo de “criar problema onde não existe”. E o segundo se apoia na pseudo-isenção, normalizando o acontecimento como algo corriqueiro e sem grandes consequências, diminuindo a importância da regulamentação para as trabalhadoras.

Com isso, o avanço na legislação trabalhista, o reconhecimento na esfera do direito, é não apenas insuficiente para alçar uma esfera de reconhecimento social; desencadeia também uma reação contra esse reconhecimento. O reconhecimento ideológico é possível de ser visto na atribuição de culpa pelo problema ao governo, que propôs a regulamentação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho entende os meios de comunicação de massa como importantes atores responsáveis pela construção de representações sobre a realidade e também sobre o reconhecimento social de grupos. Para tal compreensão, acionamos autores ligados à teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003a). Neste sentido, argumentamos que a luta por reconhecimento deve ser olhada também pelos fatores que tornam possível o conflito para a implementação efetiva dos direitos das domésticas e que um avanço na esfera do direito não significa automaticamente avanço na esfera da estima social. Por isso, como aponta Mendonça (2009), o processo de transformação social é uma constante em sociedades democráticas.

Dessa forma, Maia (2009) destaca que as demandas sociais precisam ser publicadas para ganhar existência pública e produzir trocas de opiniões, entendimentos ou desacordos. Em específico, nos preocupamos em investigar a cobertura dos portais do Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo sobre a regulamentação do trabalho doméstico entre os anos de 2012 e 2016.

Para nos aproximarmos da experiência final do público, adotamos o método do enquadramento multimodal proposto por Wosniak et al. (2014). Dessa forma, reunindo o enquadramento textual, narrativo e visual pudemos compreender as estratégias utilizadas pelos portais de notícias durante o período de cinco anos. A partir da codificação de um *corpus* total de 224 matérias em 25 variáveis foi possível recompor o acontecimento como nos alerta Motta (2007).

A escolha do recorte temporal foi crucial para observarmos o comportamento dos dois portais sobre o tema. A cobertura jornalística acompanhou os desdobramentos no âmbito legislativo para a aprovação da "PEC das domésticas" em 2013 até a sua completa regulamentação em 2015. No portal do ESP as implicações da nova lei aos empregadores ganha destaque em 2013, enquanto a FSP evidencia o assunto, principalmente, em 2015.

Outro ponto que merece destaque é que mais de 90% das notícias sobre as alterações na legislação trabalhista das domésticas está na editoria de "Economia". Este é um aspecto importante, pois mesmo o enquadramento da ampliação dos direitos estando presente em 21% das notícias do ESP e em 14,8% da FSP, o viés economicista esvazia a luta por reconhecimento. A narrativa jornalística reduz o

reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas ao viés do aumento das despesas dos patrões. Dessa forma, vimos que o discurso jornalístico dos dois portais legitima a reprodução das desigualdades no Brasil.

Percebemos que quase 60% das fontes do Estadão e 40% da Folha faz parte do campo político ou são atores ligados ao movimento patronal. Destacamos que esta pesquisa não esperava encontrar uma grande presença das domésticas nas matérias. Outros estudos já demonstraram e, de fato, as trabalhadoras aparecem em apenas 4,7% no Estadão e em 6,5% na Folha do total de publicações. No entanto, procuramos não apenas enfatizar a pluralidade de vozes, mas investigar também o conflito de interesses dentro deste assunto. Entendemos que há um conflito entre o reconhecimento das empregadas e a permanência do papel dominante dos patrões. Miguel (2011) aponta que a ruptura com esse estatuto subalterno implica na revisão dos privilégios dos grupos dominantes. Neste sentido, comprovamos que o enquadramento fornecido pelos portais favorece a manutenção dos privilégios dos empregadores domésticos. Os interesses dos patrões são defendidos em 55,1% do corpus do ESP e em 67,4% da FSP.

Petchesky e Judd (1998) salientam algumas condições para a efetivação dos direitos legislativos adquiridos, dentre os quais destacamos: a correspondência entre as leis e os costumes e comportamentos sociais e a introjeção desses direitos nas representações sociais, incluindo a percepção de titularidade da conquista. No entanto, na cobertura jornalística, a personagem que ganha o papel de herói é o senador Romero Jucá (PMDB - RR), tido como o grande articulador e "guardião" dos empregos, pois os novos direitos são vistos como encargos financeiros e justificativas para demissões. Neste sentido, os patrões são vistos como vítimas que precisam da defesa dos políticos. A desqualificação do Governo é um aspecto muito relevante na análise, aparecendo como o principal vilão.

Apesar dos esforços de Dilma Rousseff para que a aprovação da "PEC das domésticas" fosse feita de maneira que garantisse todos os direitos dos demais trabalhadores, as imagens que os portais utilizaram não a favoreceu. Pelo contrário, de semblante sério e assustada, o enquadramento visual dos portais já revela o contexto de pressão política pelo qual Dilma passou até a sua deposição do Governo. Consideramos que a análise entre o vínculo do enquadramento visual da ex-

presidenta nas notícias sobre a regulamentação do trabalho doméstico e o processo de *impeachment* possa ser melhor explorado em estudos posteriores.

Neste sentido, a análise das imagens constituiu-se no maior desafio desta pesquisa. A partir das discussões de Rodriguez e Dimitrova (2011) procuramos acessar as duas últimas camadas de interpretação: a conotativa e a ideológica. De um *corpus* total de 58 fotografias, selecionamos as 11 mais significativas. Através de um olhar contextual das imagens, constatamos a apreensão instrumental das trabalhadoras domésticas pelos portais. Além disso, ressaltamos o viés cordial e afetivo em algumas fotografias. As origens personalistas da nossa sociedade salientada por Holanda (1995) são encontradas, principalmente, no enquadramento visual das notícias. Ou seja, a distinção entre quem manda e quem obedece fica muito clara com o uso do uniforme, na representação dos corpos negros, e na falta de protagonismo das domésticas enquanto sujeitos dignos de serem ouvidos.

Bernardino-Costa (2015) destaca que embora tenham ocorrido mudanças legislativas e de perfil das empregadas domésticas nos últimos tempos, esta função ainda produz e reproduz as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira. Apesar do início da luta das empregadas domésticas por direitos trabalhistas remontar aos anos de 1930 e constituir um processo de duros embates até sua completa regulamentação em 2015, ainda assim, não podemos dizer que a legislação atual iguala os direitos entre os trabalhadores.

Além disso, a Reforma Trabalhista implementada em 2017 pelo Governo de Michel Temer significou um revés na luta por reconhecimento da classe trabalhadora, pois atende aos interesses dos empregadores. Krein (2018) considera que a "modernização das relações de trabalho" privilegiando o padrão privado de regulação combina mais com o século XIX do que com o século XXI. De acordo com o autor, houve a legalização de práticas que já existiam no mercado de trabalho informal. Neste sentido, submete o trabalhador formal a uma maior insegurança e amplia a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação, o uso da mão de obra e a remuneração do trabalho.

Destacamos que os enquadramentos identificados na cobertura dos dois portais sobre a regulamentação do trabalho doméstico podem assim ser discutidos à luz da teoria do reconhecimento. No conjunto, a "PEC das domésticas" foi apresentada como um estorvo para empregadores, que passaram a ter mais

dificuldades para manter “suas” domésticas. A regulamentação mexeu com uma estrutura política, econômica e moral da sociedade brasileira, o que esta pesquisa apenas começou a explorar. O enquadramento noticioso recortou o problema como um problema para os patrões, as fontes privilegiadas juntamente com os atores políticos e representantes patronais. O enquadramento narrativo contou a história dos patrões tentando salvar os empregos das domésticas, com a ajuda providencial do senador Romero Jucá (PMDB - RR), da ação do governo que ameaçava a tranquilidade desse setor no mundo do trabalho. Esse roteiro vai ser reiterado no enquadramento visual, no qual a presença forte da postura servil das domésticas nega a elas qualquer imagem de profissionais com direitos. Dessa forma, o reconhecimento na esfera do direito reforçou a negação do reconhecimento na esfera da estima social.

Diante do exposto, confirmamos a hipótese de que o enquadramento jornalístico acaba reforçando a opressão até mesmo em notícias sobre a conquista de direitos das domésticas. Ao analisar como a cobertura noticiosa abona a desigualdade, cumprimos o objetivo principal desta pesquisa. De maneira específica, identificamos que as estratégias jornalísticas utilizadas não questionam as relações desiguais intrínsecas a essa atividade. Além disso, recuperamos brevemente as raízes históricas do emprego doméstico no Brasil e como a noção de cordialidade serviu para diminuir a importância da luta pelo reconhecimento na medida em que buscou atenuar o conflito.

Dessa forma, ser “quase da família” pode ser considerado como um reconhecimento ideológico na esfera do amor. Na esfera do Direito a regulamentação da “PEC das domésticas” foi um avanço na luta por reconhecimento, apesar de sofrer revezes nos últimos anos. No entanto, o avanço na legislação não garante por si o reconhecimento na esfera da estima social. Concordamos com o argumento de que as assimetrias de poder que sustentam privilégios não podem ser facilmente alteradas nos discursos midiáticos. Contudo, ressaltamos para a necessidade de estudos que “desmascarem” as desigualdades legitimadas pelo jornalismo.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BATESON, G. A theory of play and fantasy. In: SCHECHNER, R.; SCHUMAN, M. **Ritual, play, and performance: readings in the social sciences/theatre**. [S.l.]: Seabury Press, 1976. p. 67-73.

BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade do poder e subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 7, n. 14, p. 311-345, 2007.

BERNARDINO-COSTA, J. **Saberes subalternos e de colonialidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: EdUnB, 2015.

BRANTNER, C.; GEISE, S.; LOBINGER, K. **Fractured Paradigm?** Theories, concept sand methodology of visual framing research: a systematic review. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION (ICA)–VISUAL COMMUNICATION STUDIES DIVISION. 2012. p. 1-40.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 3 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm>. Acesso em: 1 jul. 2018.

BRITES, J. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 3, 2003.

BRITES, J. Serviço doméstico: um outro olhar sobre a subordinação/Cinderela domesticada gênero e reprodução da desigualdade na sociedade brasileira. **Tempo e Presença Digital (Online)**, v. 9, p. 1-20, 2008.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **cadernos pagu**, n. 29, p. 91-109, 2007.

BRITES, J.; PICANÇO, F. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. **Revista latino-americana de estudos do trabalho**, v. 19, n. 31, p. 131-158, 2014.

CAL, D. G. R. Luta pública contra o trabalho infantil doméstico: implicações democráticas das ações de advocacy. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 211-242, 2015.

CAL, D. et al. Jornalismo, gênero e desigualdades: análise das notícias sobre a ampliação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil e na Argentina. In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P. da S.; MARTINEZ, M. (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018.p.245-261. E-book. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1m4icSBgkmvwTlklgpOPS0Mkt4gRx0bx8/view>>.
Acesso em: 2 jan. 2020.

CARNEIRO, M. T.; ROCHA, E. Do fundo do buraco: o drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p.125-142.

COSTA, F. B.da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis.** Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.

DIEESE. **Trabalho Doméstico Remunerado.** PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego – Regiões Metropolitanas, 2015.abr. 2015.

DRUCKMAN, J. N. Competing frames in a political campaign. In: **Winning with words.** [S.l]: Routledge, 2009. p. 113-132.

ENCARNACIÓN, G.-R. Trabajo doméstico-trabajo afectivo: sobre hetero normatividad y la colonialidad del trabajo en el contexto de las políticas migratorias de la UE. **Revista de estudios sociales**, n. 45, p. 123-134, 2013.

ENTMAN, R. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, 1993.

ENTMAN, R. Framing bias: Media in the distribution of power. **Journal of communication**, v. 57, n. 1, p. 163-173, 2007.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise.** [S.l]: Vozes, 2012.

GOLDSMITH, M. Los espacios internacionales de la participación política de las trabajadoras remuneradas del hogar. **Revista de Estudios Sociales**, n. 45, p. 233-246, 2013.

GONÇALVES FILHO, J. M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. **Psicologia e compromisso social**, p. 193-239, 2003.

GONZALEZ, C. **Trabalho doméstico: visão global e análise da efetividade da convenção n. 189 da OIT e da Emenda Constitucional n.72/2013 como normas que estabelecem critérios para o trabalho doméstico decente no Brasil.** 2014. Dissertação de mestrado, UFAL, 2014.

HABERMAS, J. A luta por reconhecimento no Estado democrático de direito. In: HABERMAS, J. **A inclusão do outro.** São Paulo: Loyola, 2002.

HOLANDA, S. B. de; EULÁLIO, A.; RIBEIRO, L. G. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.

HONNETH, A. Recognition as Ideology. In: BRINK, B.; OWEN, D. (org.). **Recognition and Power: Axel Honneth and the Tradition of Critical Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HONNETH, A. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 46-67, 2008.

HONNETH, A. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento**. Traduzido por Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

KOFES, S. Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. In: **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas**. [S.l.]: [s.n.], 2001.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo social**, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

LIBARDONI, M. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 207-221, 2000.

LOPES, M. S. **O feminino e o trabalho doméstico: paradoxos da complexidade**. [S.l.]: [s.n.], 2010.

MAIA, R. Atores da Sociedade Civil e Ação Coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova**, n.76, p. 87-118, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452009000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 6 fev.2019.

MAIA, R. **Mídia e Lutas por Reconhecimento**. São Paulo: Paulus, 2018.

MAIA, R. C. M.; CAL, D. Reconhecimento como ideologia e democracia: o Trabalho Infantil Doméstico. In: MAIA, R. **Mídia e Lutas por Reconhecimento**. São Paulo: Paulus, p. 121-157, 2018.

MARLAND, A. Political photography, journalism, and framing in the digital age: The management of visual media by the prime minister of Canada. **The international journal of press/politics**, v. 17, n. 2, p. 214-233, 2012.

MATTHES, J. KOHRING, M. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.

MENDONÇA, R. F. Dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 143-154, 2009.

MENDONÇA, R. F.; PORTO, N. F. F. Reconhecimento ideológico: uma reinterpretação do legado de Gilberto Freyre sob a ótica da teoria do reconhecimento. **Dados**, v. 60, n. 1, p. 145-172, 2017.

MESSARIS, P., ABRAHAM, L. The role of images in framing news stories. In: REESE, S. D.; GANDY, O. H.; GRANT, A. E. (ed.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world**. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2001. p. 215-226.

MIGUEL, L. F. Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 84, p. 25-63, 2011.

MOTTA, L. G. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Intercom, 2005. p. 5-9.

MOTTA, L. G. **Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo**: mapas culturais para organizar conflitos políticos. [S.l.]: [s.n.], 2007.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 189**. Disponível: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_conv_189.pdf. Acesso em: 12 nov. 2018.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. Tradução: Flávia Biroli. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, 2008.

PARADIS, C. G.; SARMENTO, R. A “PEC das domésticas” e os enquadramentos midiáticos sobre o trabalho de mulheres. **Sociedade e Cultura**, v. 19, n. 2, p. 83-94, 2016.

PETCHESKY, R. P.; JUDD, K. **Negotiating Reproductive Rights**. International Reproductive Rights Research Action Group. 1998.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, p. 73-104, 2004.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RABADÁN, P. L.; MARIÑO, M. V. **Tendencias actuales en la investigación sobre framing**: consolidación internacional y emergencia en la academia española. Investigar la comunicación. [S.l.]: [s.n.], 2008.

RABELO, J. da S. **Implicações jurídicas do trabalho doméstico no Brasil**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

RIZZOTTO, C.; PRUDENCIO, K.; SAMPAIO, R. C. TUDO NORMAL: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017.

RODRIGUEZ, L.; DIMITROVA, D. The levels of visual framing. **Journal of Visual Literacy**, v. 30, n. 1, p. 48-65, 2011.

SAFFIOTI, H. **Emprego doméstico e capitalismo**. [S. l.]: Editora Vozes, 1978.

SANTOS, J. K. C. **Quebrando as correntes invisíveis**: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SILVA, B. **Toque de mulher negra**. Brasília: Centro de documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1992.

SILVA, M. H. R. Mulheres negras no mercado de trabalho: empregadas domésticas. **Revista de Educação Popular**, v. 5, n. 1, 2007.

SMITH, N.; DERANTY, J.-P. **New philosophies of labour**: work and the social bond. [S.l.]: Brill, 2011.

SOUZA, J.et al. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TAYLOR, C. The politics of recognition. In: GUTMANN, A (ed.). **Multiculturalism**: examining the politics of recognition. Princeton/Chichester: Princeton University Press, 1994. p. 25-73.

THOMPSON, S.; HOGGETT, P. **Recognition and ambivalence**. [S.l.]: [s.n], 2011.

WOSNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. **Environmental Communication**, dec. 2014.


ANEXO 1 – LIVRO DE CÓDIGOS

C01 LINK

C02 TÍTULO DA MATÉRIA [TÍTULO]
Escreva por extenso a manchete da matéria

C03 DATA DE PUBLICAÇÃO [DATA]
Escreva a data de publicação no formato DDMMAA, sem espaço, barra ou hífen.

C04 AUTORIA DA MATÉRIA [AUTOR]		
Identifique o autor conforme designado no início ou final da matéria.		
01	Agência de notícias	<p>Complete também qual é a agência de notícias utilizada:</p> <p>11 Folha Press 12 Agência Estado 13 Reuters 14 France Press (FP) 15 Globo 16 EBC Brasil 17 Associated Press (AP) 18 outra</p> <p>Neste caso marque 01 + número equivalente à agência. Ex: 0111</p>
02	Jornalista	Assinale essa opção também no caso de mais de um jornalista assinar a matéria.
03	Da redação	Assinale essa opção quando a notícia for da redação, sem identificação de autoria.
04	Autor convidado	Um autor convidado é um indivíduo não contratado pelo jornal, geralmente não é um jornalista, mas alguém reconhecido por suas atividades em outra área. Ex: político, intelectual, artista.
05	Outro	Marque essa opção quando houver mais de um autor, que se encaixam em diferentes categorias.

CATEGORIA	C05 – Editoria
ORIENTAÇÕES	Na codificação, seleciona-se o número correspondente à editoria identificada na matéria.
EXEMPLO	 <p>mercado</p> <p>Um terço dos patrões pretendem demitir empregados domésticos, aponta pesquisa</p> <p>CLAUDIA ROLLI DE SÃO PAULO</p> <p>03/09/2013 © 13h04</p>
	Exemplo de 01 – Economia

VARIÁVEIS	01 - Economia 02 - Política 03 - Geral
-----------	--

CATEGORIA	C06 – Dramatização
ORIENTAÇÕES	É presente nos casos em que, a informação não segue a lógica da pirâmide invertida e apresenta uma história contada em ordem sequencial, com início, meio e fim.
EXEMPLO	Hoje, registrada, está casada novamente, comemora a conquista do carro e faz supletivo para concluir o Ensino Médio. Os filhos – um menino de 14 anos e uma menina de 13 anos – são a aposta para que a futura geração continue melhorando a condição de vida familiar, já turbinada pela mudança no perfil do trabalhador doméstico.
VARIÁVEIS	00 - Ausente 01 - Presente

CATEGORIA	C07 – Emoção
ORIENTAÇÕES	Uma vez que o estado emocional de um ou mais sujeitos tenha sido descrito (ao menos mais de uma vez), ela foi considerada existente.
EXEMPLO	Alheia ao fantasma da demissão, a secretária-geral do Sindicato Estadual das Trabalhadoras Domésticas, Eunice do Monte, não espera a hora de comemorar o que será a conquista de uma luta de 20 anos da classe.
VARIÁVEIS	00 - Ausente 01 - Presente

CATEGORIA	C08 – Tema geral - componente enquadrado	
ORIENTAÇÕES	O tema geral refere-se ao elemento que prepondera no enquadramento. Nem sempre esse componente cita explicitamente a PEC das domésticas, mas trata de objetos a ele relacionados.	
EXEMPLO	A votação da proposta de emenda constitucional que amplia os direitos trabalhistas para os empregados domésticos foi adiada para o próximo mês em comissão especial da Câmara. Houve quórum para a abertura da reunião, mas o deputado Roberto Balestra (PP-GO) pediu prazo regimental para analisar o projeto - pedido de vista na linguagem parlamentar. Exemplo de 01 – Tramitação da PEC	

VARIÁVEIS		
	01 - Tramitação da PEC	01 - Trata da cobertura específica da PEC das domésticas.
	02 - Alteração na relação patrão x doméstica	02 - Quando se refere aos embates entre empregadores e empregados.
	03 - Implicações aos patrões	03 - Notícias abordando implicações legais e financeiras ao empregador.
	04 - Escassez de mão de obra	04 - O foco é a falta de domésticas no mercado de trabalho.
	05 - Tramitação da regulamentação	05 - Aborda questões relativas à regulamentação como prazos, emendas.
	06 - Situação socioeconômica das domésticas	06 - Tratam da melhoria da qualidade de vida das domésticas, aumento da renda, avanço na educação, formalização.
	07 - Outros	
	999 - Não está claro	

CATEGORIA	C9 – Tom
ORIENTAÇÕES	Considerando-se as aspas utilizadas, a abordagem da matéria expressa otimismo ou pessimismo.
EXEMPLO	
VARIÁVEIS	01 - Pessimista 02 - Otimista 03 - Neutro


CATEGORIA	C10 – Vítima
ORIENTAÇÕES	Uma pessoa ou grupo é prejudicada e precisa ser defendida ou age defensivamente.
EXEMPLO	
VARIÁVEIS	00 - Ausente 01 - Presente
CATEGORIA	C10.1 – Nome da vítima
VARIÁVEIS	01 - Governo 02 - PEC 03 - Bancada feminina 04 - Domésticas 05 - Receita Federal 06 - Patrões 07 - Romero Jucá 08 - Outros

CATEGORIA	C11 – Vilão
ORIENTAÇÕES	Pessoa ou grupo responsável por problemas específicos, que cause danos a alguém.
EXEMPLO	
VARIÁVEIS	00 - Ausente 01 - Presente
CATEGORIA	C11.1 – Nome do vilão
VARIÁVEIS	01 - Governo 02 - PEC 03 - Bancada feminina 04 - Domésticas 05 - Receita Federal 06 - Patrões 07 - Romero Jucá 08 - Outros


CATEGORIA	C12 – Herói
ORIENTAÇÕES	Pessoa ou grupo admirado por suas qualidades nobres, que defende a vítima e/ou luta contra o vilão.
EXEMPLO	
VARIÁVEIS	00 - Ausente 01 - Presente
CATEGORIA	C12.1 – Nome do herói
VARIÁVEIS	01 - Governo 02 - PEC 03 - Bancada feminina 04 - Domésticas 05 - Receita Federal 06 - Patrões 07 - Romero Jucá 08 - Outros

CATEGORIA	C13 - Descrição da fotografia

CATEGORIA	C14 - Número de fotos na matéria
ORIENTAÇÕES	Preencha com o número de imagens presentes na matéria. Ex: 01, 02, 03.

CATEGORIA	C15 - Pessoa representada
ORIENTAÇÕES	Nos casos em que aparecerem mais de uma pessoa e elas não puderem ser inseridas no mesmo código, então a opção 05 deve ser assinalada.
EXEMPLO	 <p>Exemplo de 04 - Patrões (Mário Avelino,</p>

	presidente do Instituto Doméstica Legal.
VARIÁVEIS	00 - Não há pessoas 01 - Doméstica com identificação 02 - Doméstica sem identificação 03 - Dilma Rousseff 04 - Patrões (sindicato patronal, organizações favoráveis aos patrões) 05 - Outros 999 - Não está claro

CATEGORIA	C16 – Ângulo da câmera
ORIENTAÇÕES	Qual é a posição da câmera em relação ao principal objeto/sujeito representado na imagem?
EXEMPLO	 <p>Exemplo de 01 – Câmera baixa.</p>
VARIÁVEIS	01 - Câmera baixa 02 - Câmera normal 03 - Câmera alta 999 - Não está claro

CATEGORIA	C17 – Plano da imagem
ORIENTAÇÕES	Posicionamento do objeto representado em relação ao quadro total da foto.
EXEMPLO	 <p>Exemplo de 03 – Plano fechado (close)</p>
VARIÁVEIS	01 - Plano aberto 02 - Plano médio 03 - Plano fechado (close) 999 - Não está claro

CATEGORIA	C18 – Tema específico - problema
ORIENTAÇÕES	O subtópico que se apresenta com mais força na notícia. Ainda que possam ser identificados mais de um, deve-se marcar o

	mais representativo, considerando-se texto, manchete, lide e imagem.
EXEMPLO	<p>Para os patrões, a grande preocupação é o aumento de custos que a PEC deve trazer. O consultor legislativo do Senado calcula que o impacto para o empregador seja de pelo menos 8%, caso não sejam pagos hora extra nem adicional noturno. Segundo especialistas em direito trabalhista, a mudança na legislação pode levar fazer com que o orçamento familiar sofra um impacto de até 40%.</p> <p>Exemplo de 03 – Aumento dos custos para os patrões.</p>
VARIÁVEIS	00 - Ausente 01 - Flexibilização da lei para os patrões 02 - Demora na regulamentação 03 - Aumento dos custos para os patrões 04 - Aumento dos custos para o Governo 05 - Dificuldade de acesso aos sistemas(E-social, Redom, cadastro) 06 –Ampliação de direitos 07 - Outros
CATEGORIA	C18.1 – Atores
ORIENTAÇÕES	Os atores que têm maior espaço de fala na notícia, contando as falas, pensamentos ou ações reproduzidas em discurso indireto pelo jornalista.
VARIÁVEIS	00 - Ausentes 01 - Campo político 02 - Campo econômico 03 - Campo judiciário (advogados) 04 - Domésticas 05 - Patrões (sindicato patronal, organizações favoráveis aos patrões) 06 - Outros

CATEGORIA	C19 – Causas do problema
ORIENTAÇÕES	As causas do problema são indicações dadas pelo jornalista (seja textualmente, seja pela seleção de fontes e vozes retratadas) das razões que originaram o problema em questão.
EXEMPLO	<p>Para o presidente do Instituto Doméstica Legal, Mario Avelino, o problema é que o governo está aplicando regras usadas nas empresas para o ambiente doméstico. "Se a questão da hora-extra for levada a sério, todo mundo vai ter que pagar. Afinal, quem precisa de empregada é quem não fica em casa. Para o casal que tem filhos e trabalha oito horas por dia, normalmente, a doméstica precisa chegar antes de a patroa sair e ir embora só quando ela chegar", explica Avelino.</p> <p>Exemplo de 05 – Incapacidade do Governo</p>

VARIÁVEIS	00 - Ausente 01 - Aprovação da PEC 02 - Contendas políticas 03 - Aprovação da proposta do Governo 04 - Aprovação da proposta de Jucá 05 - Incapacidade do Governo 06 – Outros (crise econômica)

CATEGORIA	C20 – Julgamento moral
ORIENTAÇÕES	Falamos aqui do julgamento moral por parte do jornalista, ainda que esse julgamento apareça através da seleção das fontes e citações.
EXEMPLO	
VARIÁVEIS	00 - Ausente 01 - Mudança na lei é bom 02 - Mudança na lei é ruim 03 - Indiferente

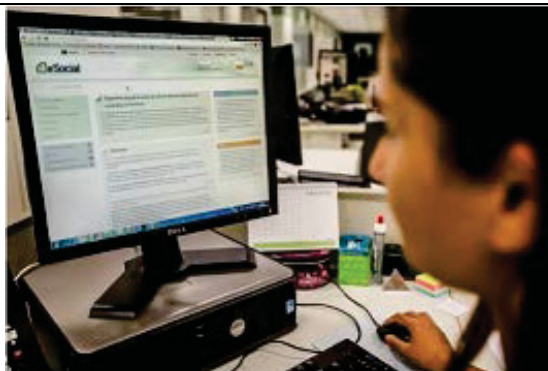
CATEGORIA	C21 – Solução
ORIENTAÇÕES	A recomendação de tratamento aparece quando a notícia indica alguma solução para o problema. Geralmente, estará na parte final do texto.
EXEMPLO	
VARIÁVEIS	00 - Ausente 01 - Regulamentar rapidamente 02 - Não é melhor com a PEC 03 - Facilitar para o patrão é melhor 04 - Acordo coletivo é melhor 05 – É melhor com a PEC

ANEXO 2 – AS PRINCIPAIS IMAGENS COM DESCRIÇÕES

DESCRIÇÃO	IMAGEM
<p>Empregada doméstica vestida com uniforme e chinelo segura uma cesta de compras com um antebraço e com a outra mão segura um sabão em pó. Está no corredor de um mercado no setor de produtos de limpeza.</p>	
<p>Trabalhadora doméstica uniformizada olha para a câmera na calçada de uma via pública, atrás percebe-se edifícios de classe média.</p>	
<p>Senadores reunidos no plenário.</p>	
<p>Presidenta Dilma Rousseff está com as mãos levantadas, boca entreaberta e olhos arregalados.</p>	

<p>Imagem de um prédio da Receita Federal.</p>	
<p>Duas trabalhadoras domesticas uniformizadas estão arrumando uma cama. Uma delas está com o lençol e a outra colocando a fronha em um travesseiro.</p>	
<p>Mário Avelino, presidente do Instituto Doméstica Legal, está vestido de terno e gravata e segura um microfone apontando para uma apresentação no telão.</p>	
<p>Mulher negra sem uniforme está olhando para a câmera com um leve sorriso. A possível trabalhadora está com as mãos sobre uma cama no quarto de uma residência</p>	
<p>Imagem de um computador com a tela no site do E-social demonstrando o erro no cadastramento.</p>	

Imagem de uma pessoa acessando o site do E-social.



Deputada Benedita da Silva (PT-RJ) cumprimenta um senador enquanto outros políticos aplaudem e comemoram a aprovação da PEC das domésticas no plenário.

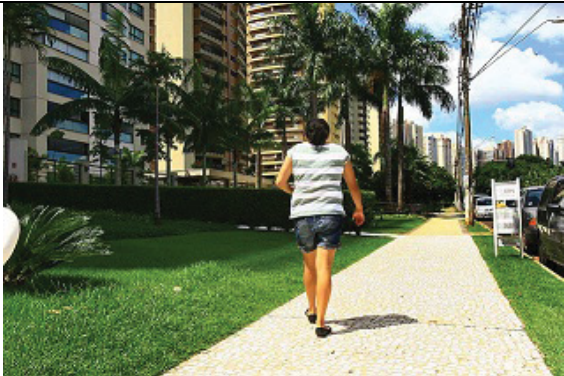




No cenário de uma cozinha, uma senhora negra vestida com uniforme está em pé enquanto uma senhora branca está sentada, olhando para a câmera com um leve sorriso.

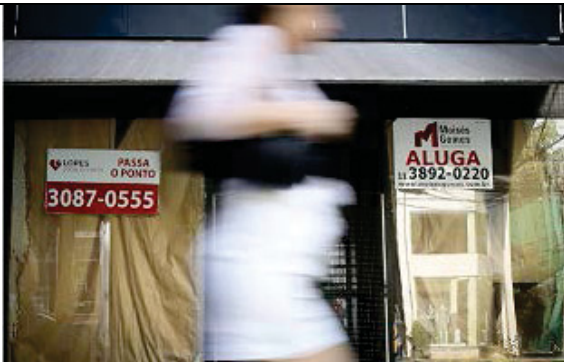











Imagem emoldurada imitando porta-retrato possui uma família hétero normativa com dois filhos. Sentada no braço do sofá da sala, a babá veste branco. Todos são identificados na reportagem.



<p>Babá nordestina vestindo shorts, blusa e sapatilha caminha em frente de condomínios de luxo onde trabalha em Ribeirão Preto. A babá é identificada como Lidiana na notícia.</p>	
<p>Babá nordestina sentada na cadeira da sala segura no colo uma mulher branca e adulta que veste um vestido de cor rosa e florido. As duas são identificadas na matéria.</p>	
<p>Duas domésticas uniformizadas realizam o serviço de limpeza numa sala pequena. A patroa branca está sentada no sofá com um cachorro de raça no colo olhando as mulheres trabalharem. Apenas a dona da casa é identificada na matéria.</p>	
<p>Presidenta Dilma Rousseff está discursando com a boca entreaberta e corpo levemente inclinado à esquerda, veste um blazer vermelho contrastando com a parede preta atrás.</p>	
<p>Foto montada mostra a trabalhadora doméstica negra olhando diretamente para a câmera enquanto seu rosto aparece entre dois tapetes das cores branco e preto. A doméstica é identificada na notícia.</p>	

<p>De perfil, trabalhadora doméstica negra veste um uniforme azul com toca cinza e laranja. A legenda esclarece que a trabalhadora está com seu antigo uniforme de soldadora. Atrás, o cenário com parede verde, parece ser um quarto com objetos pessoais e alguns cadernos. A doméstica é identificada na matéria.</p>	
<p>Trabalhadora negra, sem uniforme, passa aspirador em uma sala de móveis luxuosos. A doméstica não é identificada na notícia.</p>	
<p>Imagem de uma mão negra segurando a carteira de trabalho de cor azul.</p>	
<p>Charge de autoria de Velati representando um porta voz do Governo Dilma dando uma entrevista coletiva. A charge ironiza os erros de acesso ao portal do e-social.</p>	

<p>Imagem borrada de uma mulher caminhando. Ao fundo, placas de aluguel do ponto comercial fechado.</p>	
<p>Imagem de uma mulher caminhando segurando duas bolsas. Ao fundo, na parede vermelha, uma placa de "aluga-se" com um nome e números de telefones.</p>	
<p>Fotografia do ambiente interno destruído e sujo de uma sala comercial.</p>	
<p>Grande concessionária de carros vazia com uma placa de mudança de local.</p>	
<p>Fachada de uma agência bancária do Itaú com um morador em situação de rua na frente. O homem está deitado entre cobertores e objetos pessoais.</p>	

<p>Grande concessionária de carros com placa de "vende-se" e número de telefone. O imóvel é cercado por placas de ferro pichadas.</p>	
<p>Atendimento lotado no centro de apoio ao trabalho.</p>	
<p>Comércio chique aparentemente fechado, mas bem cuidado com plantas e grades.</p>	
<p>Imagem externa de uma sala comercial de dois andares aparentemente abandonado. O ângulo da câmera dá a impressão que a grama da frente do comércio está alta.</p>	
<p>Imagem desfocada de uma pessoa de vestido preto andando na frente dos comércios fechados com placas de aluguel.</p>	

<p>Imagem externa de uma sala comercial vazia com placas de aluguel e um muro quebrado.</p>	
<p>Imagem do interior de um comércio com espaço amplo e vazio. A calçada é arborizada, mas sem movimentação de pessoas.</p>	
<p>Crianças praticando atividades físicas transpondo obstáculos.</p>	
<p>Crianças fazendo piquenique enquanto a recreadora oferece comida para uma menina.</p>	
<p>Menina olha para os alimentos em cima da mesa do piquenique.</p>	

Menina sentada olha para a câmera segurando um pincel. A parede atrás está cheia de desenhos infantis.



Garoto sentado olha com curiosidade para um objeto escondido por um pano vermelho. A recreadora sorri ao seu lado. Atrás, outra criança realiza atividade de pintura.



Criança de costas para a câmera segura uma bolsa verde em uma sala ampla com vários adereços.



Menina anda em direção aos brinquedos montados artesanalmente em uma sala com alguns objetos, entre eles, uma vassoura infantil.



<p>Menino com roupa de super herói sobe no tronco de uma árvore.</p>	
<p>Mãos infantis com unhas pintadas de rosa seguram uma fita e um lápis de cor amarela. Em cima da mesa pequena há um vaso com flores, uma chaleira e uma xícara azul.</p>	
<p>Um garoto descalço está segurando firme um tecido utilizado em atividades físicas. Ele está sendo amparado por um homem jovem com tatuagens e <i>dreadslocks</i>.</p>	
<p>Outro garoto com semblante apreensivo está sentado no tecido sem segurar com as mãos. Ele está sendo amparado por um homem jovem com tatuagens e <i>dreadslocks</i>.</p>	

Criança está de cabeça para baixo realizando atividade física com o tecido. Ela está sendo amparada por um homem jovem com tatuagens e *dreadslocks*.



Garoto salta um obstáculo enquanto é observado pelo instrutor e por meninas.








Menina salta alegremente e é observada por crianças, pelo instrutor e por uma mulher.



Imagem de um painel da bolsa de valores com a inscrição "a crise no Brasil"



<p>Vários tratores realizando uma colheita.</p>	
<p>Três tratores realizando a pulverização em uma plantação.</p>	
<p>Homem veste traje de proteção ao fazer solda. Ao fundo uma grande construção em andamento.</p>	
<p>Imagem focada em vários calçados em fabricação, enquanto ao fundo uma mulher verifica um par.</p>	
<p>Homem sozinho e sentado em uma mesa dentro da fábrica de costura</p>	

<p>Mulher, em pé, segura eletrodomésticos dentro de uma loja do varejo.</p>	
<p>Senhora idosa segura com uma das mãos uma mexerica e com a outra mão empurra um carrinho de compras dentro do mercado.</p>	
<p>Loja de bijuterias com destaque para um anúncio de 20% de desconto.</p>	
<p>Família assiste televisão sentada no sofá da sala.</p>	
<p>Local comercial com duas placas de "aluga-se".</p>	

ANEXO 3 – LISTAGEM DAS MATÉRIAS DOS PORTAIS

C1-LINKS	C04 - TÍTULO DA MATÉRIA
https://bit.ly/37QR3RI	Pedido de vista adia votação da PEC das domesticas
https://bit.ly/37P1Hbk	Votação da PEC das domesticas e adiada em comissão da câmara
https://bit.ly/31efCW1	Projeto aumenta em R\$ 59 o custo para empregador domestico
https://bit.ly/38ZSVHO	Comissão da câmara aprova igualdade de direitos trabalhistas para domesticas
https://bit.ly/31dPoCO	Comissão amplia direitos de domesticas
https://bit.ly/2SbR9MD	Câmara aprova PEC do trabalhador domestico
https://bit.ly/2UidQ4O	Câmara aprova projeto que amplia direitos do trabalhador domestico
https://bit.ly/2S7KsLM	Câmara aprova mais direitos aos domésticos
https://bit.ly/3b0kFO8	Em Pernambuco, aprovação da PEC dos domésticos divide patrões e empregados
https://bit.ly/36JcqJ	Câmara aprova PEC que amplia direitos de domesticas
https://bit.ly/2OhRFYA	Câmara aprova projeto que amplia direitos do trabalhador domestico
https://bit.ly/3b410go	Projeto que amplia direitos a domesticas vai ao senado
https://bit.ly/2OiEwyp	Numero de domésticos no mundo cresce 58,4% em 15 anos
https://bit.ly/2OfUhpB	Comissão do senado aprova PEC das domesticas
https://bit.ly/36PgZFo	Senado aprova direitos para as domesticas
https://bit.ly/2ScP9nH	Comissão aprova mais direitos para domesticas
https://bit.ly/2UgueT3	Senado aprova, em 1º turno, mais direitos para as domesticas
https://bit.ly/2tkJtzx	Controle de jornada e ponto mais relevante da PEC das domesticas, dizem especialistas
https://bit.ly/2S8fQd9	Numero de domesticas diminui no pais
https://bit.ly/2S7GEdr	PEC das domesticas inclui controle da jornada
https://bit.ly/2vBXKZe	‘Vou trabalhar de carro todos os dias’
https://bit.ly/3b3HlgD	Senado deve aprovar PEC das domesticas nesta terça-feira
https://bit.ly/36KPoLF	Senado deve aprovar hoje PEC das domesticas
https://bit.ly/37MboaA	Nova lei das domesticas engorda o fundo de garantia em R\$ 5,5 bi por ano
https://bit.ly/2UiE7zl	Lei das domesticas engorda FGTS em r\$ 5,5 bi por ano
https://bit.ly/2Uie8sq	Senado aprova PEC que amplia

	direito dos empregados domésticos
https://bit.ly/38ZLD6S	Lei garante 17 novos direitos ao empregado domestico
https://bit.ly/37OJY3F	Novos direitos podem causar até 815 mil demissões
https://bit.ly/2GIJK2n	Senado aprova PEC das domesticas
https://bit.ly/3b01CU9	Novos direitos podem causar 815 mil demissões
https://bit.ly/36Ph8iu	Senado aprova direitos trabalhistas para domesticas
https://bit.ly/38SyOem	E mais uma batalha vencida', diz sindicalista
https://bit.ly/2GLxONe	Domestica ganha mais, e registrada e esta mais velha
https://bit.ly/2RNMqlu	Brasileiro foge do trabalho domestico
https://bit.ly/37ZI2qx	PEC das empregadas aproxima o Brasil da Europa
http://twixar.me/MQtT	Lei muda mercado de cuidador de idosos
http://twixar.me/QQtT	Congresso vai propor regulamentação de pontos da PEC das domesticas
http://twixar.me/xQtT	Congresso promulga PEC que garante direitos trabalhistas a empregados domésticos
http://twixar.me/CQtT	Congresso promulga emenda que amplia direito de domesticas
http://twixar.me/2QtT	Congresso vai discutir 'refis das domesticas'
http://twixar.me/HQtT	Governo quer facilitar FGTS de empregado domestico
http://twixar.me/kQtT	Relógio de ponto para domestica
http://twixar.me/qQtT	Projeto cria micro empregador domestico
http://twixar.me/rQtT	Jovens se afastam do emprego domestico
http://twixar.me/fxtT	Governo concorda com simples das domesticas, diz Jucá
https://tinyurl.com/vs6j8uk	Vinculo empregatício e a principal causa de ações movidas por domesticas
https://tinyurl.com/uy2fesk	Jucá quer votar parecer da emenda das domesticas ate 1º de maio
https://tinyurl.com/wvqclkx	Multa de demissão de domestica deve ser de 10% do FGTS, propõe relator
https://tinyurl.com/v8mew2y	Domésticos de SP tem 50 reivindicações
https://tinyurl.com/rhu3j86	Governo busca formula que não onere os patrões de domesticas
https://tinyurl.com/t6zsysx	PEC das domesticas será regulamentada antes do prazo
https://tinyurl.com/rrlvef7	Empregados domésticos poderão ter banco de horas
https://tinyurl.com/u88sq28	Proporção de empregadas

	domesticas por residência e o dobro no norte e nordeste
https://tinyurl.com/tzxd4fv	Multa do FGTS de domestica poderá ser reduzida para 5%
https://tinyurl.com/wghrmk8	Patroa nordestina tem duas empregadas e não frita 'nem um ovo'
https://tinyurl.com/u32b7dc	Relator quer multa de 5% no FGTS de domesticas
https://tinyurl.com/smznsad	Governo resiste a multa menor para domesticas
https://tinyurl.com/tvq6lo5	Ministros divergem sobre lei das domesticas
https://tinyurl.com/st8pd7w	Lei faz mães trocar babas por escola integral
https://tinyurl.com/u6alnum	Governo deve definir regulamentação da lei das domesticas nesta 3ª, diz ministro
https://tinyurl.com/rfdapkw	Nova formula para o FGTS de domesticas
https://tinyurl.com/tdg9vtf	Para dias, PEC da domestica será regulamentada logo
https://tinyurl.com/qq8wjwv	Estudo mostra tendência de formalização de empregados domésticos
https://tinyurl.com/s7hmtqd	Formalização de domesticas já esta em curso, diz estudo
https://tinyurl.com/tv8vmj2	Empregador domestico terá refis e simples
https://tinyurl.com/ubnr469	Dilma desiste de projeto para domesticas e faz apenas sugestões ao legislativo
https://tinyurl.com/w7ppjf	Executivo e legislativo selam acordo para manter direito amplo a domestica
https://tinyurl.com/s2qkvhz	Domesticas podem ter três tipos de jornada
https://tinyurl.com/w5ujftc	Dilma desiste de projeto e faz sugestões a domesticas
https://tinyurl.com/tyfh8kk	Relator propõe fim da multa do FGTS de domestica, mas deposito mensal maior
https://tinyurl.com/vyecuf7	Multa de FGTS pode não valer para domestica
https://tinyurl.com/tfxudov	Domestica que praticou crime não poderá sacar FGTS
https://tinyurl.com/r8eloks	Lei da domestica pode aumentar rombo da previdência e preocupa governo
https://tinyurl.com/wu4m8ex	Centrais e governo se unem contra proposta de relator para domesticas
https://is.gd/Jqu2m2	Centrais e governo são contra relatório sobre domésticos
https://is.gd/ePixaS	Relator prevê demissão de domestico por culpa recíproca
https://is.gd/qCNG4U	Empregadores domésticos ganham site para calcular novos gastos

https://is.gd/zpSAix	Relator muda proposta sobre banco de horas de domesticas
https://is.gd/AKS1J0	Comissão aprova regulamentação da PEC das domesticas
https://is.gd/rz7vLa	Governo pressionara por alíquota de INSS de 12% para patrões de domesticas
https://is.gd/qneKMs	Governo atrasa analise da lei das domesticas
https://is.gd/JxMnnU	Senado aprova regulamentação do trabalho domestico
https://is.gd/b6i90R	Comissão aprova projeto que regula emprego domestico
https://is.gd/hldP1Q	Acordo coletivo de domesticas de SP pode nortear lei
https://is.gd/hH58rc	OIT avalia situação global de trabalhadores domésticos
https://is.gd/L3MoCF	Câmara aprova multa para quem não registrar empregado domestico
https://is.gd/NA8fos	PEC das domesticas aguarda regulamentação na câmara
https://is.gd/2TLNda	Lei das domesticas aguarda na câmara
https://is.gd/MVSC9k	Federação de domesticas pressiona por carteira assinada para diaristas
https://is.gd/HemcU3	Patrão que não registrar domestica pagara multa de um salário mínimo
https://is.gd/mGfHI8	Como registrar sua empregada e evitar multa de dois salários mínimos
https://is.gd/RIqYwG	Apos um ano, PEC não muda rotina de domesticas
https://is.gd/aJxC3I	Rendimento de domesticas em SP tem maior alta em 17 anos
https://is.gd/SgMfgG	Numero de diaristas cresce apos PEC
https://is.gd/i4SPsz	Domesticas divergem sobre melhor regime
https://is.gd/fL2JaD	Aplicação de direitos de domestica volta a estaca zero no congresso
https://is.gd/OvTwxP	Câmara aprova redução do INSS para domestica
https://is.gd/9amd3f	Patrão que não assinar carteira de domestica será multado em R\$ 805
https://is.gd/sdqXsU	Senado aprova regulamentação dos direitos das domesticas
https://is.gd/DnC4yM	Câmara reduz INSS de domesticas
https://is.gd/BJJuyD	Câmara muda texto do senado que regulamenta PEC das domesticas
https://is.gd/qRZEU0	Câmara aprova mudança em regra de seguro-desemprego para domesticas
https://is.gd/MacSRd	Proporção de domesticas em SP cai ao menor nível em 29 anos
https://is.gd/G5V3zP	Falta de consenso adia votação da PEC das domesticas para quarta

https://is.gd/PZNNCO	Senado conclui regulamentação da PEC das domésticas
https://is.gd/AcxGbD	Formalização cresce, mas quase 70% dos domésticos ainda não tem carteira assinada
https://is.gd/4K5X6k	Lei das domésticas deve ser alvo de vetos do governo
encurtador.com.br/eoB57	Numero de domésticos cresce no país
encurtador.com.br/gjmqW	Dilma vai sancionar regulamentação sobre domésticas sem vetos
encurtador.com.br/bcpMX	Governo vai agilizar o 'simples doméstico'
encurtador.com.br/dsyza	Empregador doméstico poderá parcelar dívida com o fisco
encurtador.com.br/adfjt	Receita federal lança 'refis' das empregadas domésticas
encurtador.com.br/loAP8	Adesão a refis das domésticas começa com problemas
encurtador.com.br/erCN1	Trabalhador doméstico terá direito ao FGTS
encurtador.com.br/abpJL	FGTS de domésticos começa a ser obrigatório em 1º de outubro
encurtador.com.br/tuzAO	receita libera cadastro de domésticas a partir de 1º de outubro
encurtador.com.br/jGW17	Veja o que muda no pagamento das domésticas a partir desta quinta-feira
encurtador.com.br/pqOUZ	Site vai calcular tributos para pagar domésticas
encurtador.com.br/hrwF9	Refis das domésticas' atrai só 13,5 mil patrões
encurtador.com.br/qCDFN	Passo a passo: veja como cadastrar seu funcionário no simples doméstico
encurtador.com.br/knHTW	Sistema trava ao gerar boleto para domésticas
encurtador.com.br/dexBF	Empregadores voltam a relatar falhas na emissão da guia do simples doméstico
encurtador.com.br/rxP57	Apesar de problemas, receita não vai estender prazo para pagamento do simples doméstico
encurtador.com.br/gBHIW	Governo deveria prorrogar prazo do e-social 'sem ser provocado', diz OAB
encurtador.com.br/vyBQU	Termina nesta segunda prazo prorrogado para pagamento do e-social
encurtador.com.br/hjlST	Portal do e-social tem falha na emissão de guias do 13º salário de domésticos
encurtador.com.br/T4589	Receita inclui no e-social campo para informar demissão de empregado doméstico
encurtador.com.br/yLMW1	Governo adia para 2018 obrigatoriedade do e-social

encurtador.com.br/dhtU1	Apos problemas, governo adia pagamento do simples domestico para 21 de novembro
-------------------------	---

encurtador.com.br/deKS3	Projeto que amplia direito de doméstico avança na câmara
encurtador.com.br/iDKU1	Trabalho doméstico sobe o dobro do IPCA
encurtador.com.br/gtJL0	Para pesquisadora, tendência é que mensalistas virem diaristas
encurtador.com.br/detH4	Trabalho doméstico passa por transformação no Brasil
encurtador.com.br/uKNV9	Custo anual da doméstica pode aumentar mais de R\$ 1.000 com novas regras
encurtador.com.br/IKPW5	Ampliação do direito das domésticas avança no senado
encurtador.com.br/eMX08	FGTS de domésticas ainda poderá ter regulamentação
encurtador.com.br/iMRY5	Senado aprova lei que amplia direitos dos domésticos
encurtador.com.br/grZ26	Regulamentação da PEC das domésticas deve sair em 90 dias, diz ministro
encurtador.com.br/mwJP6	Sem FGTS, babá precisou economizar para comprar apartamento popular
encurtador.com.br/noyS3	Congresso pode criar 'supersimples da doméstica' para regulamentar direitos
encurtador.com.br/uvACE	Congresso promulga PEC das domésticas; nova lei entra em vigor amanhã
encurtador.com.br/bmH45	Nova lei das domésticas começa hoje; veja o que muda
encurtador.com.br/rAP13	OIT diz que Brasil dá exemplo ao mundo com legislação das domésticas
encurtador.com.br/iELM9	Congresso vai propor desconto para dívida de empregador doméstico com o INSS
encurtador.com.br/jvANR	PSDB propõe reduzir INSS e FGTS de domésticas e zerar multa na demissão
encurtador.com.br/cmKP4	Fiscalizar empregado doméstico depende de mandado judicial
encurtador.com.br/wCIJQ	Sindicato de empregadores quer rever regras da PEC das domésticas
encurtador.com.br/BINV0	Patrão perde casa própria para pagar dívida com doméstico

encurtador.com.br/koA48	Governo dá aval a proposta de boleto único para pagar INSS e FGTS da doméstica
encurtador.com.br/jsDGZ	PEC das domésticas deve acelerar consumo de eletrodomésticos "sofisticados"
encurtador.com.br/fryG5	Comissão deve votar mudanças na PEC das domésticas até 1º de maio
encurtador.com.br/mETU5	Falta de regras trava contratos de cuidadores, dizem advogados
encurtador.com.br/chjq8	Lei confronta relação 'familiar' entre patrões e empregados no nordeste
encurtador.com.br/lpqE0	Ministro quer manter multa de 40% na demissão sem justa causa de doméstico
encurtador.com.br/aoxB1	Com mais diaristas, cai jornada de trabalhadoras domésticas
encurtador.com.br/bglmN	Senadores são contra aumento no desconto do ir de gastos com domésticos
encurtador.com.br/lnzN5	Além de dormirem na casa dos patrões, babás vão a clubes, restaurantes e viagens
encurtador.com.br/amrKX	Governo vai regulamentar trabalho doméstico em junho, diz CUT
encurtador.com.br/loyQT	Governo propõe flexibilização da jornada de trabalho doméstico
encurtador.com.br/ehoWX	Veja os destaques do projeto do senado sobre direitos dos domésticos
encurtador.com.br/hqP07	Nova proposta para domésticos prevê contribuição de 40% a mais de FGTS
encurtador.com.br/aiFO1	Senado propõe acionar justiça contra indenização na justa causa de doméstico
encurtador.com.br/oqAW6	Senador faz ajuste em alíquota do FGTS para pagar demissão de doméstico
encurtador.com.br/qxOY8	Novo projeto para domésticos cria distorção, diz especialista
encurtador.com.br/dnJU0	Jucá propõe divisão da multa do FGTS entre patrão e doméstico em acordo de demissão
encurtador.com.br/hlvzZ	Projeto de jucá classifica como diarista quem trabalha até 2 vezes por semana
encurtador.com.br/fBFPY	Sindicatos de domésticos criticam projeto aprovado em comissão do congresso

encurtador.com.br/hmKP0	Comissão aprova lei que amplia direitos dos domésticos; texto vai para o senado
encurtador.com.br/pqsyK	Relator do projeto de domésticos propõe fiscalização dentro das casas
encurtador.com.br/tlUZ1	Novo texto de regulamentação de domésticos avança no senado
encurtador.com.br/mwG27	Senado aprova regulamentação do projeto de domésticos
encurtador.com.br/mprB1	Um terço dos patrões pretendem demitir empregados domésticos, aponta pesquisa
encurtador.com.br/wAB02	Patrão que não assinar carteira de doméstico paga multa, diz texto aprovado na câmara
encurtador.com.br/gzER0	Entre domésticos, renda sobe mais, mas ocupação cai
encurtador.com.br/jzDM8	Doméstico pesa mais no gasto das famílias
encurtador.com.br/wJS23	Patrão que não assinar carteira de doméstico será multado em pelo menos R\$ 724
encurtador.com.br/nwHQ3	Câmara aprova urgência para projeto que regulamenta PEC das domésticas
encurtador.com.br/xzBV0	Câmara reduz contribuição de patrão e empregado doméstico para o INSS
encurtador.com.br/aEI25	Para entidades, nova lei para trabalho doméstico tem efeito educativo
encurtador.com.br/ruEV4	Mensalista cede pouco espaço a diaristas no trabalho doméstico
encurtador.com.br/djAKU	Fiscalização de trabalho doméstico dependerá de autorização do patrão
encurtador.com.br/dfmHR	Fiscalização de doméstico não vai ter equipe própria em SP
encurtador.com.br/bwHIJ	Projeto sobre direito dos empregados domésticos volta para a câmara
encurtador.com.br/fsJRX	Dilma veta lei que reduzia alíquotas de contribuição do INSS de domésticos
encurtador.com.br/dEFI5	Com novas regras para domésticas, cresce demanda por terceirizadas
encurtador.com.br/ftEQ5	Domésticas têm a menor proporção entre trabalhadoras de SP em 30 anos

encurtador.com.br/bcoV6	Empregado doméstico passa a ter direito ao FGTS
encurtador.com.br/nEFPS	Dilma Rousseff não deve vetar principais pontos da lei dos domésticos
encurtador.com.br/bfl07	Dilma sanciona nova lei com redução do INSS para doméstico
encurtador.com.br/aHJP9	Crise e PEC das domésticas podem acelerar mudança cultural no mercado de trabalho
encurtador.com.br/dmKOP	Com crise, sobe número de domésticas
encurtador.com.br/cjsxC	Demissão por justa causa de doméstico exige provas incontestáveis
encurtador.com.br/dtBCR	Doméstica começa a sentir queda no salário em São Paulo
encurtador.com.br/aeyGK	Candidatas a empregada doméstica triplicam nas agências
encurtador.com.br/ilnFQ	Documento de arrecadação do simples doméstico será liberado em novembro
encurtador.com.br/rKOX0	Empregador doméstico tem até o dia 31 para se cadastrar em sistema
encurtador.com.br/flwM7	61% dos patrões já se cadastraram em programa para registrar domésticos
encurtador.com.br/hnHQZ	Caixa divulga plano b para recolhimento de FGTS para domésticos
encurtador.com.br/fkFU9	Sistema para registrar domésticos já cadastrou 926 mil empregadores
encurtador.com.br/sENR3	Na reta final, cadastro de empregado doméstico causa dúvidas
encurtador.com.br/jqtM5	Prazo para registrar doméstico em sistema acaba no sábado; tire dúvidas
encurtador.com.br/fitR3	Cadastro de empregados domésticos vai até dia 6, diz receita
encurtador.com.br/chrsS	Cadastro de empregados domésticos ultrapassa 1,1 milhão, diz receita
encurtador.com.br/hkzBI	Emissão de guia para pagar encargos domésticos tem falha no primeiro dia
encurtador.com.br/diqA0	Mesmo com falhas, receita mantém prazo do simples doméstico
encurtador.com.br/aERSU	Emissão de guia para simples doméstico tem quarto dia de falha

encurtador.com.br/xzHQ1	OAB pode entrar na justiça por extensão do prazo para o e-social
encurtador.com.br/krvKQ	Após 4 dias de falhas, receita cogita prorrogar prazo do e-social
encurtador.com.br/EOXZ7	Após falhas, governo vai prorrogar prazo para pagar simples doméstico
encurtador.com.br/pCJM1	Portaria que estende prazo do simples doméstico ainda não foi publicada
encurtador.com.br/gvQV3	Após 4 dias de falhas, contribuinte consegue emitir guia para simples doméstico
encurtador.com.br/exSY4	Governo divulga portaria com extensão de prazo do e-social
encurtador.com.br/motZ3	Emissões de guia do simples doméstico superam 1 milhão
encurtador.com.br/iLPQX	Para não pagar dobrado, patrão deve cancelar INSS agendado do doméstico
encurtador.com.br/frtvF	Cadastro do simples doméstico registra 1,3 milhão de trabalhadores
encurtador.com.br/egBIN	Receita ainda não identificou pagamentos errados do e-social
encurtador.com.br/uMNR6	Erro de cálculo no simples doméstico afeta 887 guias de recolhimento
encurtador.com.br/pwLV0	Sistema de doméstico falha, e consultoria sai ganhando
encurtador.com.br/dorL3	Receita federal transforma e-social em 'big brother'
encurtador.com.br/psILV	Cem mil domésticos sem carteira assinada passam a contribuir para previdência
encurtador.com.br/fzESZ	Erro no e-social impossibilita pagamentos; prazo acaba na quinta
encurtador.com.br/cquBL	Emprego doméstico cresce no ritmo mais veloz desde 2012
encurtador.com.br/ghnQT	Renda do trabalhador doméstico tem maior queda desde 2012
encurtador.com.br/jkR12	Por até R\$ 3.000, famílias trocam babás por novos espaços infantis